

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO POR COMPETÊNCIA
EM UM CURSO DE TURISMO DO CENTRO PAULA SOUZA**

Esmeralda Macedo Serpa

**Sorocaba/SP
Dezembro/2006**

Esmeralda Macedo Serpa

**PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO POR COMPETÊNCIA
EM UM CURSO DE TURISMO DO CENTRO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**

Dissertação submetida ao
Departamento de Educação como
parte dos requisitos para obtenção
do grau de Mestre em Educação pela
Universidade de Sorocaba

Orientador: Prof. Dr. Celso J. Ferretti

**Sorocaba/SP
Dezembro /2006**

**Práticas Docentes no Ensino por Competência em um Curso de
Turismo do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula
Souza**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela banca examinadora formada pelos seguintes professores:

Orientador: Prof. Dr. Celso J. Ferretti

Profa. Dra. Angela Maria Martins

Prof.Dr. Jorge Cammarano Gonzaléz

Sorocaba, 20 de dezembro de 2006

A minha mãe, que nunca deixou de estar presente, mesmo não estando mais entre nós.

Dedico este trabalho a meus filhos que motivam os meus esforços e o prazer de viver.
A meu pai pelo estímulo para buscar o saber.

Agradecimentos

Ao Dr. Celso Ferretti pelo tempo dedicado à elaboração deste trabalho.

Às Instituições onde presto serviços, (Ministério da Educação e Cultura (MEC), Centro Paula Souza e Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio) pela solicitude no atendimento das necessidades deste trabalho.

Às assistentes Valência Ferraz da Silva Savioli e Thaís de Souza Machado pelo incentivo e apoio.

Ao Prof. Almerio Melquíades de Araújo pela colaboração com minha pesquisa.

A, Prof^a Soely Faria Martins pela contribuição com sua experiência no ensino profissional.

A amiga Maria Inez Benvenuti, por ter me auxiliado nos momentos de dúvida.

Ao Prof. José Roberto de Oliveira Rebello pela compreensão com minhas preocupações.

A professora Romilda Suinka pelas oportunidades que me proporcionou no campo profissional quando da minha atuação como consultora especialista do Ministério da Educação.

A professora Silvia Martins por ter me auxiliado na construção da carreira na educação.

A amiga Selma Rizzi, pelo apoio em todas as horas.

A amiga Ana Conti, que mesmo a distância ofereceu seu ombro amigo

A minha prima Dra. Joana Macedo Ormundo, por me fazer entender que as minhas dificuldades de produção acadêmica seriam superadas com a finalização desta pesquisa, mas que outras viriam.

A Professora Maria Ângela Pimentel Mangeon Elias, pela referência como profissional de educação.

Meu muito obrigado!!

“Cada um com suas armas. A nossa é essa: esclarecer o pensamento e por ordem nas idéias.”

Antonio Candido de Mello e Souza **in: Plataforma da nova geração, 1945.**

MEU SONHO

Meu sonho resiste, persiste, insiste.
Meu sonho, tramado no tempo, finge ter medo.
Torna-se silêncio, finge ser louco.
Finge ser pouco.
Meu sonho resiste, persiste, insiste.
Meu sonho tramado no tempo,
perseguido, torturado, exilado;
Enclausurado renasce
E quando surpreende o inesperado, se transforma,
em mãos e abraços,
Em novos espaços, em outros segredos.
Meu sonho,
nunca sai do meu lado,
projeta vidas e mundos,
provoca inveja no absurdo
e se espalha nos subúrbios.
Meu sonho
Não pede esmola para a vida
se esconde em qualquer esquina
e a certeza alucina
Meu sonho
Ora é vela que navega
Ora é mar que se desespera
E no incômodo da espera
Outros caminhos: trafega

Autor: Prof.Dr. Jorge Cammarano Gonzaléz

Ficha Catalográfica

S495p Serpa, Esmeralda Macedo
Práticas docentes no ensino por competência em um curso de turismo do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza / Esmeralda Macedo Serpa. -- Sorocaba, SP, 2007.
89 f.

Orientador: Prof. Dr. Celso João Ferretti.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2007.

1. Ensino técnico. 2. Competências. 3. Plano de trabalho. 4. Educação profissional. 5. Prática docente. I. Ferretti, Celso João, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as práticas docentes desenvolvidas por professores do Curso de Turismo de uma Escola Técnica Estadual localizada em um dos municípios do interior de São Paulo, pertencente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, doravante citado como CEETEPS, supondo-se que tais práticas derivam das apropriações/objetivações que fazem da reforma do ensino técnico, mediadas pelas apropriações/objetivações que o CEETEPS realizou com relação a essas reformas.

Procurou-se investigar se as práticas docentes privilegiaram ou não o ensino por competência, conforme consta nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação profissional, bem como as razões que os levaram a orientá-las para uma ou outra direção.

Os procedimentos de pesquisa adotados consistiram no levantamento e leitura de documentos, observação de aulas, na realização de entrevistas, bem como na análise dos dados obtidos, cobrindo temas relacionados à implementação da reforma do ensino técnico. Os dados foram discutidos considerando os debates sobre a formação por competências e sua inspiração pelo CEETEPS.

Os resultados levaram a constatação de que os professores trabalham inseridos em um cotidiano criado por eles mesmos como alternativa, sem aplicar a legislação no que tange a pedagogia do ensino por competências, talvez por desconhecê-la. Para os professores que necessitam atuar desta forma, os planos de trabalho docente são documentos burocráticos, elaborado apenas para cumprir as normas de instituição.

Palavras-chave: ensino técnico, competências, plano de trabalho, educação profissional, prática docente.

Linha de pesquisa: Instituições escolares: história, políticas e práticas.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. As reformas educacionais na educação profissional brasileira na década de 1990.....	14
2. A instituição CEETEPS e as propostas de educação profissional de nível técnico.....	27
2.1 Caracterização da instituição	27
2.2 As reformas educacionais e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.....	44
2.3 Os profissionais de educação no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	49
2.4 Progressão funcional	55
3. O Curso de Turismo e a ETE TUR.....	59
3.1 Do plano de curso ao plano de trabalho: mediações e dificuldades	59
3.2 O professor e suas práticas pedagógicas por competência no Curso Técnico em Turismo	66
Considerações finais	79
Referências Bibliográficas	86
Anexos	89

Introdução

Este trabalho teve como objetivo procurar entender o ensino por competência e suas práticas docentes, mais especificamente no que diz respeito à utilização dos planos de trabalho elaborados e praticados pelos profissionais de educação em sala de aula ministrados no Curso Técnico em Turismo em uma das escolas técnicas localizadas no interior do Estado de São Paulo, doravante intitulada neste estudo por ETE TUR, de forma a preservar a identidade da instituição pesquisada. As pesquisas foram realizadas no período compreendido entre 2005 e 2006 e encontram-se relatadas no capítulo 3.2.

O primeiro curso técnico na área de turismo, do município em questão, foi oferecido na ETE TUR em 1998. As práticas pedagógicas, assim como as ações advindas do curso eram, nessa época, influenciadas pela Lei 5.692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que então regia o ensino técnico e pautava-se também pelas perspectivas definidas pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 e pelo Decreto-Lei 2.208/97. A ênfase deste trabalho recai sobre a investigação do ensino por competências, proposto pela nova LDB 9.394/96, bem como pelos demais documentos instituintes da reforma do ensino técnico brasileiro e que é praticado no Curso Técnico em Turismo, desenvolvido na ETE TUR.

A pesquisa buscou investigar também vários aspectos desse intrincado processo que vai desde a elaboração do plano de ensino à sua aplicabilidade em sala de aula, incluindo o posicionamento do professor diante de seu trabalho e seu ponto de vista sobre o ensino por competências e as formas de avaliações indicadas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica (CEETEPS), que se propõe contribuir para a eficácia da atuação do docente, mas que cria contradições que merecem ser observadas.

Os dados foram coletados nos planos de trabalho, entrevistas pessoais com professores, doravante identificadas pela sigla da disciplina, pela observação de aulas dos professores dos respectivos componentes curriculares do curso selecionado para este estudo, relacionando as práticas com os objetivos explicitados nos planos e com as expectativas institucionais a respeito do perfil do profissional egresso da ETE TUR,

de sua atuação profissional no mercado de trabalho e em documentos utilizados pelo CEETEPS para as avaliações por ele propostas.

Os componentes curriculares do Curso Técnico em Turismo escolhidos foram as Técnicas Operacionais de Agências de Turismo, cuja sigla será representada nas entrevistas como TOAT, Museologia e Técnicas de Recreação e Lazer com a sigla TRL, com três professores diferentes. Foram consideradas essas disciplinas como âncora do semestre, em virtude de seus conteúdos serem de fundamental importância para os futuros profissionais desse curso, objeto de reflexão neste trabalho, que terão de aprender a sintetizar e a reconhecer informações culturais, terão de desenvolver programações de lazer e aplicar técnicas de organização e operacionalização de eventos. Os planos de trabalho das disciplinas analisadas desse curso constam nos anexos.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, foi sancionada após uma ampla discussão que se estendeu em diversos níveis da sociedade, desde o período de elaboração da Constituição Federal de 1988 até a promulgação dessa LDB/96. Essa ampla discussão estabeleceu novos parâmetros também para a educação profissional de nível médio, que será tratada neste trabalho.

Dentre os documentos legais que auxiliam o entendimento da proposta de educação profissional presente na nova LDB 9.394/96, o Decreto 2.208/97 é, provavelmente, aquele que, de maneira mais detalhada, melhor explicita as intenções políticas, funcionais e práticas da nova LDB/96, especialmente no que se refere ao ensino profissional. De acordo com o artigo 7º desse decreto, para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico, foram realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida pelo mercado, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores. De acordo com essa legislação e com outros documentos que dela decorreram ou que a apoiaram e apóiam, promoveu-se uma reformulação significativa dos cursos técnicos organizados anteriormente com base na Lei 5692/71, com argumentos construídos por setores sociais ligados ao empresariado e por intelectuais afinados com tal enfoque,

argumentos esses que foram contestados por outros setores sociais e intelectuais não identificados com o Decreto 2.208/97 que impõe a pedagogia das competências.

Em face das mudanças no âmbito educacional que desencadearam um processo de transformação das formas de oferecimento da educação básica e profissionalizante, e em decorrência dos questionamentos apontados com relação a referida pedagogia, é que surge o interesse pelo desenvolvimento deste trabalho, cujos objetivos, reiteramos, é procurar entender o ensino por competência e suas práticas docentes, mais especificamente no que diz respeito à utilização dos planos de trabalho elaborados e praticados pelos profissionais de educação em sala de aula no Curso de Técnico em Turismo da ETE TUR, no interior de São Paulo, extensão jurisdicionada ao CEETEPS.

Tal interesse se justifica pelo trabalho no local citado se justifica pela nossa atuação no campo da educação profissional, no qual ingressamos após ter atuado durante vinte anos nas diversas áreas de Turismo e Hospitalidade, o que coincidiu com o momento da calorosa discussão sobre novos paradigmas para as questões do ensino profissionalizante. Os estudos por competência, a nosso ver, unem os universos da experiência profissional a novas propostas da educação profissional, uma vez que educação e experiência no campo de atuação são conformes, de acordo com o espírito da reforma proposta pela LDB/96 e o Decreto 2.208/97, a uma abordagem de ensino por competência.

O primeiro capítulo trata das reformas educacionais na educação profissional brasileira na década de 1990, das mudanças legais, ou reformas acontecidas nas últimas décadas, destacando-se a Lei Federal 5.692/71, modificada pela Lei 7.044/82, a Lei 9.394/96 e o Decreto 2.208/97 que a regulamentou no que diz respeito à educação profissional.

O segundo descreve o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), a reforma do ensino técnico e sua implementação pelo CEETEPS e a contratação e capacitação de professores. A forma de seleção, de contratação e o perfil de professores estão descritos em um subitem, que foram denominados pelo CEETEPS de progressão funcional (Anexos B e C), que visa reclassificar os professores e melhorar sua remuneração.

Já o terceiro capítulo tratará do Curso de Turismo e da escola técnica (ETE TUR) pesquisada, da reformulação dos planos de curso e da postura dos professores diante da proposta do ensino por competências. Abordamos as práticas dos professores através de entrevistas, assistência às aulas ministradas e procedemos a uma posterior comparação e análise entre os planos de trabalho e as práticas pedagógicas desses professores. Estas pesquisas foram realizadas no período compreendido entre 2005 e 2006.

Nas considerações finais, buscamos analisar as diferentes contradições em que incorreram tanto o CEETEPS como a ETE em particular. Um dos instrumentos utilizados para as análises foi o Observatório, que se trata de uma avaliação dos documentos da unidade de ensino, entre eles os planos de trabalho dos professores e reuniões com todos os colaboradores envolvidos. Outro instrumento utilizado é o Sistema de Avaliação Institucional (SAI), que aponta como os alunos, funcionários e professores são solicitados e avaliados, por meio de questionários aplicados por uma empresa terceirizada pelo Centro Paula Souza, de modo a fornecer informações que permitem avaliar as escolas anualmente, em período predeterminado pela Coordenadoria de Ensino técnico do CEETEPS.

Os anexos se referem a planos de trabalho elaborados pelos professores entrevistados (Anexo A), o decreto que estipula regras para a progressão funcional (Anexo B), formulários para solicitar e executar a avaliação dessa progressão (anexo C), entrevistas com os professores (Anexo D), a organização curricular dos cursos de Administração Rural e de Turismo (Anexo E) e parte do ementário utilizado para a elaboração dos planos de trabalho (Anexo F).

Finalizando, conforme indicado anteriormente, é importante ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é discutir a qualidade das aulas, mas sim a elaboração, aplicabilidade e a condução do plano de ensino pelo docente que deveria, de acordo com as orientações do Centro Estadual de Educação Tecnológica – CEETEPS, estar trabalhando por competência.

1. As reformas educacionais na educação profissional brasileira na década de 1990

A educação profissional começou em 1809, quando, por um decreto da realza, criou-se o “Colégio das Fábricas”. A partir daí, foram abertos vários tipos de escolas profissionais: “Escola de Belas Artes”, “Institutos Comerciais”, “Casas de Artífices” e outras. Os objetivos para abrir essas escolas eram: “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, “diminuir a criminalidade e a vagabundagem” e “amparar crianças órfãs” (MEC, 2000).

Percebe-se, assim, que a educação profissional está marcada na história do Brasil como uma educação assistencialista, que visa, basicamente, atender a camada social economicamente mais carente.

Decreto Imperial de 1854 criava estabelecimentos especiais para menores abandonados, os chamados Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde os mesmos aprendiam as primeiras letras e eram, a seguir, encaminhados às oficinas públicas e particulares, mediante contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos. (MEC, 2000 p. 67)

No que diz respeito à educação profissional, este capítulo tratará apenas das mudanças legais, ou reformas acontecidas nas últimas décadas, com especial atenção para a Lei Federal 5.692/71, modificada pela Lei 7.044/82, para a Lei 9.394/96 (LDB) e para o Decreto 2.208/97 que a regulamentou.

A Lei Federal 5.692/71 colocou o então ensino profissional como obrigatório no segundo grau (atual ensino médio) nas escolas estaduais. Com isso, todas as escolas foram obrigadas a oferecer o ensino profissionalizante, estivessem ou não preparadas para isso. Assim, foram oferecidas inúmeras “aulas específicas para uma determinada profissão”, muitas vezes sem acréscimo de carga horária, mas no lugar das aulas destinadas à formação geral.

Em 1982, a Lei Federal 7.044, colocou a oferta do ensino profissional como facultativa e não mais como obrigatória. Diante disso, várias escolas passaram a entender que não tinham mais relação com a vida profissional do aluno, ficando esta como responsabilidade total das escolas profissionalizantes.

Na década de 1980, o mundo enfrentava problemas como aumento de dívidas de muitos países, rápido aumento populacional, diferenças econômicas crescentes entre as nações, trazendo como conseqüências guerras, lutas civis, violência, morte de milhões de crianças e degradação generalizada do meio ambiente. Uma população mais educada tem melhores condições de enfrentar tais problemas, porém não podemos usar a educação como único fator responsável para a solução desses conflitos. As desigualdades econômicas, sociais, educacionais e de saúde entre países e regiões dependem não só da educação, mas também de responsabilidades no que diz respeito a uma melhor distribuição de renda, evitando assim a proliferação da pobreza e das desigualdades. Essa realidade fez com que a maioria da população em idade escolar tivesse seu acesso dificultado à educação básica nos países menos desenvolvidos.

Na Conferência Mundial sobre Educação, em Jomtien, Tailândia, de 05 a 09 de março de 1990, elementos fundamentais de uma reforma educacional foram abordados e, a partir daí, foram priorizados aspectos que deviam ser levados em conta por todos aqueles que, de alguma forma, trabalhassem com educação. Entre os problemas que exigiram soluções, apresentaram-se as necessidades básicas de aprendizagem de diferentes populações. Ou seja, como a educação pode colaborar para que o indivíduo possa viver e trabalhar com dignidade, com melhor qualidade de vida, participando do desenvolvimento de acordo com a cultura em que vive e que evidentemente se modifica com o decorrer do tempo? Como fazer com que a escolaridade, seja ela qual for, confira a cada membro da sociedade a possibilidade de respeitar a herança cultural que adquire e desperte o trabalho pela paz e solidariedade entre os povos?

Outro aspecto para o qual a conferência chamou a atenção geral foi a importância da educação básica para todos. Esta é o alicerce para se construir, num país, níveis e tipos de educação e capacitação. Outro fato considerado, é que a educação para todos, poderá possibilitar uma visão mais abrangente dos problemas e um compromisso renovado, que compreende universalizar o acesso à educação e promover equidade, de forma a alcançar um padrão mínimo de qualidade de aprendizagem. A educação básica acima descrita precisa, ainda, banir preconceitos e estereótipos; não discriminar os grupos de excluídos pobres (meninos e meninas de

rua, indígenas), garantir a igualdade de acesso à educação aos portadores de necessidades físicas especiais. Para isso, é fundamental o suprimento de recursos financeiros e organizacionais em todos os níveis da educação, por meio do fortalecimento de alianças e parcerias entre os diferentes setores econômicos e sociais, com atenção especial à formação de professores, administradores e pessoal que trabalha em educação.

O acontecimento das reformas educacionais dos anos de 1990 contou com o envolvimento do Banco Mundial, o qual incentivou reformas da mesma natureza promovendo-as em vários países do mundo, em especial nos países em desenvolvimento. Trata-se de um banco internacional, cuja trajetória no setor educativo é recente, embora trabalhe no setor há mais de 30 anos, atuando nas atividades de pesquisas, assessorias de governos em matérias políticas e educativas, prestando ajuda na mobilização e coordenação de recursos externos para a educação.

Uma das lições extraídas pelo Banco Mundial no que se refere à educação é que as práticas educativas são próprias de cada lugar, que não é fácil transferir as inovações e que o respeito às diferenças locais é essencial, embora recomende aos países em desenvolvimento a “redução da contribuição do Estado no funcionamento da educação” (ibidem p.48). Além de todos esses aspectos, é necessário cuidar para que haja uma melhor utilização de recursos e programas disponíveis para educação, o que resulta em maior rendimento e atração de novos recursos, teoricamente, em maior união das nações para agirem conjuntamente na resolução de seus problemas e conflitos.

As modificações do quadro institucional brasileiro, ocorridas na década de 80, culminaram com a elaboração de uma nova Constituição, que gerou a mais recente Lei de Diretrizes e Bases, a de nº. 9.394/96. Portanto, estamos novamente, em processo de implantação de novas práticas inspiradas em conceitos atualizados de gestão, de organização curricular e de práticas docentes, entre outros tópicos não menos importantes.

As questões sociais, sobretudo nos países da periferia do sistema capitalista se agravaram com a interligação cada vez mais intensa das economias das nações

industrializadas, ou seja, do seu comércio por meio do incremento das novas tecnologias. Esse processo chamado globalização da economia passou a exigir a modernização da escola, a fim de adequar o ensino às exigências de competitividade do mercado. Segundo Sonia Alem Marrach (2002:42), o liberalismo clássico, no período da burguesia em ascensão, propunha “os direitos do homem e do cidadão, entre os quais o direito a educação”. Já na ideologia dominante nas duas últimas décadas, momento este em que os EUA são hegemônicos no planeta, enfatiza-se o mercado e os direitos do consumidor, por isso a presença dos conceitos de:

Qualidade total, modernização da escola, adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, nova vocacionalização, incorporação das técnicas e linguagens da informática e da comunicação, abertura da universidade aos financiamentos empresariais, pesquisas práticas, utilitárias, produtividade, essas são as palavras de ordem do discurso neoliberal para a educação (idem 2002:42).

Neste sentido a educação deixa de atuar somente de forma social e política e direciona suas práticas para o mercado.

Diante dessa nova realidade, compreende-se que a escola deverá estar voltada para a preparação de mão-de-obra para um mercado no qual se introduziram as novas tecnologias para a formação em todas as suas modalidades. Por ser básica, terá como referência às mudanças nas demandas de trabalho. Daí, a nosso ver, a importância da capacidade de continuar aprendendo para não ser apenas uma preparação para o exercício de profissões específicas ou para a ocupação de postos de trabalho determinados. Porém, em face desta realidade de proposta de educação voltada para o mercado, não podemos perder de foco o fato de que a educação de nível técnico sobreleva o caráter instrumental e imediatista da formação, na qual a proposta de articulação teórico-prática se esvai em virtude do curto tempo de duração dos cursos.

Apesar disso, a preparação para ocupação dos postos de trabalho no mercado, fortemente dependente da capacidade de aprendizagem, destaca a relação da teoria com a prática e a compreensão dos processos produtivos enquanto aplicação das ciências em todos os conteúdos curriculares.

A desvinculação entre o ensino médio e o curso técnico é uma realidade trazida pelo novo ordenamento legal a partir das turmas ingressantes em 1998. Essa

desvinculação curricular não significa uma redução das oportunidades do ensino técnico, e sim atendem a um dispositivo da nova LDB que, em conformidade com as conferências mundiais sobre educação, e para atender aos acordos dos países envolvidos, estende a educação básica para o ensino médio e ao mesmo tempo oferece a oportunidade para quem busca a qualificação técnica de realizá-la concomitantemente ou ao final da educação básica.

Nesse sentido, Ramos (2001, p. 6), estudando a questão da educação profissional, enfatiza a distinção existente entre ensino médio e ensino técnico afirmando que: “Essa distinção, na verdade, é a de adequação da essência à modalidade educacional, à qual correspondem novo estágio de aprendizagem, novos propósitos dessa aprendizagem e novos contextos em que ela se realiza”. Os fatores da organização da sociedade em um mundo globalizado implicam mudanças na estruturação da educação.

A Lei 9394/96, em seus artigos 35 e 36 entre outros, destaca que, apesar de situar-se no âmbito da educação geral, o ensino médio não deve ser generalista ou academicista. Ao contrário, as finalidades e características que os anos de conclusão da educação geral vêm assumindo nas sociedades contemporâneas - às quais as normas de organização do ensino médio recém-adotadas no Brasil procuram contemplar - requerem que esse nível educativo seja voltado para a constituição de competências cognitivas, afetivas e sociais, necessárias tanto para continuar estudando como para ingressar no mercado de trabalho, recomendando que o currículo organize-se de forma a superar a dualidade entre as duas alternativas.

Dessa forma, o ensino médio deve propiciar, ao mesmo tempo, educação geral e preparação básica para o trabalho.

De acordo com Gaudêncio Frigotto (2005: 72-73), o ensino fundamental e médio, que constituem a educação escolar básica, deveriam garantir uma educação que possibilitasse o direito de todos aos conhecimentos mais elaborados e avançados (dosados sequencialmente), produzidos pela humanidade, para haver uma relação soberana e não subalternizada e colonizada em face das demais nações. Portanto a função principal da escola básica, sobretudo aquela que atende os filhos dos

trabalhadores, seria dar a base de todos os conhecimentos, estimulando o aluno a estudar, a pensar, a aprender, a se comunicar e a conviver, para serem construídas democracias por cidadãos ativos e conscientes.

No entanto, as concepções educacionais de caráter fortemente economicista, fragmentário e tecnicista dos anos 1970, sem perder essas características, emergiu posteriormente sob outras roupagens, sob a égide da sociedade do conhecimento, da pedagogia das competências e da ênfase na empregabilidade, culminando nas reformas educacionais dos anos 1990, tais como expressas na Lei 9394/96 e no Decreto 2.208/97. Este decreto impõe, conforme palavras de Frigotto, “uma mediação da educação às novas formas do capital globalizado e de produção flexível”. O objetivo das reformas educacionais desse período é “formar um trabalhador, cidadão produtivo, adaptado, adestrado, treinado, mesmo que sob uma ótica polivalente” (ibid., p. 73).

O pressuposto dessa perspectiva é o de que competências gerais e comuns podem ser constituídas a partir da apropriação de conhecimentos diversificados; portanto, os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos, mas meios para atender as necessidades que alunos heterogêneos têm de preparação para o mercado, de acesso à cultura, de compreensão do mundo de modo fragmentado e de exercício da cidadania, mas, porém, em termos mais formais, do que conscientemente participativo na prática social e pedagógica.

Articulando-se desse modo a educação profissional com o ensino médio, é possível identificar os princípios pedagógicos que deverão orientar a organização curricular e a forma de tratamento dos conteúdos de cada um deles.

Nas profissões, os conhecimentos e competências gerais e profissionais distribuem-se em uma mesma forma de organização; a relação entre elas é de concomitância. As competências gerais devem ser alcançadas por todos os que concluem a educação básica; e as profissionais específicas, por todos aqueles que escolhem uma formação específica por meio de um curso técnico.

As instituições que oferecem essa modalidade de ensino, cujo currículo pode ser organizado em módulos, típico do tecnicismo, poderão atualizar seus cursos, programas e currículos com mais agilidade frente às mudanças, cada vez mais intensas

e freqüentes, decorrentes das inovações e dos novos modos de organização da produção.

Este processo de repensar a educação não deve ser considerado retardativo do desenvolvimento educacional brasileiro. Ele tem sido uma decorrência das mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas pelas quais vem passando o mundo, e o Brasil, particularmente, de forma acelerada e às vezes bem radical, conforme já mencionado. Os papéis do Estado mudam quando mudam as realidades e os problemas, indicando novas soluções, políticas e prioridades, bem como novos objetivos.

O texto da LDB 9394/96, no que diz respeito ao capítulo sobre Educação Profissional, fornece as normatizações de como esta deve ser organizada pelo Estado (art. 39 a 41). A leitura desses artigos nos aponta, exclusivamente, a forma como o Estado deve regularizar e normatizar o acesso e as condições de oferta dessa modalidade de educação. Não trata da atuação do Estado na consolidação das reformas, que pressupõe, para a organização educacional, um caráter flexível e adequado às realidades locais, para traçar as diretrizes e aplicação do disposto nessa lei.

O capítulo III – Da Educação profissional, compreende quatro artigos:

Art. 39 – A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo Único: o aluno matriculado ou egresso no ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com o acesso à educação profissional.

Art. 40 – A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, ou por diferentes meios de estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho.

Art. 41 – O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação, para prosseguimento e conclusão de estudos.

Parágrafo único: os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

No art. 41, fica clara a valorização do conhecimento adquirido fora do âmbito escolar. Neste sentido, a certificação das competências profissionais busca reconhecer

e valorizar a qualificação real do trabalhador. O pressuposto é de que certificar a competência não é apenas atestar o conhecimento adquirido nos processos formais de ensino e aprendizagem, mas enriquecer a capacidade de iniciativa dos trabalhadores para a inclusão de novas práticas profissionais. A construção e a implementação desse sistema têm um caráter participativo e descentralizado pela mobilização e envolvimento de trabalhadores, empregadores, instituições formadoras, gestores públicos e privados. Esse sistema deve estar aberto à comunidade, conforme descreve o artigo seguinte:

Art. 42 – “As escolas técnicas e profissionais, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

Dessa forma, amplia-se a oferta da educação profissional considerada como um direito de cidadania.

Avaliar e certificar competências e habilidades é uma grande responsabilidade. Para assumir a responsabilidade de certificar competências é necessário um profundo conhecimento das habilidades humanas e das formas de competência. Mas este seria um outro aspecto de discussão, que esta pesquisa não se propõe a aprofundar.

Na metade da década de 90, com o início da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, todo o modelo de ensino técnico e tecnológico vigente no país começou a ser reestruturado.

O MEC deu início à implementação das reformas da educação tecnológica, transformando-a em educação profissional voltada aos interesses do mercado, conforme exigência do Banco Mundial, sob três alegações principais:

- A necessidade de o trabalhador adquirir condições de empregabilidade, transferindo, para o indivíduo, dessa forma, a responsabilidade pelo seu desemprego;
- A elitização do ensino tecnológico vigente no país, que não encaminhava o egresso para o mercado de trabalho;
- A possibilidade do aumento expressivo de vagas – desta vez para os jovens e adultos de mais baixa renda.

Pelo prisma estrutural, podemos igualmente observar que os avanços tecnológicos funcionam como uma “faca de dois gumes”: ao mesmo tempo em que geram progressos permanentes e incessantes e aumentam a produtividade e a produção, provocam, por outro lado, o problema do desemprego em massa que irá se refletir diretamente no consumo, na vida e na construção e desconstrução de subjetividades, na violência, no nível de exclusão etc. Conforme indicam Silva Júnior & Ferretti (2004:33):

(...) devem-se considerar as transformações pelas quais passou o país a partir dos anos 1990 no que se refere à modernização tecnológica, que foi motivada pela deslucada abertura da economia brasileira à internacional por obra do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Tal medida, sem maiores preparações políticas nacionais, provocou uma crise no emprego: como notícia a Folha de S. Paulo de 18 de janeiro de 2004 (FERNANDES, 2004), até 2001 desapareceram 10,76 milhões de postos de trabalho, 1,54 dos quais provocados pelas importações, segundo conclusão do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”.

Os reflexos dos avanços das novas tecnologias na sociedade apontam para outras possibilidades de leitura, tais como o impacto dessas novas tecnologias no campo do trabalho. Isso implica mudanças nas estruturas organizacionais e no perfil do profissional que atuará no mercado de trabalho global, dando indicadores de que aqueles que buscam uma qualificação técnica permanente e dinâmica terão maiores oportunidades de ofertas de trabalho e estabilidade no emprego, diferentemente daqueles que se estabilizam em uma única ferramenta de trabalho. A qualificação por si só não garante a empregabilidade. Situações inerentes à qualificação podem e alteram a disponibilidade de vagas no mercado de trabalho.

No entanto é importante salientar que as condições para a qualificação profissional dos sujeitos vêm impostas pela estrutura social, cujas oportunidades de trabalho são disponíveis segundo a organização da sociedade.

Inicialmente, é preciso destacar que, para regulamentar as mudanças pretendidas na educação profissional, a primeira iniciativa do governo federal foi enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei, o PL 1603/96, para discussão com a sociedade civil organizada.

Foram inúmeras as discussões sobre esse projeto de lei, por meio de audiências públicas, seminários, encontros, debates e afins, dos quais participaram educadores, especialistas, estudantes, profissionais da área e sindicalistas. As argumentações contra o projeto foram muito mais consistentes do que as apresentadas pelo MEC e pela SEMTEC – Secretaria da Educação Média e Tecnológica do MEC. O governo entendeu que perdera o debate e corria o risco de perder a votação do projeto, desistindo da discussão do PL 1603/96 e, em substituição, regulamentou o capítulo referente à educação profissional por meio do Decreto 2208/97.

Como já referido anteriormente o decreto 2208/97, que “organizou” a reforma da educação profissional, desenhou o modelo da educação tecnológica brasileira, que vem causando, para alguns, o empobrecimento dos currículos dos cursos das escolas técnicas, em âmbito nacional, mas que também vem trazendo questões pontuais para discussões, tais como a questão de um ensino em que o conteúdo seja visto como meio que leve o aluno a desenvolver as capacidades que lhe permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos.

A mensagem do executivo ao encaminhar o projeto à Câmara dos Deputados demonstrava claramente a visão daquele governo quanto à desregulamentação e ao caráter mercantilista a ser implantado pela reforma proposta.

O destaque da propositura foi o mercado de trabalho e não o desenvolvimento profissional do cidadão, muito menos visava ao desenvolvimento soberano do país, como defendiam e defendem até hoje os profissionais, educadores e os sindicatos da rede federal e das redes estaduais de educação tecnológica.

A reforma da educação brasileira, pretendida pela LDB 9394/96, estava aliada ao pensamento neoliberal e aos ditames dos interesses das agências internacionais. O que se confirmou rapidamente com a propositura do Decreto 2208/97.

Segundo o art. 1º do Decreto 2.208/97, podemos, resumidamente, acrescentar que os quatro principais objetivos do ensino profissionalizante são:

- I. Conferir o conjunto de conhecimentos e habilidades necessários à capacitação geral e específica do indivíduo, promovendo, gradualmente, a sua transição entre a escola e o mercado de trabalho, deixando-o apto para exercer atividades produtivas.

II. Proporcionar a formação de profissionais capazes de exercer atividades específicas no trabalho, respeitando seus respectivos níveis de escolaridade: médio, superior e de pós-graduação.

III. Estar constantemente especializando, aperfeiçoando e reciclando os conhecimentos tecnológicos dos indivíduos, deixando-os sempre preparados e conscientes, frente às incessantes exigências e transformações do mercado trabalho.

IV. Qualificar, reprofissionalizar e atualizar trabalhadores, seja qual for seu nível de escolaridade, objetivando a otimização de seu desempenho no exercício de suas funções, além de flexibilizar sua inserção adequada no mundo do trabalho. Em outras palavras, a constante reciclagem de conhecimentos, reavaliação de suas competências, bem como a possibilidade de aumento da sua empregabilidade, estão em função do mercado e não do desenvolvimento da cidadania, para a construção de uma sociedade mais distributiva de seus bens.

A grande novidade da nova LDB no que diz respeito a esta pesquisa pode ser resumida ao fato de que a educação profissional passa a receber um tratamento especial, renovado, e, na verdade, diferenciado no que diz respeito à legislação anteriormente em vigor (a Lei 5.692/71).

A nova LDB 9394/96 confere ao ensino profissionalizante, formalmente, um capítulo inteiro dedicado ao aspecto da formação profissional do indivíduo: esta modalidade de formação passa a ter sua devida importância, na medida em que deixa de ser relegada a segundo plano.

A educação básica tem como sua etapa final e de consolidação o ensino médio, que objetiva a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se preparar com flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, com vistas ao mercado.

Como consequência do processo acelerado de mudança, a vida útil das qualificações profissionais está cada vez mais curta e continuará se reduzindo no futuro. Assim, o desafio atual da educação profissional não é só formar cidadãos para os empregos qualificados que o mercado demanda. Torna-se necessário, além disso, redobrar esforços em programas de formação permanente e continuada para os trabalhadores que já fazem parte da força de trabalho, com o objetivo de aperfeiçoá-los, requalificá-los ou reconvertê-los às novas ocupações que aparecem no mercado.

Diante de tantas reestruturações que evidenciamos, podemos refletir no sentido de que o mundo do trabalho impõe as suas questões. A globalização presente na era

atual valoriza o cidadão produtivo, o que é reflexo de uma sociedade que coloca o conhecimento técnico como principal fator de produção. Essa forma de reestruturação das relações de trabalho é reflexo de ações dos agentes sociais envolvidos no ambiente institucional, de empresas, educadores, formuladores de políticas, com objetivos bem definidos sob o ponto de vista ideológico, histórico e cultural, com o propósito intencional de naturalizar o que é socialmente construído. A contextualização com o mundo do trabalho globalizado implica o entendimento de que entre o universo da economia e da educação há uma infinidade de conceitos transitando, referenciados nas idéias de qualidade, projeto e valor. É relevante compreender esse quadro nessa perspectiva histórica, econômica, atual e globalizada.

O Ministério da Educação (MEC) sabe que é no ambiente escolar onde verdadeiramente ocorrerá a transformação que possibilitará às escolas de educação profissional responderem com agilidade e flexibilidade às rápidas e permanentes modernizações do sistema produtivo. Assim, os esforços do MEC para reformar o ensino profissional de nada valerão, se os professores não assumirem para si a responsabilidade dessa construção. Entretanto, o compromisso com essa responsabilidade não depende apenas deles, mas das condições objetivas nas quais atuam, tais como jornadas de trabalho e salários adequados.

Segundo o responsável pelos currículos nas Escolas Técnicas Estaduais e Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza, o papel do educador das instituições que ministram cursos técnicos deixou de ser somente o domínio dos conhecimentos técnicos de sua disciplina e passou a abranger também conhecimentos metodológicos e educacionais específicos, “saber fazer”, adequado aos diferentes currículos.

Para ele, os cursos técnicos hoje são mais um investimento para o profissional. Muitos jovens acreditam, ao passar por um curso técnico, que terão emprego garantido. Entretanto, o papel desses cursos é proporcionar condições de atuar e competir, mas é necessário que o jovem saiba que deve estar em constante atualização profissional, idéia essa que deve ser norteadas no discurso do professor e das instituições envolvidas na política e processo educacional.

Mas se de um lado temos o aluno ou profissional que deve estar em constante atualização profissional, fica claro que a formação continuada dos profissionais da educação torna-se essencial para o bom desempenho dessa proposta de uma educação voltada para as exigências do mercado. Mas como isto tem ocorrido em especial dentro do CEETEPS? Veremos no decorrer deste estudo.

2. A instituição CEETEPS e as propostas de educação profissional de nível técnico

2.1 Caracterização da instituição

O CEETEPS, instituição pública de ensino técnico e tecnológico, criado originalmente para o desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural da sociedade paulista, foi criado em 06/10/1969 como autarquia e transformado em autarquia de regime especial associada e vinculada à UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, por ocasião da criação da universidade, em janeiro de 1976. É hoje a instituição pública estadual responsável pela oferta de ensino profissional do Estado de São Paulo, por meio das Escolas Técnicas Estaduais – ETES e das Faculdades de Tecnologia – FATECS. Esta autarquia propunha-se a formar profissionais para o parque industrial, setor agropecuário e área de serviços por meio do ensino e da pesquisa, em suas unidades de 2º e 3º graus. Visava atender a necessidade de inovação da tecnologia, com o auxílio da formação integral do educando, proporcionando-lhe o desenvolvimento de suas potencialidades, preparando-o para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Hoje, após 36 anos de tradição, o Centro Paula Souza tornou-se referência nacional no ensino público. Conta com 120 Escolas Técnicas e 26 Faculdades de Tecnologia espalhadas por todo o Estado de São Paulo, e nas Escolas Técnicas são ministradas 50 habilitações profissionais. Atende 90 mil estudantes nas Escolas Técnicas e 15 mil nas Faculdades de Tecnologia. Seus cursos atendem a demanda dos setores industrial, agropecuário e de serviços.

A relevância do ensino técnico/tecnológico no contexto atual está respaldada no discurso de um ex-governador do Estado de São Paulo, durante a cerimônia de comemoração dos 35 anos da instituição, no Palácio dos Bandeirantes. Ele afirmou:

(...) somos a maior rede de ensino público e tecnológico gratuito da América Latina criada como entidade autárquica, durante o governo de Roberto Costa de Abreu Sodré, em 06 de outubro de 1969 tendo, à época, como finalidade,... articulação, realização e desenvolvimento da educação tecnológica, nos graus de ensino médio e superior¹.

O CEETEPS passou por momentos de grandes mudanças na formatação dos cursos técnicos. Sob a égide da Lei 5.692/71, os professores, no que tange ao planejamento educacional, registravam os projetos de trabalho em um documento, com o nome de “Plano de Trabalho”. Este documento era preenchido com base no documento chamado de “Ementário”. A parte encontrada deste documento encontra-se no Anexo F. Esse documento continha os seguintes itens: objetivos da habilitação, perfil do profissional, principais objetivos do componente curricular e seção do programa de ensino (conteúdo). O Plano de Ensino deveria contemplar o conteúdo, os objetivos do componente curricular, número de aulas previstas e número de aulas dadas, metodologia, programa de avaliação e recuperação, bibliografia, atividades interdisciplinares.

Porém, no início do ano de 2000, ainda sem uma compreensão do novo contexto educacional por parte dos professores, houve uma informação geral de que não deveria mais ser usado o Ementário, e sim os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação profissional para a elaboração do Plano de Ensino. A partir desse momento, grandes mudanças passaram a ocorrer no Curso Técnico, no nosso caso, no Curso de Turismo.

O CEETEPS proporcionou várias capacitações para seus coordenadores e professores, a fim de que pudessem adequar suas metodologias de ensino às novas exigências que o Decreto 2208/97 fazia ao ensino profissional, mencionadas anteriormente.

Dentro desse contexto, em 1999, recebemos uma proposta para integrar uma comissão que iria trabalhar na elaboração do Plano de Curso para Técnico em Turismo de uma fundação também localizada no interior paulista, instituição esta que, na época,

¹ Art. 2º. Decreto - Lei Nº 196, de 06/10/69.

estava conveniada com o CEETPS. A partir daí, passamos a trabalhar em duas unidades escolares diferentes.

Continuamos, assim, uma jornada de cursos e palestras, proporcionados tanto pelo CEETEPS como pela fundação, a fim de entender os documentos oficiais que seriam utilizados como linha mestra na elaboração do plano de curso em questão. Na busca de subsídios para a construção deste plano, deparamo-nos com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, documento do Ministério da Educação que oferece informações e indicações adicionais para a elaboração de planos de cursos nas diferentes áreas profissionais. Esse documento apresenta o ensino por competência que, por sua vez, indica uma mudança de enfoque no que diz respeito aos conteúdos curriculares, apresentando um ensino no qual o conteúdo é visto como um meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir os bens culturais e econômicos.

Com o objetivo de auxiliar os professores e gestores a compreender a pedagogia das competências e entender a reforma do ensino técnico, o CEETEPS em 1999 dá início às capacitações, com o curso Planejamento estratégico e gestão participativa, para diretores e coordenadores. Em 2001 disponibilizou uma nova capacitação para coordenadores, com o tema “Projeto de trabalho, instrumento e desenvolvimento de competências e de intervenção na realidade social” e no mesmo ano, “Gestão de currículo por projeto, elaboração, acompanhamento e avaliação”, para diretores. Todos os cursos eram compostos de uma carga horária presencial, e outra não presencial além da entrega de um Tcc (trabalho de conclusão de curso) obrigatório e frequência mínima de 70% nas atividades presenciais, para recebimento de certificado. Mesmo não tendo atingido todos os objetivos e entendendo que a missão estava apenas iniciando, o CEETEPS deu continuidade disponibilizando o curso “Avaliação e certificação de competências profissionais: concepção, experiências e perspectivas” em 2002, para coordenadores.

Como profissional da área de turismo e hospitalidade, vinda de um mercado de trabalho fora da área educacional, não tivemos dificuldade para entender a proposta, já que durante anos de trabalho precisamos contratar profissionais que, na sua maioria,

não conheciam as atividades que teriam de executar. Porém, não encontramos a mesma facilidade de entendimento entre os docentes com os quais trabalhávamos.

Nesse momento, já vínhamos fazendo questionamentos sobre os motivos por que esses docentes tinham tanta dificuldade para “entender” ou “aceitar” a proposta de uma nova forma de ensino.

Percebíamos que não há uma receita para aprender a ensinar de acordo com a pedagogia das competências. Por isso, procuramos compreender como essa proposta específica surgiu. Até a conferência de 1990 em Jomtien, na Tailândia — onde foi elaborada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos —, os processos educativos estavam calcados no que o físico e educador paulistano, Luiz Carlos Menezes, chama de ensino cartorial, isto é, um agrupamento de assuntos para memorizar, ou a prática exaustiva de exercícios. Naquele encontro, concluiu-se que havia necessidade de mudanças estruturais, que a reforma na educação era uma prioridade mundial, e o ensino por competências seria uma alternativa. Então, estava tudo errado? Não. O contexto social de épocas passadas aceitava aquela formação. O problema é que esse contexto estava deixando de existir, pois de alguma forma o atual processo recebia influências de épocas passadas, e o processo anterior, do novo. Para muitos, a sociedade tem hoje outras prioridades e exigências, em que a ação é o elemento-chave. Simplesmente dar o conteúdo e esperar que ele seja reproduzido não forma o indivíduo que o mercado de trabalho exige. Quem não estiver preparado para o trabalho conceitual e criativo, pode estar fadado à exclusão social, por meio do desemprego.

Mas encontramos estudos recentes, tanto das questões do mercado de trabalho propriamente dito, como das relações sociais, que nos levam a refletir sobre esta leitura de qualificação profissional, conforme indicado por Lucília Machado (apud FIDALGO, 1996: 13-14):

Atualmente a questão da qualificação torna-se ainda mais crucial nas relações de produção e no trabalho, no momento em que se objetivam novos métodos de racionalização do aparelho produtivo, que contribuem para acentuar as diferenciações entre os segmentos de trabalhadores. Por outro lado, há uma nova maneira de analisar as condições de trabalho e a questão de qualificação, que não é mais tratada como consequência inevitável da evolução técnica. Considera-se fundamental

o influxo das novas políticas de organização do processo de trabalho e de gestão da força de trabalho e seus impactos sobre o modo de ser do trabalho, a subjetividade humana e as relações intersubjetivas, que envolvem o coletivo dos trabalhadores. Avançar na compreensão teórica desses novos mecanismos de formação no trabalho e para o trabalho constitui contribuição fundamental para a orientação das práticas de intervenção educativa dos trabalhadores e de formação profissional.

Nas diferentes leituras sobre as questões relativas a educação profissional, qualificação profissional, mercado de trabalho e das relações sociais, observa-se que o aprendizado deve sempre colaborar não apenas para o conhecimento técnico, mas também para ampliar a cultura do indivíduo, levando-o assim a um entendimento melhor sobre a vida social e produtiva.

Logo depois de passar a integrar a comissão para elaboração do Plano de Curso de Turismo da fundação citada anteriormente, começamos a exercer também outro cargo, o de professora coordenadora da área de Turismo e Hospitalidade da ETE TUR.

O passo seguinte previa que trabalhássemos com os professores a formatação do Plano de Ensino de cada um deles, a partir do Plano de Curso previamente elaborado pelo CEETEPS. Nossa missão era, esquecendo o Ementário, fazer um levantamento do perfil regional do profissional necessário no mercado de trabalho e adequá-lo ao Plano de Curso. O suposto, com certa orientação, é de que o professor teria autonomia para elaborar o seu Plano de Ensino a partir do Plano de Curso. O que parecia uma tarefa simples transformou-se numa tarefa bastante difícil e delicada. A autonomia do professor não depende apenas dele, mas também é definida a partir dos conceitos e objetivos já citados anteriormente, bem como do nível de centralização da coordenação técnica geral do CEETEPS.

A situação gerada a partir desse novo momento e a necessidade de entender as relações do professor com os alunos no que diz respeito à utilização dos planos de trabalho por competência foram as principais razões pela quais procuramos o Mestrado na área da Educação e, por conseqüência, estabelecemos o objetivo deste trabalho, ou seja, procurar entender os planos formulados pelos professores, sua implementação e aplicabilidade no curso, por meio das aulas propostas. A compreensão desses fatos auxiliará a entender as mudanças propostas pela Reforma do Ensino por meio do

Decreto 2.208/97, bem como as mudanças no cotidiano das salas de aula causadas por essas novas práticas, ou sua ausência ou, ainda, sua mistificação.

Este trabalho instigou-me, ainda, a pesquisar como os docentes estão trabalhando com essa nova forma de ensino, já que entendemos, como profissional vinda do mercado de trabalho da área de turismo e hospitalidade, entendemos que, atualmente, trabalhar da forma proposta exige uma profunda reflexão dos professores, uma vez que terão não somente de transmitir conteúdos, mas também de incluir técnicas, conteúdos e procedimentos de utilização de tais conteúdos.

A partir do exposto, temos como objetivo, neste trabalho, investigar as práticas docentes no que diz respeito ao desenvolvimento do plano de trabalho para o Curso de Turismo, elaborado por competências, a partir do Plano de Curso encaminhado pelo CEETEPS, ou seja, como é que esses “planos” acontecem na realidade da prática na sala de aula? De que maneira se dá o processo de desenvolvimento de competências?

Discutir a educação profissional a partir dos planos de trabalho por competência implica entender as profundas modificações que vemos ocorrer no mundo, em razão das transformações técnicas, econômicas e políticas da sociedade atual.

Se levarmos em conta que a educação profissional deve ser, antes de tudo, educação, é possível pensar numa formação por competência, na qual a essência do ensinar componha um cenário do aprender a fazer, utilizando os conteúdos que se mostrarem adequados.

As necessidades humanas, ao longo da história, sofreram processos de mudança, levando a uma superação constante de limites, para que fosse possível uma adaptação e conseqüente sobrevivência na sociedade. No entanto, a construção da história humana não se faz apenas por processos adaptativos, mas também e, principalmente, por processos de ruptura com o existente. Somos levados a pensar nas grandes mudanças estruturais nos mais diversos campos. Elas sempre resultaram de questionamentos, incômodos e contestações ao existente. A educação profissional atrelada à formação por competência está passando por um processo de construção em que se ressalta a importância da qualidade na qualificação profissional e sua complexidade.

Nos últimos anos, a busca pela qualidade tem sido o “motor” das políticas e das ações na educação, por vezes contraditórias. O termo qualidade, no entanto, tem tomado forma e conteúdos diferentes com o passar dos anos, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade e na educação. A referência ao termo qualidade no contexto dos novos paradigmas advindos da Lei 9.394/96 deve ser entendido no contexto das mudanças da estrutura social e global.

A proposta inicial de separação do ensino médio e do ensino técnico reflete um pensamento de educadores e políticos, afinados com os interesses do empresariado, segundo os quais se deveria buscar qualidade para as duas formas de educação, tendo em vistas as mudanças no campo de trabalho. A decisão do Estado e de setores da sociedade civil brasileira de ampliar a educação básica para o final do ensino médio e propiciar o ensino técnico como algo que deveria ser feito concomitantemente ou ao término da educação básica, deve ser analisada em função dos fatores políticos, econômicos, históricos, e sociais, que norteiam a vida em nossa sociedade, e essa decisão não deve ser vista como algo isenta dos interesses que estão por trás das decisões políticas, especificamente na área educacional.

O ensino por competências ainda é objeto de muitas discussões. Quando nos deparamos com algo novo, que visa a uma mudança de paradigma nas formas institucionalizadas, somos submetidos a um processo de análise e descobertas.

Por tratar-se de uma situação nova, no contexto atual da educação brasileira, é preferível entender o termo competência como objeto de pesquisa e investigá-lo em todos os seus aspectos, antes de fecharmos a questão. Ramos (2001:7), quando apresenta a discussão de noção de competência em seus vários planos, comenta:

(...) a idéia que se difunde quanto à pertinência do uso da noção de competência pela escola é que tal noção seria capaz de promover o encontro entre o trabalho e a formação. No plano do trabalho, verifica-se o deslocamento do conceito de qualificação em direção à noção de competência. No plano pedagógico, testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações concretas e específicas. Essas competências são definidas em relação aos processos de trabalho que os sujeitos deverão ser capazes de compreender e dominar.

Segundo o secretário nacional do Ensino médio e Tecnológico², Ruy Leite Berger Filho, competências são “estruturas ou operações mentais de caráter cognitivo, sócio-afetivo ou psicomotor que, quando mobilizadas e associadas a saberes teóricos ou experimentais, geram habilidades ou saber fazer “(apud ARAÚJO, 2000:59).

São diversas as definições, complexas e muitas vezes imprecisas, além de carregadas de ideologia, conforme consta na citação dos autores Silva Júnior & Ferretti. Os técnicos do MEC, ao tratarem, nos PCNs, as possibilidades de organização de um ensino por competências, não apresentam um modelo de abordagem do conteúdo como algo linear, que deva ser seguido a partir de orientações fixas, mas apresentam uma proposta de ação pedagógica que tenha como parâmetros a flexibilidade para aquilo que o discurso pretende como sendo uma adequação ao ensino por competências. Esse propósito de não apresentar um modelo único baseia-se nos documentos oficiais que visam nortear a educação básica e o ensino técnico, refletindo os interesses ideológicos dos sujeitos que organizam a educação no contexto da lei, respaldados na denominação do documento – Parâmetros Curriculares.

O fato de que os atuais professores receberam uma formação centrada em saberes disciplinares, portanto conteudistas, bem como as poucas informações que revelam dominar durante os períodos de planejamento, no que diz respeito à formação por competência, especificamente na área de Turismo e Hospitalidade, levam-nos a tomar como objeto de estudo suas práticas docentes. Como se dão as práticas docentes em sala de aula confrontadas com os planos de trabalho e com os métodos de avaliação? Em conformidade com os modelos apresentados nos documentos do CEETEPS, a partir da avaliação do Plano de Ensino e da observação do professor durante as aulas, buscou-se verificar a existência de coerência entre os planos e a prática, em busca de um ensino por competência. Por meio de entrevistas, foram buscados indícios para interpretar a atuação do professor no que diz respeito à proposta da reforma escolar no ensino por competência.

Essa busca foi orientada por questionamentos como os seguintes:

² Graduado em Letras pela PUC/RJ, com pós-graduação em lingüística, lecionou na Universidade Federal do Piauí, e atuou no Ministério da Educação durante a gestão do Ministro Paulo Renato (1995-2003), primeiramente como Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Educação e como Secretário da Educação Média e Tecnológica.

a) o docente conhece a temática das competências (implícitas no Decreto nº. 2.208/97) e seu real significado? Talvez desconheça a ênfase que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dão ao ensino profissional e ao desenvolvimento de competências, e por esse motivo, não consiga visualizar seus objetivos conforme descrito nas considerações preliminares (1997:13):

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando as discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

b) o docente concorda ou não com a proposta da reforma? A questão está assentada no suposto de que a postura do docente frente as reformas e sua implementação depende não apenas do conhecimento que detém sobre ela mas também de seu posicionamento em relação aos objetivos que visa e formação proposta.

c) a não participação expressiva dos professores na definição das políticas e na definição de seus procedimentos de implementação em função dos procedimentos adotados pelo CEETEPS poderia interferir nestes, produzindo algumas contradições entre o proposto e o praticado?

O CEETEPS criou instrumentos de controle para auxiliar os dirigentes (diretores, coordenadores e professores) na construção do processo educacional. Os instrumentos que serão abordados por esta pesquisa são: o Observatório e o Sistema de Avaliação Institucional (SAI), para análise dos planos de trabalho, da atuação pedagógica dos professores e funcionários e outros diferentes aspectos sobre os quais falaremos abaixo:

O Observatório Escolar é um dos instrumentos aplicados pela CEETEPS do Centro Paula Souza, para realizar a Avaliação Institucional das Unidades de Educação Técnica e Ensino médio e tem por objetivo diagnosticar e analisar os diferentes aspectos dessas escolas.

São realizadas visitas de um dia às Unidades por, no mínimo, dois observadores. O período desse processo é sempre de agosto a dezembro do ano letivo. A equipe de

observadores é constituída por supervisores escolares, professores responsáveis por área/disciplina ou projeto e assistentes técnicos de direção das Coordenadorias de Ensino técnico, Recursos Humanos e de Administração.

O procedimento para a análise da Estrutura Organizacional da unidade escolar é aplicado por meio de um roteiro de observação constituído de vários temas: Secretaria Acadêmica; Rede Física da Escola; Diretoria de Serviço, Acompanhamento do Plano Escolar, Instituições Auxiliares, Convênios e Parcerias, e Atendimento Didático-Pedagógico.

Os observatórios enfocam prioritariamente os aspectos didático-pedagógicos da Unidade e, para tanto, antes da visita são encaminhados às Unidades anexos para serem preenchidos e devolvidos aos observadores.

As técnicas de observação empregadas são:

- Observação direta;
- Entrevistas com diretores, coordenadores de área, atendente acadêmico, bibliotecários ou responsáveis pelo setor e responsáveis pela cooperativa-escola;
- Verificação dos registros escolares e administrativos;
- Vistoria das dependências que foram melhoradas ou construídas após o observatório anterior.

Com as informações obtidas, os observadores redigem um relatório, contendo:

- A tabulação de dados levantados do conjunto das escolas, seguida de comentário e análises, estabelecendo, sempre que possível e necessário, comparações com os dados levantados no observatório anterior.
- Análise individual comentada dos dados e informações da escola, estabelecendo as possíveis e necessárias comparações com o observatório anterior.

O observatório escolar é um instrumento de avaliação que tem por finalidade a coleta de informações e dados. Ao término do processo, esses dados são compilados e devolvidos à Unidade, especificados como um diagnóstico que tanto pode evidenciar as ações positivas desenvolvidas pela escola, como também mostrar as ações ineficientes

ou a inexistência de ações que, conseqüentemente, refletem na qualidade de ensino, nas relações humanas e no atendimento à comunidade.

Por outro lado, os observadores encaminham o relatório às instâncias superiores, sugerindo ações que possam subsidiar as escolas e a CEETEPS na busca de soluções para os problemas diagnosticados. Além disso, essas informações alimentarão o banco de dados da CEETEPS, no Centro Paula Souza.

Analisando os itens abordados e/ou levantados, notamos uma tendência que privilegia o espaço físico (salas, laboratórios, bibliotecas, secretarias, etc..) e seu funcionamento dentro da instituição. Esses aspectos podem ser avaliados e compreendidos de forma direta pelos observadores/avaliadores que compõem o grupo designado pelo órgão competente. Porém, os aspectos subjetivos (pesquisas feitas com alunos, funcionário e professores) já sofrem interferência direta dos formulários a serem preenchidos, da subjetividade de cada pessoa entrevistada, da interpretação do avaliador, etc. Desta feita, é um instrumento limitado em sua essência, já que a unidade já respondeu os “Anexos” previamente encaminhados pelo órgão avaliador; as unidades sabem previamente o dia da avaliação, e, conseqüentemente, quais os interesses prioritários.

Muito embora as preocupações demonstradas no discurso se façam sobre a égide dos aspectos “didático-pedagógicos”, esta primeira parte enfatiza o caráter físico da instituição e seu funcionamento, burocracia inscrita nas normas e regras de funcionamento da instituição.

Só para exemplificar, a simples vistoria dos planos de trabalho elaborados pelos docentes, não garante o cumprimento dos mesmos, tampouco sabemos se realmente o professor saberá executar o que está proposto. O máximo que podemos verificar é se o plano está preenchido de acordo com as regras e normas estabelecidas. Aspecto que obviamente não garante o desenvolvimento das competências propostas.

Em contrapartida, a organização dos funcionários (diretores, administradores, docentes e discentes) da instituição avaliada, que se empenhem na tarefa de mostrar seus problemas estruturais (físicos e humanos), podem se valer do “observatório” para justificar suas reivindicações, já que se estabelece a garantia da privacidade das

informações. Porém, nem os documentos nem a visita dos observadores retratam o real cotidiano da escola, pois o cotidiano evidenciado é o da “casa arrumada”, que aguarda uma visita. .

Muito embora não exista um ranking das melhores escolas, aquelas que se destacam do ponto de vista positivo dos observadores, ou seja, que mantêm diários de classe em ordem, apresentam todos os planos de trabalho dos professores (não se verificando a sua aplicabilidade, pois, na maioria das vezes os observadores não pertencem às áreas dos planos analisados), a adequação estrutura física (limpeza, equipamentos, etc.), a ordem dos registros escolares e administrativos, conforme constatado por observações e referendado em entrevistas com coordenadores (selecionados antecipadamente pela direção) são as escolas que constantemente estão envolvidas nos mais diversos projetos, o que acaba sempre gerando benefícios para as mesmas, sob a forma de recursos. O cotidiano observado serve para produção de um relatório onde se traça comparações com a visita anterior.

Já o SAI é um processo de avaliação realizado nas escolas anualmente, em período predeterminado pelo CEETEPS.

São pesquisados: alunos, funcionários e professores, por meio de questionários que são aplicados por empresas terceirizadas pelo Centro Paula Souza.

Abaixo, apresentamos um exemplo do questionário dos alunos com relação às dificuldades de aprendizagem em todos os módulos dos cursos técnicos na ETE TUR, referente ao ano de 2005:

<i>Em sua opinião, quais seriam os motivos para essas dificuldades?</i>	<i>%</i>
<i>Alunos</i>	
<i>1. Não me identifico</i>	12,25
<i>2. Exige muito tempo de estudo</i>	6,13
<i>3. Não tenho base suficiente</i>	13,24
Subtotal	31,62

Didático-Pedagógico

<i>4. As exposições do professor não são claras</i>	17,39
<i>5. Não julgo o conteúdo importante para minha formação profissional</i>	2,57
<i>6. Falta preparo das aulas</i>	11,26
<i>7. O que é ensinado não se relaciona com a prática profissional</i>	7,51
<i>8. Falta motivação do professor</i>	9,68
<i>9. Exige muito trabalho extraclasse</i>	7,11
<i>10. A cobrança feita pelo professor não é coerente com o conteúdo ensinado</i>	7,91
<i>11. O professor é especialista em outra área</i>	2,77
Subtotal	66,21
<hr/>	
Infra-Estrutura e Gestão	
<i>12. Pouco equipamento para muito aluno</i>	1,19
<i>13. Os equipamentos não funcionam</i>	0,99
Subtotal	2,17
Total	100,00

Manifestações específicas por curso (universo pesquisado 35 alunos)

Turismo	Incidência
Assistência a alunos com dificuldades de aprendizagem	1
Aumento da duração dos cursos	1
Capacitação e atualização dos docentes	1
Aulas práticas em maior número e melhores	3
Mais facilidade para obtenção do estágio	3
Melhoria da Coordenação	2
Adequação à didática das disciplinas técnicas	2

O curso é muito bom	5
Promoção de atividades extra classe (feiras, visitas, eventos, palestras, cursos extracurriculares, etc.)	1
Revisão da grade curricular com relação à carga horária das disciplinas técnicas (seqüência, aumento, redução e substituição)	1

Sugestões, reivindicações e críticas dos alunos quanto aos cursos

No final do instrumento de pesquisa dos alunos, há espaço para que possam se manifestar espontaneamente. Dessas manifestações, passaremos a relacionar as sugestões, críticas e/ou reivindicações, indicando a incidência de cada item da escola como um todo, e por curso.

Universo pesquisado: 70 alunos

Manifestações espontâneas extensivas a todos os cursos da ETE	Incidência
Aulas mais dinâmicas, bem preparadas , motivadoras e voltadas para o mercado de trabalho	4
Aulas melhores e mais práticas	12
Adequação da didática das disciplinas técnicas	13
Aumento da duração dos cursos	2
Aumento do uso da INTERNET, com mais equipamentos e para fins didáticos	1
Capacitação e atualização dos docentes	4
Troca de alguns professores	5
Diminuição da carga horária das disciplinas que não são diretamente ligadas aos cursos	2
Integração entre os professores, para que as disciplinas possam estar mais relacionadas	1
Intensificação do contato com o mercado de trabalho, para definir o campo profissional e o conteúdo dos componentes curriculares	6
Mais facilidade para obtenção do estágio	3
Melhoria da Coordenação	2
Melhoria dos laboratórios e/ou ambientes de práticas profissionais	1
Aumento do número de equipamentos, máquinas e material de consumo	12
Estágio do curso	1

Respeito dos professores para com os alunos	3
promoção de atividades extraclasse (feiras, visitas, eventos, palestras, cursos extracurriculares, etc.)	2
Revisão da grade curricular com relação à carga horária das disciplinas técnicas (seqüência, aumento, redução e substituição)	6
Utilização e reposição de material didático de qualidade	2
O curso é muito bom	9
Assistência a alunos com dificuldades de aprendizagem	1

Com base também em questionários aplicados aos funcionários de todos os níveis e aos alunos, o SAI, é um instrumento político-ideológico que expressa uma política educacional colocada de cima para baixo, como forma de organizar e criar métodos e padrões únicos para todas as unidades escolares, com o objetivo de elencar acertos e corrigir distorções.

Ainda que feitos periodicamente, os sistemas de avaliações oficiais ficam abertos a interpretações dos dirigentes e professores para serem negociados em situações futuras, em acordos ou dissensões de todas as ordens possíveis. Notamos ainda a não preocupação clara em saber se tanto o docente como o discente sabem sobre o ensino por competência e se esse ensino ocorre ou não dentro do curso, ficando assim uma lacuna, ou seja, um distanciamento entre as práticas docentes cotidianas e as esperadas pelo CEETEPS.

Vejamos então: temos formulários obrigatórios (plano de curso), sistemas de avaliação a que todos os docentes têm que ser submetidos, mas nestes dois sistemas não temos instrumentos para mediar a atuação do professor que deveria ensinar por competência e cumprir seu plano de trabalho em sala de aula.

Esta pesquisa qualitativa iniciou-se por uma pesquisa bibliográfica e documental, gerando informações que estão relatadas no corpo deste trabalho, fornecendo subsídios para as análises.

Os planos de trabalho de três componentes que têm ligação relação direta com atuação do técnico em turismo no mercado de trabalho serão analisados assim como as entrevistas realizadas com os professores responsáveis por esses conteúdos.

Dessa forma, pretendemos aumentar a compreensão sobre como se dá o processo de formulação dos planos de trabalho, tendo como base a proposta de ensino por competência em sala de aula e as práticas docentes calcadas na pedagogia por competências.

2.2 As reformas educacionais e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Hoje o mercado exige do sistema educacional, em geral, uma formação mais complexa, com conhecimentos mais significativos e abrangentes, demandando a qualificação polivalente do trabalhador, de modo a garantir a unidade da teoria com a prática e do concreto com o abstrato. Segundo Araújo & Covello (2000:57)

Hoje, a qualidade e a efetividade da educação profissional dependem não só da transmissão de conhecimentos tecnológicos, mas, - até para sua otimização do desenvolvimento de virtudes e qualidades pessoais que desenvolvam a autonomia e a criatividade dos técnicos. Em qualquer profissão, o nível de eficiência passa pela combinação de conhecimentos específicos com uma cultura básica (códigos e linguagens, matemática, ciências humanas e naturais) que garanta uma maior integração no mundo do trabalho e das relações sociais.

Alguns termos, como “educação para o trabalho”, fazem parte da história do ensino profissionalizante; outras, como “progressão continuada” e “avaliação por competências” produzem uma certa dificuldade de entendimento. Essas dificuldades surgem durante os períodos de planejamento das atividades pedagógicas, na elaboração do plano de ensino e, num segundo momento, quando os professores tentam aplicar as propostas das reformas em sala de aula.

Antes do Decreto 2208/97, um curso de formação técnica, nas escolas do Centro Paula Souza, no sistema integrado com o ensino médio, totalizava 1872 horas do núcleo comum, no ensino profissionalizante contava com 1776 horas, 120 horas de Informática, 80 horas de Psicologia das Relações Humanas e 200 horas de disciplinas de livre escolha perfaziam um total de 3248 horas/aula., conforme pode ser observado no Anexo E, utilizado como exemplo, pois na época (1998), o curso técnico em turismo ainda não havia sido criado.

Hoje, o ensino médio do Centro Paula Souza conta com 3000 horas, enquanto na maioria dos cursos técnicos, inclusive o Técnico em Turismo, o semestre é de 500 horas, totalizando 1500 horas, pois a duração de um curso técnico é de três semestres, embora existam cursos com quatro semestres (como, por exemplo, na organização curricular do ensino médio e ensino técnico em Turismo, em anexo), que perfazem um

total de 4.500 horas. Podemos observar que o decreto 2208/97 permitiu que se desenvolvesse nos educandos maior carga horária da base nacional comum, ficando a parte profissionalizante específica para as práticas educativas que o currículo propõe. Vejamos o relato de uma profissional de educação que lecionou tanto nos cursos integrados quanto nos cursos separados, após o decreto, responsável pela implantação do curso técnico em turismo em 1998, tendo sido eleita para o cargo de diretora por duas vezes consecutivas,. Na época desta entrevista ocupava o cargo de supervisora escolar junto à Secretaria Estadual de Educação:

Comecei a dar aula de Biologia para o 1º, 2º e 3º anos, para as turmas de Agropecuária que era um curso integrado. As aulas começavam às 7h30 e iam até 11h30, com +/- 1h de almoço. Todos, diretora, professores e alunos tinham certeza de que só as matérias técnicas eram importantes. Os professores do núcleo comum eram o “baixo clero”. Diante disso, tinham o pior horário, os alunos saíam da aula freqüentemente para fazerem coisas mais importantes etc.. Acho que cada turma tinha duas aulas de Biologia, não tenho certeza. Lembro apenas que nada era considerado importante pelos alunos, eles eram arredios e só queriam saber de prática. Os professores do núcleo comum sofriam pressões para que nas poucas aulas que tinham ensinassem “coisas práticas”. Hoje entendo melhor a necessidade da contextualização do ensino. Como professora de Biologia eu não ignorava que eles viviam em uma fazenda, mas eu achava que eles tinham que ter noções sobre células, mesmo que não desse para aplicar aquele conhecimento imediatamente com os porcos, por exemplo. Não lembro exatamente quando ou como houve a mudança. Os professores do núcleo comum tinham tão poucas aulas que aquilo se transforma num “bico”, não tem jeito... Portanto, eram tão poucas aulas, que nada do que acontecia ali era realmente importante. Lembro apenas da revolta dos professores do técnico quando souberam da reforma do ensino técnico, dizendo que isso enfraqueceria o curso, que eles perderiam aulas etc.. Lembro também que em toda reunião do CEETEPS os professores e diretores faziam discursos inflamados contra a tal “reforma do ensino técnico”, acho que era assim que falavam. Embora não se apresentassem argumentos válidos (professora e ex-diretora de uma das escolas técnicas).³

O relato acima demonstra que por um lado tínhamos professores do núcleo comum que almejavam uma formação propedêutica mais abrangente e, por outro, professores do ensino profissionalizante que demonstravam sua insatisfação na possível redução de suas aulas. Durante esse período de transição da reforma, ocorreram muitos conflitos nas escolas técnicas, trazendo à tona problemas antes não expostos. Com a reforma, podem ser citados como exemplo as políticas educacionais que não se preocuparam com as perdas salariais dos professores do ensino

³ No Anexo “E”, encontram-se as organizações curriculares que permitem comparar a reforma do ensino técnico.

profissionalizante, no caso da redução de suas aulas. Esta insatisfação se reflete na sala de aula conforme apontam Silva Júnior&Ferretti (2004:72), ao se referirem a partir de Ball, às posturas diferenciadas de professores em relação a introdução de mudanças na escola:

O autor adverte que é necessário prestar atenção ao conteúdo das políticas educacionais e das decisões tomadas, pois seu caráter é ideológico. Chama a atenção para o fato de que as decisões no campo educacional são carregadas de valor, dada a própria natureza da atividade e a ambigüidade das metas educacionais, do que decorre que muitos dos processos para realizar o trabalho educativo são obscuros. As diferenças existentes entre os profissionais da escola para desenvolver suas atividades e relacionar-se com os alunos tendem, no cotidiano, a ficar na obscuridade, mas têm toda a probabilidade de vir à tona em momentos de mudança.

Com a redução do número de aulas do ensino técnico, os professores ainda tiveram que conviver com a dificuldade no preenchimento de vagas no “novo ensino técnico”. A população paulista, acostumada com a tradição e a qualidade dos cursos técnicos oferecidos em suas escolas há mais de 25 anos, não acolheu as mudanças ocorridas. Muitas das unidades do CEETEPS tiveram problemas para conseguir preencher as vagas oferecidas e algumas sequer formaram classes, fato este inédito na história do ensino técnico paulista. Além de gradativamente aumentar o número de salas ociosas, em alguns períodos, a reforma implantada descaracterizou algumas unidades.

Como exemplo, podem ser citadas as tradicionais “Escolas Agrícolas” que ofereciam cursos de agropecuária em três anos com período integral de aulas; os alunos moravam em alojamentos e faziam todas as refeições na escola, sendo muitos deles oriundos de outros estados. Hoje, as “Escolas Agrícolas” fecharam alojamentos, pois com a redução na duração dos novos cursos técnicos para apenas 03 semestres, os alunos ficam pouco tempo na escola e muitos deles têm que permanecer com suas famílias, a fim de trabalhar e ajudar a compor a renda familiar. A nova estruturação das unidades demandou a constante análise e avaliação dos cursos ministrados.

Objetivando capacitar os profissionais de educação para fortalecer o sistema de ensino com vista à elaboração de propostas curriculares que viabilizassem uma ação transformadora compatível com a educação proposta, com o Decreto 2208/97, o

CEETEPS propôs a capacitação de 10% de seus profissionais, supondo que esses seriam multiplicadores do conhecimento e de metodologias aos demais profissionais. Criou três grupos de trabalho para delinear os rumos das práticas pedagógicas. O primeiro orientado para diretores assistentes e coordenadores, o segundo para professores das disciplinas propedêuticas e o terceiro composto por professores da área técnica.

Para concretizar a sua ação, os grupos passaram a proceder à investigação ocupacional do mercado de trabalho, da demanda das pessoas e da sociedade, traçando perfis profissionais que orientaram a construção dos currículos dos diferentes cursos técnicos e do curso de ensino médio oferecidos pelo CEETEPS. Posteriormente, esse grupo dá origem ao Laboratório de Currículos, que foi criado para dar consistência pedagógica aos planos de curso e sustentabilidade orgânico-funcional, atualizando as organizações curriculares à nova oferta de serviços educacionais.

O Laboratório de Currículos desenvolve as atividades em consonância com as perspectivas do mercado de trabalho, tendo em vista a criação de condições de empregabilidade e qualificação para os jovens, procurando contribuir para a elevação da produtividade das empresas. Na opinião de Paiva (apud Araújo 2000: 57).

A vida contemporânea tende a exigir de parcela crescente da população não apenas um diploma, mas um conhecimento efetivo, além da capacidade de utilizá-lo e adaptá-lo a novas condições. As novas tecnologias exigem cada vez mais de seus usuários uma qualificação que lhes dê a capacidade de colocar em ação uma qualidade central: a transferibilidade.

A reestruturação curricular, a partir de uma visão prospectiva das solicitações profissional e social, pressupõe a superação da inércia das práticas didáticas discursivas e de transferência de conhecimentos acabados, a recriação do processo de aprendizado incorporando novos meios de comunicação, além de exigir o desenvolvimento da autonomia do educando e a cooperação com seus pares e com os educadores. Segundo Brian (apud Araújo 2000:58)

A formação de trabalhadores, com capacidade de inovar, de identificar problemas, encontrar as suas soluções e capaz de implementá-las é assim, um imperativo para o desenvolvimento econômico além de ser condição necessária para a construção de uma sociedade democrática. Essas demandas de formação do trabalhador põem como desafio para os educadores a transformação dos currículos e metodologias de ensino em vigor nas instituições escolares.

A proposta de capacitação dos professores oferecida pelo CEETEPS, tendo em vista a implementação do Decreto 2208/97, que determina a pedagogia das competências, procura ter como objetivo o esclarecimento não só desta legislação, mas também dar subsídios para uma possível implantação no seu plano de trabalho, que possibilite ao aluno sua inserção no mercado.

2.3 Os profissionais de educação no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

A contratação de profissionais de educação na área da docência no Centro Paula Souza dá-se por meio de normas legais, contidas no seu Regimento Comum, atendendo as determinações da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96. Dessas normas fazem parte: as exigências de habilitação e qualificação; as formas de recrutamento, contratação e a carreira, a jornada de trabalho e o sistema de remuneração.⁴

O processo de recrutamento é iniciado por meio de Edital para abertura de inscrições ao concurso público de docentes, de acordo com uma Portaria do Diretor da Unidade de Ensino, que determina todos os procedimentos legais referentes ao processo de contratação.

No momento de proceder à sua inscrição, o candidato é informado que em um dia determinado pela Unidade Escolar será submetido a uma prova escrita, se houver um número determinado de candidatos para o Componente Curricular para o qual ele está se candidatando. Os que forem classificados nessa prova escrita terão que proceder à segunda etapa do processo, que é a apresentação de uma aula de 20 minutos, com recursos tecnológicos determinados pela direção da Unidade Escolar, para uma banca composta de três profissionais de educação, sendo que um deles deve ser obrigatoriamente especialista no Componente Curricular que está sendo pleiteado pelo candidato.

Nessa segunda etapa, a banca examinadora avalia os candidatos quanto à postura profissional, à metodologia aplicada e à desenvoltura do candidato.

A classificação é feita por meio de pontos que a banca examinadora determina, e em dia determinado. Os resultados são publicados na Unidade Escolar.

Todo esse processo é feito semestralmente nas diversas Unidades de Ensino do Centro Paula Souza, e os candidatos classificados entram no cadastro de docentes, aguardando a contratação. É evidente que Unidades de porte menor podem proceder ao concurso anualmente ou de acordo com as suas necessidades.

⁴ Regimento Comum das ETEs do CEETEPS – Art. 114, incisos I, II e III

Salientamos que o docente é escolhido por uma banca examinadora, composta de professores da Unidade Escolar e algumas vezes de especialistas externos. Dessa forma, a contratação não é tão impessoal quanto nos concursos públicos feitos apenas por provas objetivas ou por instituições terceirizadas. Entretanto, qual a visão que esse professor terá da metodologia que deverá utilizar?

Vejamos o relato de uma professora contratada por uma das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza:

Conheci o método do ensino por competências em uma das unidades de ensino do Centro Paula Souza,(...) Ao tomar contato com este método de ensino, a princípio imaginei a complexidade da tarefa e a dificuldade de colocar o método em prática. Era algo totalmente diferente do que conhecia por educação. Somente foi possível compreender o método com a assessoria da Coordenação, que orientou a elaboração dos planos de trabalho. A dificuldade residia em imaginar como atingir as competências, que pareciam ser algo maior do que minha expectativa como docente, levando-me a ter a visão final do profissional completo, formado. Por esses motivos, encaro este método como uma forma moderna de pensar educação profissional. (Professora da disciplina de TOAT, Curso Técnico em Turismo, Centro Paula Souza).

Esse profissional de educação que atendeu a todos os requisitos determinados pela instituição, que foi avaliado e classificado, está apto a trabalhar no sistema de ensino por competências? Que tipo de contribuição essa instituição pode lhe oferecer para que, realmente, as determinações legais do Decreto 2208/97 sejam cumpridas?

Essa contribuição é realizada no CEETEPS através das capacitações. No entanto, os cursos oferecidos não estão atrelados às contratações dos professores e são oferecidos aleatoriamente.

O CEETEPS sempre priorizou a capacitação docente e o interesse por parte dos professores sempre foi muito bom. No início dos anos 90 (ARAÚJO, 2000) a idéia de que a parcela de profissionais participantes da capacitação seriam multiplicadores de conhecimento foi acolhida com entusiasmo, por parte dos diretores das unidades de ensino. Esses acreditavam que, com as capacitações, haveria uma melhora no ensino. Porém, aos poucos foram percebendo que, embora muitos professores se interessassem pela capacitação, muitos deles desligavam-se da instituição gerando inúmeros problemas ao não aplicar os resultados.

Existem vários aspectos no tocante à contratação dos profissionais de educação no CEETEPS. Dentre eles, o fato da contratação se dar por tempo determinado, com duração máxima de dois anos, dependendo do número de aulas que os contratados vão lecionar. Terminado o contrato, são desligados e admite-se outro profissional. A rotatividade, por essa e outras razões, é alta na instituição. Há tempo suficiente para que esses profissionais sejam capacitados a trabalhar por competências num curto espaço de tempo? Esse fator obviamente vai influenciar a qualidade do técnico que será lançado no mercado de trabalho.

Embora os cursos tenham sido reduzidos, as ações de capacitação, compostas de atividades presenciais e não presenciais, resultaram na produção de material de apoio sobre competências, que foram construídos com base em autores que tratam do tema, tais como Nilson José Machado, atentando além das questões relativas a economia, para aquelas referentes a valores, à cidadania e suas relações com o profissionalismo. Outras capacitações trataram da elaboração de currículos flexíveis e de processos de avaliação no ensino pela pedagogia das competências.

Dentre essas capacitações oferecidas pelo CEETEPS aos Coordenadores de Área, citamos também como exemplo a elaboração do plano de trabalho docente para que ele pudesse ser desenvolvido e aplicado adequadamente nas unidades escolares.

Como parte dessas atividades, esses cursos contaram com a presença de especialistas em educação e em ensino profissionalizante, com palestras relativas a temas decorrentes da Reforma da Educação, tais como: “O modelo da competência e suas conseqüências sobre as ocupações profissionais”, por Philippe Zarifian, “Avaliação no processo de construção de Competências”, por Almério Melquíades de Araújo e Júlia Falivene Alves, entre outros.

Os coordenadores representantes das unidades escolares e de área profissional foram encarregados de repassar e discutir com seus pares as atividades desenvolvidas durante os cursos, bem como de trazer contribuições para as oficinas direcionadas para os itens que iriam compor os planos de trabalho docente, tais como:

- Atribuições e responsabilidades da qualificação ou da habilitação profissional que justificam o desenvolvimento das competências, habilidades e bases tecnológicas previstas em cada componente curricular.
- As competências, habilidades e bases tecnológicas específicas de cada componente curricular.
- A metodologia e os procedimentos didáticos para o desenvolvimento das competências.
- Instrumentos de avaliação que se prestam, segundo o CEETEPS, à avaliação por competências: podem ser, entre outros, prova escrita, trabalho de pesquisa, textos/relatórios, apresentações/relatos, observação direta do desempenho do aluno, auto-avaliação, portfólio etc. Para o detalhamento dos planos de avaliação por competências, é fundamental o estabelecimento de conceitos de indicador de domínio, critério de desempenho e evidência de desempenho.
- Indicadores de domínio: os indicadores poderão estar associados aos valores, aos conhecimentos e/ou às habilidades que deverão ser mobilizados para a ação eficiente. Uma das principais funções dos indicadores de domínio de competências é explicitar melhor a aprendizagem. Esses indicadores têm papel marcadamente positivo, pois indicam, sinalizam tais aprendizagens. Os indicadores serão escolhidos pela sua relevância no domínio de competência. Desses indicadores, podemos distinguir dois tipos: os dedicados de forma específica à verificação de habilidades e de conhecimentos, e os que verificam a combinação de conhecimentos, habilidades e valores. Podemos citar indicadores de domínio aplicados ao Curso de Turismo: habilidades em classificar tipos e formas de turismo, classificar meios de hospedagem, entre outros.
- Critério de desempenho: pode ser definido como um parâmetro de qualidade estabelecido para o julgamento de ações e de produtos realizados. Por exemplo: precisão, clareza, coesão, rapidez, criticidade e complexidade, a partir dos quais o desempenho do aluno será avaliado. Para isso, será necessário definir previamente um ou mais padrões de desempenho do aluno no desenvolvimento da competência, e a organização de situações que lhe permitam demonstrá-la.

- Evidência de desempenho: será descrito o resultado final esperado do desempenho do aluno. Serão indicados os elementos que evidenciam que o aluno domina a competência pela qual está sendo avaliado. No limite, a evidência é a resposta às solicitações da avaliação, de acordo com os critérios de desempenho e os indicadores de domínio.

Ao final do processo de capacitação, a equipe responsável apresentou uma proposta de plano de trabalho docente para as diversas habilitações profissionais.

Os professores do ensino técnico se defrontam então com uma nova realidade: a de serem responsabilizados individualmente pela sua formação e a de competir com seus pares pelos espaços e tempos de direito anteriormente garantidos pelo conteúdo da formação profissional e ainda a de terem que trabalhar com um plano do qual participaram apenas de forma indireta, já que as capacitações não atingem todos os professores da rede.

Nessa política de reestruturação escolar, os professores selecionados para ministrar aulas no Centro Paula Souza são orientados para que elaborem planos de trabalho que atendam a todas as especificações contidas no plano de curso, o qual é produzido por um pequeno grupo de coordenadores hoje integrantes do Laboratório de Currículo. Mas como fazê-lo quando se desconhece a formação por competências?

Por outro lado, bastaria esse conhecimento para que a elaboração dos planos de trabalho fosse realizada de acordo com o previsto e, principalmente, realizados de acordo com tais expectativas? É necessário considerar que a elaboração consciente de um plano de trabalho como o solicitado e, particularmente sua execução exige que as condições objetivas para fazê-lo sejam oferecidas pela instituição.

Uma alternativa que está sendo estudada pela Administração das Unidades Escolares do Centro Paula Souza para que os planos escolares elaborados pelos professores sejam fator de conhecimento e entendimento do processo educativo por competências é que, ao receber os três temas para serem desenvolvidos numa “aula” de 20 minutos, na ocasião do recrutamento de profissionais, um deles seja sobre a legislação que estipula os parâmetros a serem obedecidos no desenvolvimento dos cursos de habilitação profissional. Esse tema seria de apresentação obrigatória e o seu

desenvolvimento pelo candidato deve evidenciar que ele tem informação e conhecimento dos parâmetros curriculares determinados pelo MEC. No entanto, o conhecimento da legislação, por si só, seria suficiente para garantir que a prática da pedagogia das competências em sala de aula será desenvolvida com base na formação por competências?

Outra questão a ser observada é que em cerca de 10 anos que nos separam da homologação da LDB, as empresas podem ter modificado o conceito de competência, e a educação ainda está tentando implementar currículos nesse modelo, com base em parâmetros que podem estar desatualizados. Neste sentido fica evidenciada a importância do Laboratório de Currículo que atualiza os cursos em média a cada três anos, por um grupo de coordenadores que represente as diversas áreas de cada curso. Esses, por sua vez, acompanham os trabalhos de outros coordenadores na implantação das atualizações. A cada período de atualização, o CEETEPS recebe uma grande quantidade de novos profissionais, o que demanda capacitações que tornem a esclarecer o referido decreto e sua proposta.

As diversas capacitações oferecidas pelo CEETEPS resultaram então na produção de planos de curso, esquema de plano de trabalho docente e textos oriundos de trabalhos de conclusão dos encontros realizados por diretores e coordenadores de área, que atestaram o esforço dos docentes na construção de identidades profissionais sintonizadas com os novos tempos e princípios da educação profissional. Os textos elaborados não tiveram a pretensão de ser a última palavra a respeito das questões trabalhadas, mas tinham como objetivo colaborar para desencadear outras reflexões e pesquisas para superar o conformismo e a resistência ao novo, em razão do medo de mudar.

2.4 Progressão funcional

A progressão funcional refere-se a um procedimento definido pela Portaria nº 0303 CEETEPS, de 03 de março de 2006 (Anexo B) e operacionalizada nos termos do Decreto nº 28.956, de 30 de setembro de 1988, documento este constante dos anexos. Trata-se de uma avaliação que visa reclassificar o professor e melhorar sua remuneração hora/aula.

Este tema está sendo abordado, porque em nossa opinião, as condições de trabalho e a progressão funcional do professor afetam o posicionamento que ele assume frente aos desafios apresentados pela reforma no que diz respeito a práticas docentes no ensino por competências.

No início do plano de carreira a progressão funcional é automática e ocorre a cada dois anos, indo da letra A a D que é facilmente alcançada pelo critério da contagem de tempo. A partir do nível conhecido como letra “E” a progressão passa por um processo de avaliação. A partir deste nível a progressão sofre uma crise de identidade e coerência, na qual o docente passa a ser avaliado por um esquema mais detalhado. De acordo com esse esquema, o professor que pretende avançar na progressão funcional deve submeter-se a um processo que compreende a entrega de um plano de trabalho abordando três temas que foram elaborados por uma comissão de especialistas, que é centralizada na administração dos CEETEPS, deixando a administração local à parte deste momento. A apresentação de uma aula cujo tema virá do sorteio de um dos três planos apresentados, que comprove o entendimento da pedagogia das competências, sobre o tema proposto e exposto e ainda passará por questionamentos da banca avaliadora a respeito do tema apresentado.

Os formulários para solicitar a avaliação de progressão constam do Anexo C e compreendem: um formulário para que o professor preencha seu currículo, apresente um roteiro de entrevista para ser utilizado pela comissão julgadora, um roteiro de análise do seu plano de trabalho do professor, um formulário de análise da aula apresentada e um formulário de parecer conclusivo, também emitido pela comissão.

A partir desse processo o professor, quer seja aprovado ou reprovado, continuará em sala de aula e no ano seguinte poderá pleitear novamente sua

progressão. Mesmo considerando a competência e a imparcialidade dos avaliadores das bancas, a reprovação não compromete em nada o docente e, pior ainda, não especifica nenhuma medida que venha a sanar os problemas diagnosticados na preleção do profissional em questão.

No caso de aprovação ele muda de letra, o que faz com que sua remuneração por aula seja aumentada. Neste momento é que temos que nos reportar as contradições criadas a partir das avaliações, pois a leitura que fazemos é a seguinte: para a sala de aula ele estaria competente, mas para melhorar sua remuneração, não. No entanto, esta pesquisa não se propõe a discutir se isto é justo ou não, mas sim como fica a situação do aluno que tem como professor alguém que se constatou não ter competência suficiente para “mudar de letra”.

O que se avalia nesse docente? Será sua capacidade para entrevistas ou o domínio de um determinado conteúdo? Se ele escreve planos segundo a pedagogia das competências? Se sua aula de apresentação demonstrará o domínio das competências propostas no plano? O que são as competências que devemos avaliar no trabalho de um docente? Qual a diferença entre avaliar por competência um docente e um discente? Será esta uma questão do campo filosófico ou pedagógico?

As questões relativas à avaliação por competência inquietam a todos. O que é avaliar por competência? Como avaliar a qualidade do saber ou a competência de um aluno sem mensurar a quantidade e a qualidade do conteúdo aprendido? E quando este tipo de avaliação é trazido para o docente? A competência técnica e de visão de vida e de leitura da realidade feita pelo aluno está relacionada com a do professor.

Essas questões nos levam a considerar o quanto somos frutos de um sistema que nos avaliava e avalia pela quantidade do nosso saber ou dos registros que produzimos. Temos notas, pontos, letras, sejam quais forem os nomes que se dê ao sistema que registra a quantidade de acertos que produzimos.

Esse tipo de avaliação permite indagar se não seria então mais justo avaliar esses docentes por meio dos trabalhos produzidos como docente, no intervalo de tempo determinado pela progressão funcional, talvez com instrumentos que levariam em conta:

- desenvolvimento das aulas e estratégias para despertar o interesse dos alunos para novos conhecimentos;
- domínio do conteúdo;
- desenvolvimento das atividades de fixação, práticas e as visitas técnica propostas por meio de projetos;
- realização de atividades interdisciplinares;
- elaboração e cumprimento do plano de trabalho;
- pontualidade, cumprimento de prazos e iniciativa;
- busca de novos conhecimentos e tecnologias;
- capacitações realizadas dentro do CEETEPS e de forma particular.

Mas mesmo assim ficariam alguns questionamentos pendentes. Quem avaliaria? Haveriam condições institucionais para isso considerando todos os docentes da rede? Como exigir do docente que ele avalie o aluno no domínio das competências desenvolvidas por módulos/série se ele mesmo não é competente, segundo a avaliação funcional?

As respostas a esses questionamentos exigiria que o CEETEPS revisse suas políticas de avaliação docente e progressão funcional, implicando por conseqüência a revisão de seus processos de capacitação dos professores.

Parece estranho avaliar um docente dessa maneira, o que desperta a atenção para a avaliação por competência dada a complexibilidade do processo.

Este método específico de avaliação de acordo com a pedagogia das competências funciona como margeador do plano de carreira dos CEETEPS, sendo um instrumento controverso em sua essência. Embora parta de bases claras e óbvias de avaliação, com o tempo de trabalho na instituição (progressão funcional automática), este critério deixa de lado outros aspectos extremamente importantes, como rendimento, aperfeiçoamento e reciclagem, planos e metas estabelecidos, entre outros, para privilegiar a “inércia profissional”, que leva ao ostracismo e ao desestímulo profissional.

Portanto, o que de fato ocorre é que o processo de avaliação do professor, para conferir-lhe a progressão funcional, traz-lhe benefícios materiais, o que, no entanto, não dá condições à constituição de avaliar se tais benefícios alteram, de fato, a qualidade do ensino.

3. O Curso de Turismo e a ETE TUR

3.1 Do plano de curso ao plano de trabalho: mediações e dificuldades.

Considerando o mundo em que vivemos, com sua complexidade e com uma economia globalizada, o currículo escolar necessita ser dinâmico, não contemplativo e não acomodado. Deve acompanhar as tendências culturais e econômicas da sociedade. A proposta pedagógica, portanto, envolve toda uma atividade curricular caracterizada pelo dinamismo analítico, crítico e produtivo. A proposta pedagógica envolve discussões com todos os envolvidos no processo educativo: alunos, familiares, educadores e poder público.

O objetivo permanente e global de todo trabalho escolar é a valorização do ser humano não só na sua individualidade, mas também no contexto sociocultural em que vive, proporcionando as formas de se conhecer o mundo, ajudando o aluno na sua formação de cidadania consciente e participativa. São os princípios para exercermos nossos direitos e deveres civis e políticos, interferindo na sociedade a fim de procurar formas de obter melhores condições de vida. Como apropriadamente colocam Funari & Pinsky (2003:10), “A cidadania só se constrói com o reconhecimento e respeito pelas muitas formas de viver e de se pensar o mundo”.

Aliados a esses princípios, os cursos técnicos, principalmente os que são oferecidos por instituições públicas, deveriam contribuir para estimular a compreensão e a participação do aluno na sociedade, por meio da análise crítica dos fatos sociais e a possibilidade de interação com o sistema em que está envolvido o econômico, o social e o político, para uma melhoria da qualidade de vida e crescimento pessoal dos alunos oriundos da escola pública, que são majoritariamente das camadas populares de baixa renda. Segundo Silva Júnior & Ferretti (2004:35):

Há de se considerar ainda outro lado que acentua a objetividade social da instituição escolar pública. A juventude atual tem como maior preocupação o seu futuro, sua independência financeira e de vida, considerando a família como referência. Segundo a pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), tal realidade é mais acentuada nos setores sociais de renda mais baixa, portanto tendencialmente, são jovens que freqüentam a escola pública.

As dificuldades dos alunos oriundos de setores sociais de baixa renda, bem como a falta de motivação de alunos de outros níveis sociais, são objeto de preocupação dos professores, pois contribuem para desestimular o interesse pelo ensino.

Como o humano é a "tônica", o trabalho docente deve voltar-se para uma metodologia didática que privilegie a construção e reconstrução de conhecimentos, observando as etapas do desenvolvimento cognitivo do educando na perspectiva do CEETEPS da fase sensório-motora até a fase formal lógico-dedutiva.

No entanto as atividades proporcionadas aos alunos devem ser planejadas não somente para atender ao domínio cognitivo, mas também ao domínio afetivo-relacional, contribuindo para relações equilibradas entre o indivíduo e o meio que o cerca.

Demonstrando essas preocupações, o CEETEPS recomenda que o planejamento escolar das unidades seja elaborado de forma participativa, em que os envolvidos iniciem, acompanhem e avaliem o currículo escolar e sua prática em sala de aula. Para que isso ocorra, a instituição investigada propicia encontros periódicos entre os participantes, tais como reuniões pedagógicas entre os professores e entre a escola e os pais. Também são realizados periodicamente encontros com profissionais das diversas áreas dos cursos oferecidos pela ETE TUR, na tentativa de buscar contribuições para os cursos ministrados.

Adicionalmente a essas ações, a coordenação de Ensino técnico do CEETEPS utilizou-se de dois mecanismos complementares de trabalho, capazes de viabilizar a construção de currículos adequados às demandas do mercado e às necessidades de formação geral do seu alunado, ou seja, foram realizadas pesquisas de demanda e capacitação de professores, conforme apresentado no capítulo 2.

Para a realização das pesquisas de demanda e oferta, a coordenação primeiramente organiza equipes constituídas por profissionais técnicos e docentes com o objetivo de contatar os setores produtivos das diversas áreas, visando identificar o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho. Uma vez concluída a pesquisa, esta serve de base para a construção do plano de curso, tendo como base o ensino por competências.

Nessa perspectiva (do ponto de vista pedagógico), o ensino por competências utilizado nas escolas técnicas do CEETEPS considera o aluno como o agente do processo de aprendizagem, o que justificou para a instituição a adoção do desenvolvimento de projetos, pois, de acordo com ela, a metodologia do ensino por competências, permite articular melhor a pedagogia das competências com o mercado de trabalho, a escola e a sociedade, facilitando a contextualização e favorecendo a flexibilidade proporcionada pela organização modular do curso, fornecendo uma certificação intermediária ao final de cada módulo.

A professora responsável pela equipe de elaboração dos planos de curso do Centro Paula Souza, em entrevista concedida, diz:

O plano é feito baseado em três etapas: Em uma primeira fase são realizadas pesquisas com as empresas; na segunda etapa, uma pesquisa na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): a terceira etapa consta da elaboração do plano de curso por uma equipe de professores experientes. Nesse plano de curso são escolhidas todas as competências, as habilidades e as bases tecnológicas. O primeiro traço foi feito para que o perfil tenha competência, habilidade e base tecnológica e todos os componentes vai dar conta disso. Aí o que acontece? Forma o plano de curso, que é encaminhado para a aprovação dentro dos órgãos governamentais recomendados, tais como Secretaria Estadual de Educação.

Especificamente na área de turismo e hospitalidade, o Centro Paula Souza, com o auxílio da Coordenação do Ensino técnico e de sua equipe técnica, composta por diversos profissionais das áreas de educação, turismo, geografia, comunicação, artes, letras, secretariado, entre outras, elaboraram o Plano do Curso de Turismo, que se inicia com a justificativa que segue. No que tange ao Plano de Curso de Turismo do CEETEPS, ele foi proposto levando em consideração a falta de mão-de-obra qualificada para atuar no mercado brasileiro, conforme a justificativa do CEETEPS apresentada abaixo:

Transformações profundas marcam, irreversivelmente, a passagem deste século. A concentração industrial fez surgir as grandes cidades e a industrialização do campo, contribuindo para a transferência do habitat humano do campo para a cidade. A vida nas cidades, a expansão da sociedade de consumo, o distanciamento do homem da natureza, a competitividade que caracteriza o capitalismo internacionalizado, a conectividade econômica e comercial entre os países atualmente, dentre outros fatores, impõem um outro ritmo ao tempo, no relacionamento entre as pessoas e nas necessidades e valores do homem moderno.

Deslocamentos por motivos de negócios ou aperfeiçoamento profissional, a necessidade de distanciar-se das tarefas e obrigações para repor energia através do relaxamento individual ou o convívio mais próximo com a família estão provocando intensa movimentação de pessoas em todo o planeta. É neste cenário do mundo moderno que se propaga a atividade turística e hoteleira.

Destacando o setor das agências de viagens:

“Segundo o estudo “A Indústria do turismo no Brasil - perfil & tendências, da Associação Brasileira de Entidades de Hospedagem, Alimentação e Turismo - ABRESI, EMBRATUR, e SEBRAE, em 1996, o setor de agências de viagens teve seu maior crescimento nos últimos anos”. O número de agências de viagens, de 1991 a 1993 passou de 4.500 para 5.340. Acrescenta ainda que nos três anos seguintes, segundo a Associação Brasileira das Agências de Viagens - ABAV teve um salto mais significativo, chegando a 10.000 em 1996” (MEC/1998).

Segundo estudo sobre o mercado doméstico de turismo no Brasil, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) de abril /julho de 1998, dentre os Estados do Brasil, São Paulo é o que mais recebe turistas, gerando uma receita no valor de \$ 2.161.848.000.

Com relação à demanda turística internacional, a cidade de São Paulo figura entre os destinos mais procurados, colocando-se em 3º lugar, dentre as outras cidades brasileiras, como pode ser visto a seguir:

CIDADES MAIS VISITADAS

CIDADES MAIS VISITADAS	ANO				
	1995	1996	1997	1998	1999
<i>Rio de Janeiro</i>	41,8%	30,5%	37,4%	30,2%	32,5%
<i>Florianópolis</i>	11,4%	17,0%	13,9%	14,0%	17,7%
<i>São Paulo</i>	19,9%	22,4%	23,5%	18,4%	13,7%
<i>Salvador</i>	8,8%	7,7%	12,2%	10,9%	12,7%
<i>Foz do Iguaçu</i>	16,0%	16,6%	11,8%	8,9%	11,8%
<i>Recife</i>	5,7%	4,7%	5,7%	7,2%	6,4%
<i>Porto Alegre</i>	9,7%	10,1%	7,9%	7,9%	6,0%
<i>Camboriú</i>	6,2%	5,4%	3,7%	5,1%	4,9%
<i>Fortaleza</i>	4,1%	3,2%	3,4%	4,6%	4,7%
<i>Búzios</i>	3,4%	2,7%	2,8%	5,4%	4,6%

Fonte: Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Para atender aos turistas que visitam o Estado, São Paulo dispõe de uma infra-estrutura básica composta por 3.794 hotéis, mais de 8 mil restaurantes, 1.974 agências de viagem e 391 locadoras de automóveis. Em conjunto, essas atividades empregam 129.129 pessoas.

Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado,

Segundo Atividades Seleccionadas

Estado de São Paulo/ 1997

Tipos de Estabelecimentos	Estabelecimentos	PO
<i>Hotéis</i>	3.794	45.348
<i>Restaurantes</i>	8.383	70.950
<i>Agências de Viagem</i>	1.974	10.453

<i>Aluguel de Automóvel</i>	391	2.378
Total	14.542	129.129

Fonte: Ministério do Trabalho – MTb.

Relação de Informações Sociais / Rais

Outra pesquisa, realizada em 1996 pela Fundação Seade (2000:135-137), destacou, dentre outros, os seguintes resultados:

1. Os níveis de escolaridade exigidos dos candidatos a emprego nos Estados analisados são tanto mais elevados quanto mais qualificada for a categoria da ocupação examinada;
2. Ao se dividirem os postos de trabalho interligados à atividade principal (na indústria, ligados à produção) e administrativos, constata-se que as exigências de escolaridade para os candidatos às vagas na área administrativa, na categoria de qualificação básica, são sensivelmente superiores às exigidas aos candidatos ligados à atividade principal, na categoria semiqualeificados e qualificados [...];
3. A incidência da rotina que envolve contato com os clientes e sua correspondente carência, a falta de habilidade para lidar com os mesmos, no setor de serviços, revela-se mais expressiva do que ao se examina o setor industrial, pois uma das características do primeiro é a de colocar, face a face, o profissional prestador de serviços e o seu cliente.

Verificando-se que o setor de turismo está incluso no setor de serviços, a justificativa assim finaliza:

Diante de um mercado de trabalho mais exigente quanto ao grau de instrução dos trabalhadores e às demandas decorrentes de um público diferenciado que procura o lazer e o turismo no Estado de São Paulo, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, instituição pública voltada para a Educação profissional, com atuação em cerca de 82 municípios, cobrindo toda a extensão geográfica do Estado de São Paulo, propõe a estruturação do Curso Técnico em Turismo para oferecer uma educação profissional que prepare trabalhadores de acordo com o novo perfil requerido pelo mundo do trabalho.

No Curso Técnico em Turismo dessa instituição, o currículo está organizado de modo a fazer valer a pedagogia das competências.

O plano do Curso Técnico em Turismo que foi implantado a partir de 2001 constituiu uma forma mais organizada de reunir as diretrizes de formação no ensino por competências da área de turismo e hospitalidade no CEETEPS. No entanto, esse plano ainda contém algumas discrepâncias: competências, habilidades e bases tecnológicas que se repetem entre os módulos e certificações sem a disciplina relacionada. Neste último caso pode ser citado como exemplo a certificação de promotor de eventos, conferida ao final do 2º módulo, sem que exista a disciplina específica de eventos, o que contribuiria para aumentar a carga horária dos conteúdos. Atualmente este

conteúdo e técnicas são acrescentados à disciplina de Técnicas Operacionais de Agências de Turismo (TOAT) como forma de cumprir a certificação do módulo.

As dificuldades encontradas nos planos de curso se repetiram também na elaboração dos planos de trabalho docente. Para alguns professores, parece difícil compreender o que é competência. Para outros, a noção de competência é algo que envolve muita responsabilidade com a formação final do aluno, pois ele se compromete a desenvolver competências específicas em um determinado período. Outros ainda conseguem compreender o significado de competência e elaboram os planos em conformidade com as orientações do Centro, mas não os aplicam na realidade da sala de aula.

Conforme contato com coordenadores de diversos cursos do CEETEPS (como pro exemplo, Mecânica, Informática, Administração entre outros), esses relatam que alguns professores parecem não entender o que é uma atribuição, uma base tecnológica ou uma habilidade⁵, mesmo constando no projeto do curso. Talvez esse fato possa ser definido como uma dificuldade, mas, para outros, talvez seja uma resistência ao método de ensino, pois mesmo depois de orientações, os erros na elaboração dos planos permanecem. As dificuldades, no entanto, não ocorrem somente com os professores, ocorrem também com coordenadores e até mesmo diretores das unidades, que, por vezes, não dominam o ensino por competências ou não proporcionam orientações suficientes.

Trabalhando com o antigo sistema de ementários (propostas de organizações curriculares para a elaboração dos planos de trabalho) ou com os atuais planos de curso, os docentes continuam enfrentando dificuldades entre a elaboração dos seus planos de trabalho e a aplicabilidade dos mesmos na sala de aula.

Para realizar uma mudança será necessário realizar uma escolha baseada em algo que tenha afinidade com o indivíduo. Enquanto não compreendemos realmente as mudanças e não estivermos motivados, dificilmente estaremos concretizando as mudanças e aceitando algo diferente.

⁵ **Atribuição** é a função que será conferida ao profissional após completar cada módulo. As **habilidades** são procedimentos gerais e específicos que devem ser dominados para a execução de atividades próprias e necessárias ao exercício de certas funções, papéis sociais, ocupações e profissões. As **bases tecnológicas** são os conteúdos que serão trabalhados em classe para desenvolver determinadas habilidades e competências.

Outra dificuldade que talvez interfira no processo de elaboração e aplicação dos planos de trabalho é que está surgindo uma geração de estudantes excessivamente críticos, que necessitam de aulas dinâmicas e criativas. A grande quantidade de informações fora da sala de aula e a aceleração das mudanças das relações sociais criam muitas expectativas quanto à formação profissional: qualidade da formação, colocação no mercado de trabalho, remuneração, prosseguimento dos estudos, entre outras. Em virtude desses fatores, o professor necessita elaborar conteúdos significativos aliados a estratégias não só motivadoras, mas que também integrem afetividade e aprendizagem. Afetividade e aprendizagem caminham juntas.

O professor precisa encontrar uma forma de se comunicar com o aluno, de relacionar o contexto da sala de aula com a realidade, conforme aponta Araújo (2000:58):

A reestruturação curricular, a partir de uma visão prospectiva das solicitações no plano profissional e social, implica superar a inércia das práticas didáticas discursivas e de transferência de conhecimentos acabados, e em recriar o processo de aprendizado, incorporando os novos meios de comunicação além de centrar-se no desenvolvimento da autonomia do educando e na cooperação com seus pares e com os educadores.

Toda a proposta de articulação entre competências, habilidades, bases tecnológicas e critérios de avaliação que o Centro Paula Souza vivencia por meio dos seus planos de curso resulta de medidas tomadas com a intenção de melhorar o ensino profissional, mas a fragmentação, o aligeiramento do ensino, a falta de clareza política de objetivos e consciência dos problemas e contradições da realidade brasileira, sobretudo nessa fase pós 1990, acaba comprometendo a qualidade do ensino técnico.

3.2 O professor e suas práticas pedagógicas por competência no Curso Técnico em Turismo

Falar em competência significa técnica e politicamente, falar de uma ação eficiente para um determinado fim. A idéia de competência está sempre associada a um fazer bem feito, esperado ou já realizado, que, sendo humano, sempre envolverá habilidades, valores e sentimentos, assim como erros e acertos.

Procurando conceitos de competência, citamos Helena Hirata (1994:132):

A competência é uma noção oriunda do discurso empresarial nos últimos dez anos e retomada em seguida por economistas e sociólogos na França (cf. M. Dadoy, 1990). Noção ainda bastante imprecisa, se comparada ao conceito de qualificação, um dos conceitos-chave da sociologia do trabalho francesa, desde os seus primórdios (cf. P. NAVILLE, 1956).

As empresas definiram na origem o conceito de competência a partir de análises sobre a (re)qualificação dos funcionários, tendo em vista a emergência de um novo paradigma de produção industrial que recomenda a transição da ênfase nas atividades segmentadas e rígidas, próprias do taylorismo, para as de caráter flexível, propostas pelo toyotismo.

Essa (re)qualificação dos funcionários está estreitamente relacionada, nessas análises, à adoção de novos modelos de organização industrial que levariam as empresas a adotarem organizações do trabalho de tipo qualificadoras. (cf. PH. ZARIFIAN, 1990; M. FREYSSENET, 1992), tanto pelas oportunidades de formação profissional aberta pela introdução de inovações na empresa, quanto pelas próprias modalidades de execução das atividades produtivas. (HIRATA, 1994:131).

Araújo & Covello (2000:39) trata do que seja “modelo de competência”, segundo Philippe Zarifian:

(...) o modelo da competência nasce de uma mudança profunda nas organizações do trabalho e nas relações sociais no seio das empresas. Ele tem efeitos importantes sobre os conteúdos profissionais, mas esses efeitos são indiretos. A mudança é simples de formular, mas difícil de realizar: é a superação das prescrições as operações de trabalho, da maneira de trabalhar.

Em palestra proferida no Seminário Internacional "Educação profissional, Trabalho e Competências", no Centro Internacional para a Educação, Trabalho e

Transferência de Tecnologia (CIET), realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 28 e 29 de novembro de 1996, Zarifian (1996:34) afirma que o termo competência era definido, na perspectiva taylorista, por referência:

(...) às práticas bem tradicionais que consistem em definir as capacidades que um indivíduo deve possuir para ocupar um posto de trabalho. É o que se chama tecnicamente de referencial do emprego, isto é, a lista de capacidades a que um indivíduo deve possuir para poder ocupar um determinado emprego ou posto de trabalho. O referencial de formação é deduzido do referencial do emprego.

A atualização do conceito se dá em função da reestruturação operada nos processos de trabalho na empresa e das novas formas de organização por elas adotadas, passando a ter o significado:

(...) de responsabilidade pessoal do assalariado frente às situações produtivas. Assumir responsabilidades quer dizer uma atitude social de tal sorte que o assalariado vai, por conta própria, tentar atingir o complexo de performances que ele deverá respeitar e tentar enfrentar, sempre a partir de si mesmo, os eventos que ocorrem de forma imprevista na situação produtiva, tal como uma pane ou um grave problema de qualidade (ZARIFIAN, 1996:38).

Vemos que, no entender do autor, as competências não se resumem a um conjunto de conhecimentos profissionais: "... a competência, definida como um assumir de responsabilidade, é uma atitude social, antes de ser um conjunto de conhecimentos profissionais" (ZARIFIAN, 1996:39).

De acordo com o projeto do CEETEPS, as competências de um cidadão, de um trabalhador e de um profissional são o resultado da combinação de conhecimentos (saber), habilidades (fazer) e comportamentos (ser) considerados ideais para a sua formação. Nenhum desses elementos existe isoladamente; ao contrário, é o seu inter-relacionamento/entrelaçamento que define o perfil de cidadão, de trabalhador e de profissional de cada um.

Educar, de acordo com o Projeto do CEETEPS, portanto, é orientar o educando para o desenvolvimento de aspectos ligados a conhecimentos, habilidades e comportamentos considerados necessários e úteis, segundo os objetivos do ensino técnico ou Médio, das áreas, disciplinas e habilitações.

Embora esses aspectos não atuem isoladamente e sejam interdependentes, no trabalho pedagógico alguns deles devem ser destacados, definidos e delimitados para

efeito das atividades docentes e discentes e de avaliação do aproveitamento dos alunos, levando-se em consideração, obviamente, as competências que se deseja construir.

A competência só pode ser constituída na prática. Não é só o saber, mas o saber fazer. Aprende-se fazendo, numa situação que requeira esse fazer determinado. Esse princípio é crucial para a educação. Segundo tal enfoque, se quisermos desenvolver competências em nossos alunos, teremos de ir além da memorização de conceitos abstratos e fora de contexto. É preciso que eles entendam a utilidade do conhecimento, quando e como aplicá-lo. Isso é competência. O conhecimento não é significativo, porém apenas quando é útil. Seu significado deriva do crescimento que produz, como ser humano, no sujeito que o detém. Assim, um conhecimento útil não contribui, necessariamente, para tornar alguém mais humano, mas pode, sob determinadas circunstâncias, contribuir para tal condição; da mesma forma, um conhecimento “desinteressado”, no sentido de que é procurado sem objetivo utilitário, pode não servir para resolver problemas do imediato, mas não pode, por isso, ser considerado pouco significativo.

O Centro Paula Souza, após a reforma do ensino e diante da legislação pertinente (LDB 9394/96 e Decreto 2208/97) tem incansavelmente, com o auxílio de capacitações para coordenadores de área, promovido a pragmática estruturação do ensino por meio de competências. Essa é a visão que o CEETEPS possui de competência, segundo Alves (2006:23):

É a capacidade de articular, acionar, mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver situações-problemas previstas ou não, enfrentando os desafios e aproveitando os recursos e as oportunidades que compõem o contexto em que a situação ocorre. Exemplos: analisar uma situação; avaliar um objeto; resolver um problema; pesquisar as causas de um fenômeno; apresentar soluções para um conflito; sintetizar idéias em fórmulas ou representações pictográficas; produzir um livro; gerenciar uma produção.

A seguir, analisaremos planos de trabalho bem como as entrevistas de professores do Curso Técnico em Turismo da ETE TUR, unidade jurisdicionada pelo Centro Paula Souza.

1º - Habilitação profissional: técnico em turismo

Componente Curricular: Museologia

Módulo: 2º

Professora responsável pela disciplina de Museologia:

A professora entrevistada é mestrandanda em Educação e atua no Centro Paula Souza há sete anos, onde ingressou por meio de concurso público. Atualmente, atua na área de Turismo e leciona Museologia, disciplina do Curso Técnico de Turismo. Relata durante a entrevista que tem vagos conhecimentos não só a respeito da reforma educacional, como também sobre o trabalho com base na pedagogia das competências. Ela diz: “Competência é você saber fazer alguma coisa e habilidade é você saber fazer essa coisa de várias formas e tentar fazer com que o que aprendeu possa estar fazendo na prática”.

O plano de trabalho da professora evidencia a preocupação em estabelecer relações diretas e lineares entre competências e habilidades, e os conteúdos programáticos listados. Percebe-se que seu Plano é entendido como uma peça burocrática dentro da escola. Listar conteúdos torna-se mais importante do que realmente relatar de que forma vai ser desenvolvido o trabalho educativo realizado com os alunos, tendo em vista a utilização do desenvolvimento das competências e habilidades que a disciplina requer.

Dentre as metodologias propostas essa professora apresenta o método criativo, que segundo Nérici (1992:257):

(...) consiste em levar o educando a apresentar sugestões de solução, sem restrições de espécie alguma para situações que permitam mais de uma solução ou que requeiram soluções inéditas, sendo que as críticas às sugestões apresentadas deverão ser feitas após um período destinado a apresentação livre de idéias, sempre de maneira impessoal.

Esse método utilizado em sala de aula, tido por Nérici como um método criativo, não nos parece que o seja dentro da proposta apresentada pela professora como base tecnológica, a qual se dispõe a: “trabalhar com noções gerais sobre sítios históricos ou monumentos isolados, museus com acervos históricos e com atrativo

turístico”. De que forma apresentaríamos sugestões de soluções para as “noções gerais sobre sítios históricos previstas?” Esse plano de trabalho é vago e a prática de ensino em sala de aula confusa.

Em uma visita técnica a espaços culturais do centro da cidade (museus e igrejas barrocas), observamos que não houve, da parte da professora, a elaboração de um roteiro anteriormente oferecido aos alunos que os levasse a conhecer, analisar e refletir sobre as diferentes linguagens, como as várias que compõem a Arte (pintura, escultura e afins). Um roteiro como esse permitiria compará-las entre si, enfim, um direcionamento que lhes permitisse a aquisição de habilidades de apreciar, avaliar, criticar e comparar produções artísticas, desenvolvendo tanto o prazer do conhecimento quanto a análise estética. Dificilmente encontraremos enfoques para tal procedimento em seu plano de trabalho. Assim sendo, percebe-se a sua dificuldade em trabalhar segundo a pedagogia das competências e em utilizar ferramentas adequadas.

Em uma de suas aulas, aplicou uma avaliação escrita para os alunos, baseada na mesma visita técnica. A avaliação apresentou questionamentos pontuais referentes à reflexão feitas pelos alunos sobre o que foi visto, na tentativa de que eles relacionassem as características dos atrativos turísticos com os tópicos abordados em sala de aula: estilo barroco, exposições museológicas, entre outros. Antes da avaliação, a professora apresentou uma seqüência de slides, com imagens dos atrativos do centro histórico do município, na intenção de complementar informações sobre as características das construções visitadas, discutindo-as com os alunos.

A professora diz, numa entrevista concedida: “O saber é você dar um conteúdo e sentir que o aluno o absorveu de uma forma correta. O saber é o domínio do conteúdo e como ele lidou com isso na vida, na prática”.

Comparando as atividades realizadas com a proposta de seu plano de trabalho no item Bases Tecnológicas, mencionando “Noções gerais sobre sítios históricos ou monumentos isolados e museus com acervos históricos e com atrativos turísticos”, observa-se que a professora tentou relacionar o conteúdo com a prática. Porém, no seu plano, utilizou expressões de caráter genérico, como “noções gerais”, termo que

permite várias interpretações sobre o que se pretendia. Havia falta de precisão no relato daquilo que ela pretendia desenvolver no aluno.

Isso caracteriza a dificuldade enfrentada não somente por ela como também por outros professores em trabalhar o desenvolvimento de competências, de eger habilidades conforme nos diz, em entrevista, a professora responsável pela equipe de elaboração de Planos de Curso, do Centro Paula Souza: “A maior dificuldade encontrada nas capacitações que o Centro Paula Souza disponibiliza aos seus professores é a de quebrar a estrutura formada neles próprios em trabalhar por conteúdo”. Essa fala sugere que a professora está produzindo uma dicotomização entre o domínio de conteúdos e o desenvolvimento de competências, quando na verdade não é possível desenvolver significativamente competências no vazio, assim como não é necessariamente verdade que a formação por conteúdos impede o desenvolvimento de competências.

O Centro Paula Souza solicita que na avaliação segundo a pedagogia das competências sejam estabelecidos critérios de desempenho, de indicadores de domínio e de evidência de desempenho: “Os indicadores de domínio devem estar associados aos valores, conhecimentos ou habilidades que deverão ser mobilizados para a ação eficiente” (Professor Coordenador do Ensino técnico do CEETEPS).

Esses critérios não são detalhados no plano da professora, indicando que ficará vago o que se avaliou, não permitindo verificar se foi realmente desenvolvida a competência no aluno, como, por exemplo: “Identificar, avaliar e selecionar informações geográficas, históricas, artísticas, recreativas e de entretenimento, comerciais, artesanais, gastronômicos, religiosos etc.”

A indicação da utilização dos instrumentos de avaliação poderia conter um maior número de informações, com maiores possibilidades de evidenciar o desempenho do aluno, como, por exemplo, relatos apresentando conclusões sobre o que foi visto, comparações entre as diversas formas de manifestações artísticas.

Com essa leitura, uma capacitação para primeiramente entender como trabalhar por competências talvez auxiliasse a professora. Há discrepâncias entre o que foi

relatado no plano e o que aconteceu realmente na sala de aula, apesar de as aulas terem sido conduzidas com qualidade e terem despertado o interesse dos alunos.

2º - Habilitação profissional: técnico em turismo

Componente Curricular: Técnicas Operacionais de Agências de Turismo

Módulo 2º

Professora responsável pela disciplina de TOAT:

A professora da disciplina acima citada leciona no Curso Técnico em Turismo há um ano e meio. Bacharel em Turismo, formada há dois anos, está atualmente finalizando a pós-graduação em Docência do Ensino Superior. Com o objetivo de complementar seus vencimentos, amplia sua carga horária em outra unidade do Centro Paula Souza, em uma cidade que fica a 40 minutos daquela onde reside.

Relata a referida professora que ficou conhecendo essa proposta do Centro Paula Souza por meio de sua coordenadora, que lhe passou as orientações sobre as formas de desenvolvimento do trabalho. A leitura que ela faz sobre o ensino por competência é que conteúdo e competência deveriam estar juntos, que não deveriam ser interpretados como itens individuais, mas que um complementaria o outro.

Para a professora:

(...) competência é uma operação mental, uma segurança de que a pessoa tem de que ela pode fazer aquilo, então ela tem que visualizar o que vai fazer mentalmente, planejar as estratégias de que vai se utilizar. A pessoa é capaz de mentalizar o início, meio e fim de uma atividade e tudo o que é necessário para realizar a atividade imaginada. Já as habilidades seriam as práticas dessas competências, que serviriam para várias coisas; por exemplo, a pessoa que tem uma competência muito boa para ler, pode interpretar muito bem, mas ela só vai mostrar seu entendimento na hora de escrever, elaborar o texto, daí ela vai mostrar a competência que adquiriu. A meu ver, alguém pode ter competência para realizar a atividade, mas somente terá a habilidade, se conseguir colocar em prática as operações mentais, da melhor maneira possível. Por exemplo, pode-se ter competência para orientar e informar os turistas sobre diversos lugares, mas deve ter a habilidade de fazer isso por meio de informações verídicas e linguagem correta.

Isso mostra, de um lado, que a professora separa competências de habilidades, como se as segundas não fossem constitutivas das primeiras; segundo, que confunde

ambas; terceiro que confunde a capacidade de ler e interpretar com a de escrever; enfim, no nosso entender, embora a professora tenha começado com a definição “oficial” de competência, não parece dominar o conceito, mas apenas o reproduz sem aprofundar o seu entendimento.

Mas como explicar que a professora reproduzindo o “conceito oficial” de competência não consiga entendê-lo da maneira correta e colocá-lo em prática, mesmo tendo recebido orientação de como desenvolver o ensino por competências? Reproduzir um conceito nem sempre significa que ele está sendo compreendido. Talvez ajudasse mais se as capacitações fossem realizadas com mais frequência nas Escolas Técnicas ou em municípios próximos, evitando deslocamento por longas distâncias, minimizando custos e ausências durante as aulas. As capacitações poderiam ser mais pontuais, trabalhadas a partir das dificuldades dos professores.

Sobre valores e atitudes, ela relata “que é aquilo que a pessoa passa (demonstra) como sendo parte dela, ou seja, agir eticamente, como um bom profissional, procurando sempre seu aprimoramento”. No nosso entender, trabalhar com alunos sobre valores não significa “passar” (que parece, para a professora, ensinar, expor) valores pessoais do próprio professor, mas produzir ou aproveitar situações em que se exercitem valores, ainda que sejam contrários aos do professor, desde que eticamente justificáveis. Ela tem certa noção do que é trabalhar por competência, mas fala sobre o conteúdo das competências e não sobre um processo pedagógico específico.

Na observação de uma de suas aulas, os alunos simularam a abertura oficial de um evento, com montagem de mesa diretiva e apresentação de um script de cerimonial elaborado anteriormente pelos alunos. O texto do script foi feito com temas definidos pela professora e não criados pelos próprios alunos com base em sua vivência do assunto. Ex: Script do Fórum Nacional sobre a AIDS, script do cerimonial de posse do Comtur (Conselho Municipal de Turismo). Uma das avaliações escritas consistia em apresentar situações-problema, tais como elaborar uma ordem de serviço para um evento realizado em um hotel prevendo sugestões de cardápio, equipamentos necessários, *layouts* de sala etc.

Não sabemos, porém, baseados em que os alunos chegaram a essas elaborações. Outra aula consistiu em elaborar cardápios com base em bibliografias da área de alimentos e bebidas ou por conhecimento da vivência diária dos próprios alunos, sugerindo nomes populares ou eruditos para os pratos, finalizando pela formatação dos cardápios, no laboratório de informática, cardápios que deveriam conter os pratos principais, bebidas e sobremesas. Vemos um misto de conteúdos, cardápios, pratos, cerimonial, etc. não previstos nas bases tecnológicas, e muito menos nas competências a serem atingidas, mas que com certeza contribuíram muito na formação desses profissionais, já que os temas abordados são completamente adequados à formação proposta.

Entretanto, trabalhar por competências exige maior responsabilidade do professor. Ela diz:

No ensino por conteúdo, eu sei o que apresentar ao aluno, mas eu não imagino de forma definida o profissional formado, não tenho um objetivo focado, tenho idéias gerais, mas não justifica tanta cobrança. É como se existisse uma preocupação com o profissional formado, mas que as competências serão desenvolvidas conforme o interesse ou perfil do aluno, pois não havia um direcionamento objetivo nas aulas que presenciei como aluna, a não ser que seu coordenador ou diretor oferecesse uma boa orientação sobre o perfil profissional desejado, o que nem sempre acontece. No ensino por competências que eu conheci somos sempre estimulados a nos envolver plenamente com o que ensinamos, para que ajudemos a formar um profissional de qualidade. Eu me sinto mais responsável no ensino por competências do que por conteúdo. Eu chego à sala de aula e sei que aquilo que vou passar vai ser relatado no diploma do aluno.

Essa afirmação demonstra que a professora tem entendimento sobre o que trabalhar para contribuir com a formação profissional do aluno. No seu plano de trabalho, entretanto, especifica, de forma vaga, a maneira como vai desenvolver a competência dos alunos. Em um dos tópicos do seu plano de trabalho relata: “Promover e organizar eventos de divulgação dos serviços oferecidos”. Poderia, dessa forma, detalhar quais os serviços oferecidos e que tipo de evento vai ser trabalhado.

Por fim, no seu plano de trabalho, a maior parte das aulas da professora é desenvolvida de forma expositiva, o que significa estar privilegiando o ensino conteudista, embora o fato de ensinar privilegiando o conteúdo não signifique estar propriamente ignorando o ensino por competência. No item práticas pedagógicas de seu plano, ela indica um tipo de exercício em classe que é uma ferramenta própria de

ensino conteudista. A relação entre seu plano de trabalho e o que acontece realmente em sala de aula destoam, sugerindo falta de conhecimento do professor sobre o trabalho que o aluno executará no mercado de trabalho.

A professora afirma também não ter conhecimento das legislações: LDB/96, Parâmetros Curriculares, do Decreto 2208/97. Entretanto, sobre o plano de curso, diz ter conhecimento de que, por meio de uma pesquisa sobre mercado de trabalho, chega-se à sua elaboração.

Observa-se também no plano de trabalho da professora, que ela utiliza recursos conteudistas. Procedimentos didáticos como aulas expositivas, avaliações com exercícios em classe, servindo-se deles como instrumento de avaliação, avaliações tradicionais escritas para avaliar conteúdos tornam o processo de ensino-aprendizagem, de certa forma, vago em uma proposta de ensino por competência. Quando a professora em sua entrevista mencionou o conceito de competência, reproduziu um conceito oficial e as práticas apresentadas demonstram que ela não o compreende, tal como o discurso oficial propõe. Isso sugere questionamentos a serem levantados quanto aos processos de capacitações, tendo em vista habilitar os docentes a trabalharem a pedagogia das competências, além de criar condições objetivas para que a proposta ocorra efetivamente.

3º - Habilitação profissional: técnico em turismo

Componente curricular: Técnicas de Recreação e Lazer

Módulo: 2º

Professor da disciplina de TRL:

O professor entrevistado é licenciado em Educação Física e há seis anos atua nessa unidade. Além de professor, é ator e produtor de teatro. Fez pós-graduação (lato sensu) na área de Educação, o que determinou sua identificação com o curso e seu interesse em ministrar aulas. Entrou no Centro Paula Souza por meio de concurso público, para aulas de Educação Física. Passou em seguida a ministrar também as

aulas de Recreação e Lazer do Curso Técnico em Turismo, além de dar aulas de teatro, dentro dos projetos que o Centro disponibiliza aos seus alunos.

Questionado sobre seus conhecimentos a respeito dos documentos oficiais que se referem à reforma de ensino técnico, diz que: "... tive possibilidade de contato com essa documentação, pois fui coordenador de área por um período e por trabalhar com os PCN no ensino médio". Em continuação diz:

Para se montar um planejamento, sempre se faz um documento paralelo, que se segue no ensino médio. Não importa se à medida que você está trabalhando é estadual ou do Centro Paula Souza. São estruturas documentais diferentes, mas seguindo os documentos oficiais propostos.

Por competência esse professor entende que:

Competência é você ser competente naquilo que se está fazendo, entendendo o que se está fazendo. Se falarmos que somos competentes num determinado trabalho, tenho que entender de tudo desse trabalho. E também que possa levar o conhecimento para fora dos portões da escola, tendo capacidade de resolver problemas.

O professor diz também que os documentos oferecidos nos planejamentos foram os subsídios para ele poder saber como trabalhar segundo a pedagogia das competências. O que ele acabou captando das informações no planejamento (afirma ser poucos dias para resolver um semestre de aulas) é que se traga para ser objeto de estudo a vivência mais próxima do aluno. E que esse aluno seja capaz de atuar com competência e não só para obter um diploma.

Uma de suas aulas observadas por mim consistiu em uma apresentação de programação de lazer elaborada pelos alunos, com temas livres, sob a forma de apresentações teatrais e dinâmicas de grupo utilizadas em empresas. Uma das apresentações foi uma pequena comédia de um diretor que irritava os atores de uma gravação. O professor chamou essas atividades de programações de entretenimento. Diante de todas essas explanações, nota-se que o professor desenvolveu a capacidade de trabalhar o ensino por competências, embora não consiga colocar isso em seu plano de trabalho e não tenha conhecimento da legislação que dispõe sobre essa pedagogia para os cursos técnicos. Apesar de sua compreensão do plano, este tem características de um documento burocrático. Vejamos:

No seu plano de trabalho, como exemplo, para a competência “identificar e avaliar os programas, eventos, atividades de lazer, entretenimento e animação sócio-cultural”, o professor relaciona a habilidade “conduzir a realização do evento” e a base tecnológica “técnicas de elaboração de programas, roteiros e itinerários”. Nestes aspectos, embora a competência relacionada esteja em harmonia com a disciplina, a relação da habilidade e base tecnológica com a competência não ficam claras. Na entrevista concedida, quando questionado sobre habilidades, o professor faz a afirmação de que não tem clareza sobre estas questões, evidenciando-se o fato quando menciona:

Sempre confuso né, eu não sei quem vai ser o inventor que vai deixar isso bem claro, né, como você fala competência, habilidade dentro educação... eu já vi documentos que colocam tudo junto, né, competência, habilidades são essas né. Habilidades, vamos pegar só a palavra, você ser hábil, né, habilidade naquilo que você ta fazendo, sei lá, a pessoa pode ser competente, mas não ter habilidade pra fazer, não sei se isso encaixa né, se dá diferenciar, eu sou competente pra fazer alguma coisa, mas não tenho habilidade, é uma coisa ligado a outra, né?

As habilidades que o professor destaca para o desenvolvimento das competências relatadas estão, de certa maneira, muito pouco especificadas para o que se pretende. Ele confunde habilidade com competência e tem dificuldade em estabelecer as relações entre competência, habilidade e base tecnológica, além do que, relata de forma vaga o que pretende em seu plano de trabalho.

Quanto ao procedimento didático, o professor propõe ações que não são metodologias aplicadas, por exemplo: “Elaboração de programação de recreação e lazer” não é um procedimento didático, mas “Aplicação de jogos cooperativos” corresponde a uma metodologia aplicável ao Curso Técnico em Turismo.

No que se refere aos indicadores de domínio, percebe-se que o professor atropela-se em relatar habilidades, o que difere do que o Centro Paula Souza entende por indicadores de domínio, citados anteriormente na entrevista da professora de Museologia.

No item avaliação, cita atividades como as de realizar atividades recreativas. Uma vez descritas, não fica claro se serão em grupo, individuais, ou seja, não há critério definido para as ações.

Antes de finalizar essas análises, cabe expor aqui o ocorrido durante a observação de uma visita técnica acompanhada pelos professores entrevistados: Durante a visita a um museu, a professora explanava sobre o período da escravidão e apresentava os objetos de tortura utilizados pelos feitores, cumprindo ordem de seus senhores. A referida professora questionou seus alunos sobre o tema de escravidão. Perguntou ao grupo: “quando acabou o período da escravidão?” Um dos alunos responde: “com a assinatura da Lei Áurea”. A professora então faz uma retrospectiva: “no período da escravidão os escravos viviam nas senzalas e seus senhores, seus donos, viviam na casa-grande. Vamos então trazer este período da escravidão para o século 21: vocês alunos do curso de turismo sabem tudo sobre um *Resort*, que é um grande hotel com vários atrativos para turistas de alto poder aquisitivo. Como nós podemos permanecer dentro desse *Resort*?” Um dos alunos responde ironicamente: “somente como funcionários, pois o custo à hospedagem é muito alto”. A referida professora então disse: “será então que o *Resort* poderia ser comparado à casa-grande e os bairros a seu redor à senzala? E nós, aos escravos escolhidos por termos melhor aparência, bons dentes, bom temperamento, saúde. etc.? Isso poderia ser comparado aos condomínios de luxo e os bairros periféricos”. Finalizando a professora retoma a pergunta: “quando acabou mesmo a escravidão?” O aluno responde: “é acabou a escravidão que era imposta somente para os negros e deu-se início a um novo período de escravidão, onde a cor da pele deixa de ser o único aspecto de segregação social e o que passa a ser importante é a sua condição social”.

Mesmo que os professores enfrentem toda a dificuldade para elaborar os planos de trabalho e conduzir suas aulas por meio do ensino por competência, encontra-se nessa fala a preocupação que o professor tem em não apenas informar ao aluno que irá apresentar o museu ao turista, mas que também será capaz de refletir sobre a sua condição como indivíduo. Também podemos observar a reflexão do professor que a faz indo além dos conteúdos, das técnicas e da formação por competência, preocupando-se com a formação geral de seu aluno.

Como podemos verificar no decorrer do processo de pesquisa, entrevistas e observações, verificamos que um dos professores confunde habilidade com competência. Outra professora revela falta de precisão no que pretende desenvolver no aluno e outra professora ainda reproduz o conceito oficial de competência sem conseguir compreender seu verdadeiro significado.

Com a constatação dessas práticas dos professores, será que somente algumas capacitações seriam suficientes? Diante dessas observações, acreditamos que a responsabilidade pelos problemas detectados na implementação do ensino por meio da pedagogia das competências não é apenas do professor, mas também do CEETEPS.

Considerações finais

Hoje é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a conseqüência possível de uma ação? As mudanças ocorrem e nem sempre possuímos instrumentos para avaliar suas conseqüências, mas temos que manter as expectativas, pois segundo Machado (1998:22):

(...) a adoção de paradigmas produtivos inovadores, orientados para as exigências da atual reestruturação capitalista e a mundialização do mercado, fez suscitar a expectativa, em diversas áreas sociais, inclusive na educacional, de uma mudança substancial na natureza e nos princípios da organização capitalista do trabalho.

As necessidades sociais, determinadas pelas exigências competitivas do mercado cada vez mais globalizado, sempre exigiram uma superação de limites para maior eficácia, eficiência e produtividade das empresas. Conseqüentemente, muitas vezes é impossível distinguir os benefícios e prejuízos nesse processo da parte do trabalhador.

Nesse contexto, a preocupação com o emprego constitui uma questão de grande importância social e é compreensível que as escolas estejam atentas a mudanças e ao crescente desemprego da população. No entanto, a autora acima citada apresenta controvérsias na questão da **competência para a empregabilidade**, ou até que ponto é mais sensato pensá-la como objeto de pesquisa que precisa ser submetido a mais análises, a tomá-la por algo definitivo ou inconcebível. Segundo a mesma, ainda há pouca pesquisa sobre sua efetivação em situações concretas no campo de trabalho.

Durante todas as leituras que fizemos, e que não foram poucas, verificamos que a educação profissional não foi objeto de atenção das políticas educacionais que nortearam a educação da década de 1990. No CEETEPS tivemos o incentivo para a qualificação, (re)qualificação e (re)profissionalização dos trabalhadores, jovens e adultos que estão no mercado de trabalho, e para os desempregados. Mas é o professor que ingressa nessa rede e que se depara com o ensino por competências, sobre o qual nunca ouvira falar anteriormente, e que portanto, evidencia a hipótese inicial de que o docente desconhece a temática das competências (implícitas no Decreto nº. 2.208/97) e o seu real significado, acabando por receber a difícil missão de

aplicar uma nova forma de ensino da qual desconhece o ideário ideológico que norteia seus pressupostos básicos.

Outro fator complicador é que grande parte, se não a totalidade dos professores que atuam na rede, não foram formados pela pedagogia das competências, tendo a possibilidade de, além de estudar a legislação, avaliá-la por meio de uma concepção filosófica crítica que procure aprofundar a historicidade da educação brasileira até chegar ao motivo da imposição da pedagogia das competências para adequar sua prática pedagógica em sala de aula. Sua compreensão e atuação dentro dessa forma de ensino dependerão em grande parte da orientação da direção e da coordenação dos cursos, dentro das ETES.

No entanto, na maior parte das escolas da rede, as dificuldades não são observadas somente na atuação dos professores. O que muitas vezes ocorre é que os coordenadores também não dominam conhecimentos sobre o ensino por competências, ficando este fato evidente quando no início do semestre letivo, o professor recebe a solicitação de elaboração do plano de ensino referente à sua disciplina. Elabora o plano e entrega para a coordenação, para que possa analisar e sugerir correções.

O que ocorre de fato é que os planos são devolvidos aos professores, sem receber comentários devidamente esclarecedores, tais como: qual a real função dos planos e sua relação com as aulas; onde ocorrem os erros e o porquê deles; necessidade de revisar constantemente o plano durante as aulas, para adequar outras necessidades ou mesmo para ver se está realmente aplicando em sala de aula as informações detalhadas no plano.

Em virtude disso, muitos professores não revisam mais o plano durante o semestre e praticam sua própria forma de ensino, tornando-se alheios ao ensino por competências. Talvez prefiram atuar dessa forma por não compreender plenamente o ensino por competências. Ao entrar na sala de aula, suas atividades ocorrem paralelamente à proposta do plano. Assim, os planos de trabalho parecem cumprir uma função apenas burocrática, sendo deixados de lado após sua elaboração.

Aliado à dificuldade dos professores em compreender o ensino por competências e à conseqüente elaboração dos planos de trabalho, observa-se pouca dedicação na capacitação de professores para o ensino por competências, que, quando ocorre, é oferecida somente no início de alguns semestres letivos. Os professores carecem de constante reciclagem de informações, o que não ocorre com freqüência. Além disso, os professores recém-admitidos ficam vários semestres sem acesso a informações atualizadas e sem conhecimento consistente sobre competências.

Os diretores por sua vez em alguns casos até têm algum conhecimento a respeito, pois na maioria das vezes participaram de várias capacitações, em função da quantidade de afazeres, dentre os quais podemos destacar a busca de parceiras com os setores produtivos regionais e as instituições públicas; articular-se com a comunidade geral, captar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos, pesquisar e estudar demandas e promover propostas para novas habilitações, além dos afazeres cotidianos, tais como zelar pelo patrimônio entre outras, ficam, portanto muitas vezes impossibilitados para dedicar-se as capacitações de seus docentes. As reuniões pedagógicas promovidas pelos diretores da ETE são realizadas todos os meses, ocasião esta que seria adequada para oferecer as capacitações. Nelas são tratados diversos assuntos, mas não se inclui a prática pedagógica por competências. Tornam-se muitas vezes encontros sem atrativos de interesse, como se tratasse de outra rotina burocrática.

A capacitação freqüente dos professores auxiliaria na fixação e aplicação de conceitos do ensino por competências e seria mais necessária ainda agora após a reformulação da organização curricular de vários cursos técnicos.

Além disso, constata-se haver uma grande rotatividade na ocupação dos cargos de coordenadores e de professores, talvez devido à remuneração oferecida ser inferior se comparada a outras escolas públicas e privadas. Conseqüentemente, os professores atuam de forma deficiente, não conseguindo compreender plenamente o ensino por competências.

Em virtude da falta de encontros para capacitação, baixa remuneração, a quantidade excessiva de aulas que o professor tem que ministrar para conseguir um

salário um pouco mais digno, o professor acaba sem motivação e também sem recursos próprios para investir em sua própria qualificação ou mesmo investir tempo para elaborar um plano de trabalho com características próprias, já que o plano enviado pelo CEETEPS trata-se apenas de um modelo que pode ser alterado. Mesmo os professores que ingressam na rede, vindos de experiências profissionais no mercado de trabalho da área em que irá lecionar, se optarem apenas pela carreira docente, em muito pouco tempo estarão desatualizados em virtude das mudanças constantes que ocorrem no mundo do trabalho, como, por exemplo, um professor que aprendeu a emitir bilhetes aéreos de forma manual, e que não recebeu capacitação para atuar com as novas tecnologias, onde a emissão de bilhetes está totalmente informatizada, como poderá ele cumprir seu plano de trabalho no que diz respeito a desenvolver a competência para emitir bilhetes aéreos?

Quanto à hipótese de que o docente aplica o plano de ensino em seu cotidiano na sala de aula, mas não se dá conta de que está realmente trabalhando por competência, conforme se constata durante as entrevistas, bem como durante o período de acompanhamento das aulas e das avaliações, esse fato não se evidencia na totalidade, visto que os planos de trabalho não fazem parte do cotidiano do professor na sala de aula.

Temos hoje a certeza de que o ensino por competência é mais que uma metodologia de ensino, e que este jamais invalida o conteúdo. Dá um novo sentido ao conteúdo, porque mostra sua aplicabilidade, mas que este tipo de ensino está intimamente ligado às exigências internacionais que contam com a hegemonia do capitalismo norte americano, parece que ninguém sabe.

Durante este árduo processo de estudo que vivemos, de constatações, ou leituras dessas realidades, tivemos que admitir que o conflito, as divergências ou até as diferentes visões de uma mesma situação dentro de uma instituição escolar, que respira uma cultura totalmente diferente, gera confrontos e esses por sua vez geram mudanças dentro do cotidiano escolar os quais levam os atores que participam desse processo a agirem muitas vezes visando apenas o que lhes é conveniente, sem olhar para o todo.

O CEETEPS tem uma história na educação brasileira e essa história deveria ser criticamente conhecida por todos os seus docentes. Entendemos que o CEETEPS é uma instituição escolar que está afinada com a política governamental, principalmente no que diz respeito ao estreitamento de laços com o setor produtivo, a oferta de cursos para atender as demandas regionais e o modelo de competências, mas, as mudanças no que diz respeito às práticas docentes no ensino por competência, ainda não foram assimiladas e/ou entendidas por todas os docentes. Quando este fato ocorrer é que poderemos responder ao questionamento quanto ao conhecimento da legislação pelos docentes e se concordam ou não com ela. No momento em que os docentes conhecerem a legislação e compreenderem as conseqüências de sua aplicação é possível que outras questões aflorem, pois estarão em condições de produzir críticas ao que é proposto por ela.

Ainda com relação às dificuldades, durante esta pesquisa, foi possível observarmos algumas contradições. Uma delas é com relação ao Observatório e ao SAI, avaliações institucionais que o CEETEPS aplica com o objetivo de verificar a aplicabilidade de suas diretrizes. No entanto, quando são observadas falhas nas observações, pouco se faz de prático para resolver os problemas. O mesmo ocorrendo com a progressão funcional quando o professor não aprovado volta para a sala de aula sem que nada ocorra para o seu aprimoramento profissional.

Embora as capacitações tenham ocorrido procurando atender as dificuldades para se trabalhar diante da legislação proposta e as práticas docentes no ensino por competência, esta pesquisa avalia que seriam necessárias capacitações no sentido de: acesso a textos, livros, artigos que permitiam cotejar os interesses diferenciados e até antagônicos de uma sociedade de classe, capitalista, em que estão presentes teorias pedagógicas de autores da área de educação que têm claro compromisso com a reprodução do capital e a modernização conservadora. Deveriam também ter acesso a todos àqueles cujo conhecimento é mais profundo e crítico, focando a história da sociedade e da educação em suas contradições, com o que poderia contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, em que realmente a grande maioria dos brasileiros tenha seus direitos sociais básicos garantidos e cidadania para uma vida digna.

Portanto, sem aprofundar a compreensão dos mecanismos estruturais que são determinantes da relação produção, consumo e educação por meio de uma filosofia de educação que vá à raiz dos problemas econômicos, sociais e políticos e sem compreender a historicidade das legislações nesse contexto; sem cultura geral que lhe permita uma visão de mundo posicionada politicamente, ele não superará sua visão de senso comum dos problemas educacionais, com vistas à elaboração de planos de curso e, conseqüentemente, da prática de ensino em sala de aula. E é claro que essa formação terá de ser conquistada, pois não será dada pelo poder econômico e seus intelectuais que elaboram parâmetros, Referenciais Curriculares, entre outros documentos oficiais.

Se o docente for adquirindo uma consciência mais elaborada sobre a sociedade e sobre a educação, mais ele poderá estar proporcionando competência técnica para que seu aluno possa disputar a hierarquia ocupacional, como estar formando cidadãos para ajudar a construir historicamente uma sociedade de bem-estar para todos.

Caso contrário, o professor adestrado para formar alunos também adestrados com vistas apenas ao mercado, acaba formando alunos que também não terão nem condições, tanto como eles professores, de garantir sua empregabilidade.

Para conquistar esse conhecimento filosófico de educação crítica, as teorias educacionais delas decorrentes e suas pedagogias, o docente terá que buscar como indivíduo esse saber na história da educação brasileira e nas suas lutas nos espaços e momentos em que atuará como sujeito coletivo, para mudanças que possibilitem ir construindo um ensino médio e técnico-profissional para todos, tendo acesso a uma ciência e tecnologia, não de maneira fragmentada, aligeirada, e sim as bases do saber elaborado, sistematizado e universal.

Finalizamos este trabalho com uma anotação feita durante as aulas do professor José Luis Sanfelice, em novembro de 2004: “A formação de um educador competente não é suficiente. É preciso que a competência técnica esteja fundamentada num compromisso político. Porque a competência depende de um ponto de vista de uma classe. Se somos competentes para uma classe não somos para outra”. Esta fala foi escrita por Moacir Gadotti em 14/03/83 quando se comemorava cem anos da morte de

Marx. Hoje fazemos esta leitura entendendo que um ensino eficiente por competência nos leva a um aumento da produtividade dos trabalhadores em benefício do capital. Mas esta é uma discussão para outra pesquisa quando talvez possamos conseguir por meio de outras leituras entender melhor o quanto o capitalismo, nos moldes em que está organizado pode ser nocivo a grande maioria do povo da nossa sociedade, embora só essa maioria poderá forçar a sua mudança. Daí a importância do professor que tenha competência técnica na sua área específica de atuação, compromisso político, a fim de potencializar as mudanças estruturais e educacionais necessárias para a construção de uma sociedade com melhor distribuição de renda, portanto mais justa.

Referências Bibliográficas

ALVES, Júlia Falivene. ARAÚJO, Almério Melquíades de. **Proposta de currículo por competências para ensino médio**. São Paulo: Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, 2006.

ARAÚJO, Almério Melquíades. A construção de currículo flexível baseado em competências. ARAÚJO, MARCONDES, LOPES (Orgs.) **Seminário do ensino médio e da educação profissional: A nova educação profissional**. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2000. Livro de Resumos.

ARAÚJO, Almério Melquíades. COVELLO, Antonio Augusto. **Planejamento e gestão da educação profissional**. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2000.

BRASIL. Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lex: Ministério da Educação e Cultura. Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília: MEC, 2000. 136 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lex: Ministério da Educação e Cultura. Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília: MEC, 2000. 136 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília: MEC, 2000. 136 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília: MEC, 2000. 46 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Programa de Expansão da Educação Profissional. **Educação profissional: legislação básica**. Brasília: MEC, 2001. 188 p.

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. 126 p.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Plano de Curso da Habilitação Profissional de Técnico em Turismo**. (mimeo), 2001.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais**. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.ceeteps.br/Ete/Regim_Escolar.html>. Acesso em: 21 de julho de 2006.
- DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola Vigotski**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. Coleção polêmicas de nosso tempo.
- FIDALGO, Fernando (Org.) ; SANTOS, Eloísa Helena (Org.) ; MACHADO, Lucília Regina de Souza (Org.) . **Revista Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 1996. v. 1. 168 p.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; (Orgs.) et tal. **O ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo. PINSKY, Jaime (Orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.
- HIRATA, Helena. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência**. Diretora do “Groupe d’études sur la division sociale et sexuelle du travail” (GEDISST) do “Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines”, Paris, 1994.
- MACHADO, Lucília. **Educação básica, empregabilidade e competência**. Revista Trabalho & Educação. Belo Horizonte: nº. 03. Janeiro/Julho de 1998.
- NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Metodologia do ensino: uma introdução**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- PERRENOUD, Philippe. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto Editora, 1995.
- RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA JÚNIOR, Celestim A. da; Bueno, M. Sylvia; Ghiraldelli Júnior, Paulo; Marrach, Sônia A. **Infância, educação e neoliberalismo**. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. Coleção Questões de nossa época.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. FERRETTI, Celso. **O institucional, a organização e a cultura da escola**. São Paulo: Xamã, 2004.

ZARIFFIAN, Philippe. **A gestão da e pela competência**. Seminário Internacional, CIET. Rio de Janeiro, 1996.

ANEXO A

Plano de Trabalho Docente – 2006

Ensino Técnico

ETE TUR	
Código:	Município:
Área Profissional: Turismo e hospitalidade	
Habilitação Profissional: Técnico em Turismo	
Qualificação: Promotor de Eventos em Serviços Turísticos	Módulo: II
Componente Curricular: Técnicas Operacionais de Agências de Turismo	
C.H. Semanal: 2,5	Professor:
I – Atribuições e atividades profissionais relativas à qualificação ou à habilitação profissional, que justificam o desenvolvimento das competências previstas nesse componente curricular	
<ul style="list-style-type: none">- Promover e organizar eventos de divulgação dos serviços oferecidos.- Visitar os clientes (pessoa física ou jurídica) pessoalmente para divulgar os serviços.- Fazer cálculos de tarifas.- Orientar e transmitir informações sobre os lugares a serem visitados.	

II – Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas do Componente Curricular

Nº	Competências	Nº	Habilidades	Nº	Bases Tecnológicas
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar a realização do evento, tomar providências corretivas e acompanhar a abertura e o encerramento. 2. Identificar e prever serviços pessoais, bem como infra-estrutura e meios de apoio (transportes, instalações, mobiliário, equipamentos, utensílios, decoração). 3. Conciliar interesses e solucionar conflitos. 4. Apresentar a avaliação global do evento. 5. Apurar custos e determinar preços. 6. Orientar e transmitir informações sobre os lugares a serem visitados. 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Conduzir a realização do evento, tomar providências corretivas e acompanhar a abertura e o encerramento (1). 2. Articular setores internos: organização e realização de eventos; organização e realização de programas e atividades complementares de lazer (1 e 2). 3. Elaborar e analisar propostas, contratos, acordos e termos de responsabilidade (5). 4. Preparar e conduzir equipes de trabalho (3). 5. Articular parceiros e outros profissionais (3 e 5). 6. Controlar custos e receitas (5 e 4). 7. Informar corretamente sobre: arquitetura, história, cultura, folclore, aspectos naturais, socioeconômicos e curiosidades da localidade ou região (6). 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos e tipologia de eventos (1 e 2); 2. Assessoria e transmissão de informações; organização e realização de eventos (1 e 2); 3. Motivação, trabalho em grupo e relações humanas no trabalho (3) 4. Técnicas de comunicação e relação com o público (6); 5. Leitura, interpretação e elaboração de orçamentos, cálculo de custos e formação de preços (4 e 5). 6. Atrativos turísticos principais – localização, caracterização e preservação (6)

III – Procedimento Didático e Cronograma de Desenvolvimento

Competências	Habilidades ¹	Base Tecnológica ¹	Procedimento Didático ²	Cronograma / Dia e Mês
01	01, 02 e 03	01 e 02	Aulas expositivas, discussão em classe, trabalho em grupo	10/02 a 28/04
02	02	01 e 02	Aulas expositivas, discussão em classe, planejamento, execução e avaliação do evento “Café da manhã com os pais”.	10/02 a 28/04
03	04 e 05	03	Discussão em classe, trabalho em grupo com acompanhamento do desempenho dos alunos no relacionamento em equipe.	24/02 a 10/03
04	06	05	Aulas expositivas, exercícios.	28/04 a 19/05
05	05 e 06	05	Aulas expositivas, exercícios.	28/04 a 19/05
06	07	06	Pesquisas de gabinete, ensaios em classe (pátio externo), seminários.	05/05 a 30/06

¹ Relacionar em ordem cronológica e didática

¹ Relacionar em ordem cronológica e didática

² Relacionar de acordo com cada habilidade e base tecnológica

IV - Plano de Avaliação de Competências

Competência	Indicadores de Domínio	Instrumento(s) de Avaliação	Crítérios de Desempenho	Evidências de Desempenho
01 e 02	<ul style="list-style-type: none"> Conduzir a realização do evento, tomar providências corretivas e acompanhar a abertura e o encerramento. Articular setores internos: organização e realização de eventos; organização e realização de programas e atividades complementares de lazer <p><u>Bases Tecnológicas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Fundamentos e tipologia de eventos; Assessoria e transmissão de informações; organização e realização de eventos; 	Avaliação individual escrita, simulações práticas.	<ul style="list-style-type: none"> Organização; Participação em todas as atividades; Exatidão; Empatia; Destreza; 	Desempenho prático que evidencia capacidade de relacionar informações relativas a eventos e projetos em equipe, bem como seu planejamento e execução.
03	<ul style="list-style-type: none"> Preparar e conduzir equipes de trabalho Articular parceiros e outros profissionais <p><u>Base Tecnológica:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Motivação, trabalho em grupo e relações humanas no trabalho 	Acompanhamento do desempenho individual no evento realizado na escola, tanto no planejamento como na execução.	<ul style="list-style-type: none"> Organização; Participação em todas as atividades; Envolvimento; Motivação e respeito no trabalho em equipe; 	Desempenho em equipe e individual, superando conflitos e dificuldades.
04 e 05	<ul style="list-style-type: none"> Controlar custos e receitas Articular parceiros e outros profissionais <p><u>Bases Tecnológicas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Leitura, interpretação e elaboração de orçamentos, cálculo de custos e formação de preços. 	Exercícios em classe, exposição de propostas.	<ul style="list-style-type: none"> Organização; Precisão; Clareza; 	Desempenho teórico que evidencie capacidade de relacionar custos e receitas adequados para cada tipo de evento.

06	<ul style="list-style-type: none"> • Informar corretamente sobre: arquitetura, história, cultura, folclore, aspectos naturais, socioeconômicos e curiosidades da localidade ou região <p><u>Bases Tecnológicas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Atrativos turísticos principais – localização, caracterização e preservação 	<p>Pesquisas de gabinete e simulações práticas, através de visitas técnicas e city tour, seminários em classe.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em todas as atividades; • Clareza ao falar em público; • Dicção; • Empatia; • Envolvimento; • Preocupação com aparência pessoal; 	<p>Desempenho prático que evidencia domínio de técnicas adequadas ao falar em público e linguagem clara e correta.</p> <p>Desempenho teórico que evidencia capacidade de organizar informações adequadas a turistas.</p>
----	--	--	--	--

- *indicadores, instrumentos, critérios e evidências deverão ser identificados por competência.*

V – Material de Apoio Didático para Aluno (inclusive bibliografia)

Apostilas produzidas e organizadas pelo professor(revistas, jornais, promocionais, etc.)

Pesquisas de gabinete, campo e em meios informatizados

Material áudio visual: exposições em data show.

Bibliografias da área:

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos: procedimentos e técnicas**. Barueri: Manole, 2001.

MEIRELES, Gilda. **Tudo sobre eventos**. São Paulo: STS, 2001.

VI – Estratégias de Recuperação para Alunos com Rendimento Insatisfatório

Trabalhos extra-classe, acompanhados de atividades práticas.

VII - Outras Observações / Informações:

Realizar visitas técnicas e atividades práticas em forma de simulações e evento realizado na escola.

VIII – Assinatura:

(professor)

Data:**IX – Parecer do Coordenador de Área: O plano de trabalho está compatível com o Plano de Curso, as orientações do CEETEC e da Coordenação de Área.****Assinatura:****Data:**

Plano de Trabalho Docente – 2006

Ensino Técnico

ETE TUR	
Código:	Município:
Área Profissional: Turismo e Hospitalidade	
Habilitação Profissional: Técnico em Turismo	
Qualificação: Promotor de Eventos em Serviços Turísticos	Módulo: II
Componente Curricular: Museologia	
C.H. Semanal: 1,5	Professor(es):

I – Atribuições e atividades profissionais relativas à qualificação ou à habilitação profissional, que justificam o desenvolvimento das competências previstas nesse componente curricular¹

Orientar e transmitir informações sobre os lugares a serem visitados.

¹ Vide capítulo 3 do Plano de Curso

II – Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas do Componente Curricular

	Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
01	Identificar os espaços, locais , as artes, cultura, espetáculos, etc;	Motivar a conscientização e o conhecimento das funções educativas, científicas e sociais dos museus;	Noções gerais sobre sítios históricos ou monumentos isolados e museus com acervos históricos e com atrativos turísticos;
02	Identificar, avaliar e selecionar informações geográficas, históricas, artística, recreativas e de entretenimento, comerciais, artesanais, gastronômicos, religiosos, etc;	Compreender e interpretar os nossos patrimônios nacionais e internacionais em sua dimensão sócio-histórico;	Noções gerais do patrimônio artístico, histórico e natural, bens locais, preservação e museus
03	Identificar fatores que influem na atração do cliente, sintetizar e relacionar essas informações com meios e recursos disponíveis.	Informar corretamente sobre: história, cultura, aspectos naturais, sócio-econômicos, curiosidades e decoração. Adequar a oferta a interesses, hábitos, atitudes e expectativas das clientelas.	Procedimentos na realização de passeios e visitas á museus.

III – Plano Didático

Habilidade¹	Base Tecnológica¹	Procedimento Didático²	Cronograma Dia / Mês
Motivar a conscientização e o conhecimento das funções educativas, científicas e sociais dos museus;	Procedimentos na realização de passeios e visitas á museus.	Método criativo: Possibilitar uma visão e um sentido mais espontâneo da realidade a fim de se encontrarem soluções mais adequadas e eficientes diante de situações problemáticas.	08/02 a 22/03
Compreender e interpretar os nossos patrimônios nacionais e internacionais em sua dimensão sócio-histórico;	Noções gerais do patrimônio artístico, histórico e natural, bens locais, preservação e museus	Método de pesquisa: Colocar o educando em contato com a realidade, a fim de melhor conhecê-la.	05/04 a 10/05
Informar corretamente sobre: história, cultura, aspectos naturais, sócio-econômicos, curiosidades e decoração. Adequar a oferta a interesses, hábitos, atitudes e expectativas das clientelas.	Noções gerais sobre sítios históricos ou monumentos isolados e museus com acervos históricos e com atrativos turísticos;	Método expositivo misto: Apresentação dos estudos efetuados por um grupo, seguida de discussão.	24/05 a 05/07

¹ Relacionar em ordem didática

² Relacionar de acordo com cada habilidade e base tecnológica

IV - Plano de Avaliação de Competências

Competência	Indicadores de Domínio	Instrumento(s) de Avaliação	Critérios de Desempenho	Evidências de Desempenho
<p>Identificar os espaços locais e os equipamentos para eventos, esportes, recreação, artes, cultura, espetáculos, etc;</p> <p>Identificar, avaliar e selecionar informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento comerciais, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, etc;</p>	<p>Selecionar, conhecer e organizar sobre a história do patrimônio histórico e cultural dos museus</p> <p>Selecionar informações culturais sobre instalações e preservações dos museus.</p> <p>Organizar material sobre patrimônio cultural e histórico da região.</p> <p>Conhecer sobre o patrimônio cultural , histórico e artístico da região</p>	<p>Relatório de pesquisa sobre o Patrimônio Histórico e Cultural e apresentação dos trabalhos oral e escrito</p> <p>Relatório de pesquisa e apresentação dos trabalhos em grupo oral e escrito</p> <p>Fichas, relacionando todos os museus de nossa cidade com sua história.</p>	<p>Clareza na exposição das idéias. Organização do trabalho. Críticidade na apresentação das sugestões. Atendimento de prazo.</p> <p>Definição de restauração, intervenção e instalação nos museus. Clareza e críticidade na exposição das idéias. Clareza no esquema de apresentação. Atendimento de prazo</p> <p>Clareza e críticidade nas idéias apresentadas Clareza no esquema de apresentação. Atendimento de prazo</p>	<p>Entrega do trabalho escrito no prazo estipulado. Apresentação do trabalho com linguagem clara, objetiva e críticidade. Informações organizadas.</p> <p>Apresentação do trabalho com linguagem clara, objetiva, críticidade e informações organizadas.</p> <p>Apresentação dos trabalhos com linguagem clara, objetiva, críticidade e informações organizadas.</p>

V – Material de Apoio Didático para Aluno (inclusive bibliografia)

-Internet;

- Livro: CEETEPS – Museologia e Turismo: Os caminhos para a educação patrimonial – Profª. Drª. Maria Cristina O. Bruno – 1988;

- Revista de Museologia – Inst. De Museologia de S.Paulo – Fundação Escola de Sociologia e Política;

- Funarte – Museu de Arte de S.Paulo. Rio de Janeiro, 1981 (Col. Museus Brasileiros, 3.)

---Museu Paraense Emílio Goeldi, Rio de Janeiro, 1981. (Col. Museus Brasileiros, 4.)

---Pinacoteca do Est. De A.Paulo, Rio de Janeiro, 1982. (Col. Museus Brasileiros, 6.)

VI – Estratégias de Recuperação para Alunos com Rendimento Insatisfatório

Recuperação com observação direta do desempenho do aluno no decorrer do módulo.

- Trabalhos em grupo de pesquisa, assim o aluno estará exercitando cooperação, argumentação, tolerância, e outros.

- Momento solitário de produção artística, durante o qual o aluno estará exercitando sua expressividade, criatividade e sensibilidade.

VII - Outras Observações / Informações:

Trabalho interdisciplinar em relação ao City Tour – (Trabalho Cultural).

VIII – Assinatura:**Data: 14/02/06****(professor)****IX – Parecer do Coordenador de Área:****Assinatura:****Data:**

Plano de Trabalho Docente – 2005

Ensino Técnico

ETE TUR	
Código:	Município:
Área Profissional: TURISMO e HOSPITALIDADE	
Habilitação Profissional: TÉCNICO EM TURISMO	
Qualificação: PROMOTOR DE EVENTOS EM SERVIÇOS TURÍSTICOS	Módulo: II
Componente Curricular: TÉCNICAS DE RECREAÇÃO e LAZER	
C.H. Semanal: 2,5	Professor(es):

I – Atribuições e atividades profissionais relativas à qualificação ou à habilitação profissional, que justificam o desenvolvimento das competências previstas nesse componente curricular

2- Promover e organizar eventos de divulgação dos serviços oferecidos.

3- Elaborar projetos cujo principal enfoque seja o atrativo turístico.

II – Competências, habilidades e bases tecnológicas do componente curricular

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e avaliar os programas, eventos, atividades de lazer, entretenimento e animação sócio-cultural. 2. Identificar os espaços, locais e os equipamentos para eventos, esportes, recreação, artes, cultura e espetáculos. 3. Conhecer as técnicas para acolher e recepcionar clientes, particulares e convidados. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acolher e recepcionar clientes, participantes e convidados (3). 2. Conduzir a realização do evento (1). 3. Articular parceiros e outros profissionais (1). 4. Coordenar recursos humanos, desenvolvendo motivação, desempenho individual e trabalho em equipe (1). 5. Motivar e liderar pessoas e grupos (3). 6. Receber, orientar, informar e conduzir turistas e participantes de eventos (3). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Técnicas de elaboração de programas, roteiros e itinerários (1). 2. Técnicas de comunicação e relações com o público (3). 3. Características, tipologia e classificação de estabelecimento (2). 4. Técnicas, regras e procedimentos de organização e realização de eventos (1). 5. Técnicas, regras e procedimentos de organização e realização de programas e atividades complementares de lazer (1). 6. Técnicas de motivação, trabalho em grupo e relações humanas no trabalho (3).

III – Plano Didático

Competências	Habilidades¹	Base Tecnológica¹	Procedimento Didático²	Cronograma / Dia e Mês
03	01,05,06	Técnicas de motivação, trabalho em grupo e relações humanas no trabalho	Aplicação de dinâmicas, jogos e atividades em grupos	08/02 a 08/03
03	01,05,06	Técnicas de comunicação e relações com o público.	Apresentação de gincanas	15/03 a 12/04
01	02,04	Técnicas, regras e procedimentos de organização e realização de programas e atividades complementares de lazer.	Elaboração de programação de Recreação e Lazer	19/04 a 03/05
		Características, tipologia e classificação de estabelecimentos.	Pesquisa sobre locais de área de atuação	10/05 a 24/05
		Técnicas, regras e procedimentos de organização e realização de eventos	Montagem de jogos cooperativos	031/05 a 14/06
		Técnicas de motivação, trabalho em grupo e relações humanas no trabalho	Aplicação de jogos cooperativos	21/06 a 05/07

¹ Relacionar em ordem cronológica e didática

¹ Relacionar em ordem cronológica e didática

² Relacionar de acordo com cada habilidade e base tecnológica

V - Plano de avaliação de competências

Competência	Indicadores de domínio	Instrumento(s)	Critérios de desempenho	Evidências de Desempenho
1. Identificar e avaliar os programas, eventos, atividades de lazer, entretenimento e animação sócio-cultural.	<ul style="list-style-type: none"> - Conduzir a realização do evento. - Articular parceiros e outros profissionais. - Técnicas, regras e procedimentos de organização e realização de programas e atividades complementares de lazer. 	Projeto “Dia de Lazer”	Elencar os tópicos de um projeto, estabelecendo sua aplicabilidade.	Elaborar e realizar um evento de lazer.
2. Identificar os espaços, locais e os equipamentos para eventos, esportes, recreação, artes, cultura e espetáculos.	<ul style="list-style-type: none"> - Selecionar atividades recreativas. - Técnicas de elaboração de programas de lazer. 	Programação de lazer (escrita)	Relacionar locais, faixa etária e atividades recreativas.	Elaborar Programas de lazer, atendendo aos critérios estabelecidos.
3. Conhecer as técnicas para acolher e recepcionar clientes, particulares e convidados.	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar conhecimentos teóricos às situações. - Técnicas de comunicação e relações com o públicos. 	Aplicação Prática de atividades recreativas	Atuação sobre o objeto de estudo, utilizando técnicas adequadas.	Apresentar atividade recreativa (Introdução, desenvolvimento e conclusão)

- indicadores, instrumentos, critérios e evidências deverão ser identificados por competência.

VI - Material de apoio didático para os alunos (inclusive bibliografia)

Livros: 1- “Trabalhando com recreação” Vinícius Cavalari

2 – “Monitor de recreação” Robson Mian

3 – “ Lazer: Fundamentos, Estratégias e Atuação Profissional”

Giuliano Gomes de Assis Pimentel.

VII – Estratégias de recuperação para alunos com rendimento insatisfatório

Formar núcleos de estudos, com integrantes de diferentes níveis de rendimento.

VIII - Outras observações/informações:

Programação extra-classe:

- 06/03/05 – ATIVIDADES AQUÁTICAS (Camping)
- 05/06/05 – DIA DE LAZER

IX – Assinatura:**data:**

(professor)

X – Parecer do coordenador de área:**Assinatura:****data:**

ANEXO B

PROGRESSÃO FUNCIONAL

PORTARIA CEETEPS Nº. 030, DE 03 DE MARÇO DE 2006.

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EXPEDE A PRESENTE PORTARIA:

Artigo 1º - A Progressão Funcional dos integrantes das categorias docentes das Unidades de Ensino Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, será operacionalizada nos termos do Decreto nº 28.956, de 30 de setembro de 1988 e Deliberação CEETEPS 2, de 08 de março de 1999, na seguinte conformidade:

I - aos níveis de Professor B, Professor C e Professor D, mediante Processo Especial, a ser realizado pela Coordenadoria de Recursos Humanos;

II - aos níveis de Professor E e Professor F, mediante aprovação em Processo de Avaliação de Mérito;

III - ficam designados, para compor a Comissão Central de Progressão Funcional - CCPF, a que se refere o artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 2, de 08 de março de 1999, os servidores, ANTONIO CARLOS PAVANELLI - RG 2.652.497, LUIZ ALBERTO AGASI - RG 7.155.023, PAULO HIROSHI NOVALO - RG. 32.873.918-2, YUMIKO ELOISA HONMA PEREIRA - RG. 11.461.827-6, JOSÉ VITÓRIO SACILOTTO - RG. 5.622.230, para, sob a presidência do primeiro, operacionalizar o previsto no inciso II.

Artigo 2º - O candidato deverá requerer junto à direção da unidade-sede, sua inscrição no processo de Avaliação de Mérito.

§1º- O candidato deverá se inscrever em componente curricular que estiver lecionando ou que tenha sido contratado através de Concurso Público, em qualquer das Unidades do CEETEPS, desde que habilitado nos termos do inciso I, do artigo 1º da Deliberação CEETEPS 2/99.

§2º - O deferimento ou indeferimento do requerimento de inscrição do candidato será de inteira responsabilidade do Diretor da Unidade de Ensino, que tomará as providências necessárias para a consecução do processo de Avaliação de Mérito.

Artigo 3º - Para os componentes curriculares indicados pelos candidatos participantes do Processo de Avaliação de Mérito, será designada, pela Comissão Central de Progressão Funcional, uma ou mais Comissões de Avaliação, composta cada uma, por 3 (três) professores estranhos à unidade escolar do candidato, de categoria igual ou superior àquela pretendida, ou por profissional de reconhecida experiência na área.

§1º - Por ocasião da constituição da Comissão de Avaliação, serão designados 2 (dois) suplentes que preencham os mesmos requisitos dos titulares.

§2º - A Comissão de Avaliação poderá solicitar o assessoramento de especialistas na área em julgamento.

§3º - Excepcionalmente, em não havendo professor de categoria igual ou superior ao candidato, poderá a Comissão de Avaliação ser composta por professores do componente curricular ou área afim do candidato.

Artigo 4º - No julgamento do currículo serão considerados os seguintes aspectos, destacando-se os relacionados ao componente curricular indicado pelo candidato:

I - formação acadêmica e atualização docente e profissional;

II - atividades profissionais docentes, técnicas e administrativas;

III - atividades no CEETEPS;

IV - realização nos campos do ensino, pesquisa técnica e da ciência.

§1º - Os membros da Comissão de Avaliação entrevistarão o candidato sobre os diferentes aspectos do currículo.

§2º - Serão excluídos do certame, os candidatos que encaminharem os currículos fora do modelo estabelecido na Instrução nº 002/2006 - CRH.

Artigo 5º - A prova didática versará sobre temas relacionados ao componente curricular indicado pelo candidato, e avaliará o nível de atualização do conteúdo e a metodologia de ensino empregada pelos candidatos.

Artigo 6º - Ao final da avaliação, a Comissão emitirá parecer conclusivo considerando todas as etapas do processo (Currículo, Entrevista e Prova Didática) recomendando ou não a passagem do candidato à categoria docente pretendida.

§1º- Será recomendado à progressão, o candidato que for indicado pela maioria dos membros da Comissão de Avaliação.

§2º- A Comissão de Avaliação dará ciência do seu parecer ao candidato, logo após a Prova Didática.

§3º- O parecer será submetido ao Presidente da Comissão Central de Progressão Funcional, para análise formal que, por sua vez, o encaminhará à Superintendência, para homologação.

Artigo 7º - Os docentes recomendados à progressão terão suas funções enquadradas no nível "E" ou "F", segundo os termos do Decreto nº 28.956, de 30 de setembro de 1988.

Artigo 8º - No caso de não recomendação, caberá ao candidato pedido de reconsideração à Comissão de Avaliação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da ciência do interessado.

§1º - Não havendo alteração no seu parecer, a Comissão de Avaliação remeterá o processo à Assessoria Jurídica, quando estiverem envolvidos aspectos legais.

§2º - Em se mantendo parecer desfavorável ao candidato, este poderá recorrer à Diretora Superintendente do CEETEPS.

Artigo 9º - O prazo máximo para a conclusão do certame será de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 1º de abril de 2006.

Artigo 10º - Compete à Coordenadoria de Recursos Humanos a coordenação e supervisão do disposto na presente Portaria e, se necessário, a expedição de normas complementares.

Artigo 11º - Os participantes do certame tomarão conhecimento do Calendário de Atividades bem como outras informações complementares, através do DOE e da Unidade de Ensino em que exercem suas funções.

Artigo 12º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando cessados, a partir da mesma data, os efeitos da Portaria CEETEPS Nº 027, de 10, publicada a 11/03/2005.

LAURA M. J. LAGANÁ

Publicada no DOE de 04/03/2006 Seção I, Pág. 33

ANEXO C

CEETEPS
16º PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO
2006

1 - ANÁLISE DE CURRÍCULO

PROFESSOR

ETE

Componente Curricular

Habilitação Profissional / Curso

Atividades desenvolvidas após o último enquadramento na categoria ___ ocorrido em xx/xx/xxxx

1-	Formação Acadêmica	Na área	Educação	Fora da área
	Graduação			
	Licenciatura			
	Pós-Graduação Lato Sensu			
	Mestrado			
	Doutorado			
2-	Atividades profissionais docentes	SIM	NÃO	
	No CEETEPS	Em outra ETE		
		FATEC		
	Fora do CEETEPS	Ensino Fundamental		
		Ensino Médio		
		Ensino Técnico		
		Ensino Superior		
3-	Atividades profissionais não docentes fora do CEETEPS			
4-	Outras atividades no CEETEPS	SIM	NÃO	
	Natureza	Administrativa		
		Suporte didático-pedagógico		
5-	Projetos e/ou pesquisa técnico científica	SIM	NÃO	
	Coordenação			
	Participação			
6-	Livros e trabalhos publicados	SIM	NÃO	
	Livros publicados			
	Trabalhos Técnicos e/ ou científicos			
	Artigos publicados			
6.1	Elaboração de apostila para os componentes curriculares que leciona	NO CEETEPS	FORA DO CEETEPS	

ANEXO C

CEETEPS
16º PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO
2006

7-	Participação em simpósios, seminários, congressos, encontros e capacitações	OUVINTE	PALESTRANTE
	Capacitações técnico pedagógicas		
	Simpósios, seminários, congressos e encontros		
	Outras		
8-	Participação em bancas, comissões, diretoria de instituições auxiliares	SIM	NÃO
	Banca de concurso para docentes		
	Comissão na ETE		
	Comissão designada pelo CEETEPS		
	Diretoria de instituições auxiliares		
	Outras		
9-	Outras		

Tendo em vista a análise de currículo conclui-se que o candidato	Apresentou atividades pertinentes a sua área de atuação docente	
	Apresentou atividades pertinentes a sua área de atuação docente, embora com reservas.	
	Não apresentou atividades que o recomendam à Progressão Funcional – Avaliação de Mérito	
	O currículo apresentado não atendeu o padrão estabelecido	

Comissão de Avaliação	
Presidente	Assinatura
Membro	Assinatura
Membro	Assinatura
Data:	

ANEXO C

CEETEPS
16º PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO
2006

2 - ENTREVISTA

PROFESSOR ETE Componente Curricular			
QUESTÕES	COMPETÊNCIAS OBSERVADAS	SIM	NÃO
Questão 1 O professor deverá destacar e comentar, em cinco minutos, três atividades que mais valoriza em seu Currículo Vitae.	Demonstra capacidade de gerenciamento da informação		
	Detalhou informações contidas no currículo		
	Aplica na sua docência a experiência profissional		
Questão 2 Você detectou se a sua ETE enfrentou ou enfrenta deficiência de recursos financeiros e/ou materiais? De que modo você atuou ou colaborou na sua solução?	Auxilia na resolução dos problemas na ETE		
	Trabalha em equipe		
Questão 3 Em sua experiência didática você já deve ter tido alunos com problemas de concentração, com baixo rendimento e agitados. A que você atribui os problemas de baixo rendimento, agitação e falta de concentração dos alunos?	Estimula valores de solidariedade, convivência coletiva, cidadania e respeito à diversidade		
	Interage com o aluno		
	Valoriza a auto-estima		
	Compreende a influência de fatores extra-escolares no desempenho do aluno		
Questão 4 Aponte o perfil de saída dos alunos(Ensino Médio) ou as atribuições e responsabilidades (Ensino Técnico) que justifiquem a aula a ser dada	Demonstra conhecimento sobre o assunto		
	Relaciona as bases científicas e/ou tecnológicas às competências e habilidades requeridas.		
	Conhece o perfil profissional pretendido.		
Questão 5 Quais os instrumentos de avaliação que tem utilizado com maior frequência. Justifique a escolha.	Demonstra capacidade de mudança		
	Estimula a busca de conhecimento		
	Utiliza instrumentos diversificados adequados às competências e habilidades		
	Respeita as características individuais dos alunos		
Questão 6 Como você utiliza os resultados das avaliações para reorientar o seu trabalho e a aprendizagem do aluno?	Orienta o aluno para superar suas dificuldades		
	Proporciona recuperação paralela individualizada		
	Desenvolve procedimentos didáticos diversificados		

ANEXO C

CEETEPS
16º PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO
2006

Considerando a entrevista, o candidato:	Apresenta requisitos necessários para Progressão Funcional – Avaliação de Mérito	
	Não apresenta requisitos necessários para Progressão Funcional – Avaliação de Mérito	

Comissão de Avaliação	
Presidente	Assinatura
Membro	Assinatura
Membro	Assinatura
Data: ____/____/____	

ANEXO C

CEETEPS
16º PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO
2006

3 - ANÁLISE DO PLANO DE AULA DO PROFESSOR

PROFESSOR		
ETE		
TEMA		
Componente Curricular	Habilitação Profissional	
Componentes do Plano	Critérios	Avaliação
1. TEXTO / SITUAÇÃO-PROBLEMA/ PROBLEMA	Seleção em função da(s) competência(s).	adequada
		não adequada
2. COMPETÊNCIA(S) A SER(EM) CONSTRUÍDA(S)	Adequação em função da proposta e do tempo a serem utilizadas.	adequada
		com ressalvas
		sim
3. HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	Adequação em função da(s) competência(s) e do tempo para o desenvolvimento.	não
		com ressalvas
		sim
4. METODOLOGIA/TÉCNICAS UTILIZADAS	Adequação aos conhecimentos e competências selecionadas.	não
		com ressalvas
		sim
5. ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS APÓS AULA	Adequação à construção da(s) competência(s).	não
		com ressalvas
		sim
6. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	Adequação à verificação do desenvolvimento de habilidades e construção da(s) competência(s).	não
		com ressalvas
		sim
7. CRITÉRIOS, INDICADORES E EVIDÊNCIAS	Adequação do ponto de vista técnico e conceitual.	não
		com ressalvas
		sim
Em função da análise, o Plano de Aula foi considerado:	adequado	
	adequado com ressalvas	
	não adequado	

Comissão de Avaliação	
Presidente	Assinatura
Membro	Assinatura
Membro	Assinatura
Data:	

ANEXO C

CEETEPS
16º PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO
2006

4 - ANÁLISE DA AULA DO PROFESSOR

PROFESSOR

ETE ~~XXXXXX~~

TEMA _____

Componente Curricular _____

ASPECTOS ANALISADOS	COMPETÊNCIAS OBSERVADAS	Sim		
		Sim	Sim parcialmente	Não
1. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE FORMAÇÃO	Estimula a aplicação do conhecimento a situações-problema			
	Conhece profundamente a disciplina que leciona			
	Contextualiza os conteúdos não se limitando a repetir as idéias e informações contidas nos livros.			
2. CONHECIMENTOS E HABILIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS	Integra o conteúdo da aula ao tema sorteado e ao componente curricular			
	Estimula a aprendizagem com autonomia mediante a construção e socialização do conhecimento			
	Utiliza um roteiro flexível para aula estimulando a participação			
	Faz retomadas ao assunto em estudo e sínteses globalizadoras.			
	Elabora avaliações que requerem capacidade para organizar o conhecimento			
	Distribui o tempo adequadamente			
3. ATITUDES E HABILIDADES COM VISTAS À AUTONOMIA INTELLECTUAL DO ALUNO	Seqüência lógica dos assuntos tratados (introdução, desenvolvimento do tema, conclusão)			
	Apresenta o tema com clareza e objetividade			
	Procura transmitir mais que o conteúdo; estimula para um ideal			
	É cordial e amistoso no seu relacionamento em sala de aula.			
	Cria condições para uma visão crítica da realidade e/ou da profissão			
	Organiza e conduz o ensino sem colocar-se como "dono do saber"			

Tendo em vista a análise da aula conclui-se que o candidato:	Apresenta as competências requeridas para recomendação à Progressão Funcional – Avaliação de Mérito	
	Apresenta parcialmente as competências requeridas para recomendação à Progressão Funcional – Avaliação de Mérito	
	Não apresenta as competências requeridas para recomendação à Progressão Funcional – Avaliação de Mérito	

Comissão de Avaliação

Presidente	Assinatura
Membro	Assinatura
Membro	Assinatura
Data: _____	

ANEXO C

CENTRO PAULA SOUZA

COMPETÊNCIA EM EDUCAÇÃO PÚBLICA PROFISSIONAL

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Comissão Central de Progressão Funcional

PARECER CONCLUSIVO DA COMISSÃO

Candidato(a):

Componente Curricular:

A Comissão de Avaliação, considerando a análise do Currículo, a Entrevista e a Prova Didática do(a) professor(a) _____, emite parecer _____ a que o(a) interessado(a) exerça as funções de Professor _____.
(RECOMENDANDO OU NÃO RECOMENDANDO)

Presidente

Assinatura

Membro

Assinatura

Membro

Assinatura

Tomei ciência do parecer supra.

____ / ____ /2006

nome

Assinatura

ANEXO C**CENTRO PAULA SOUZA**

COMPETÊNCIA EM EDUCAÇÃO PÚBLICA PROFISSIONAL

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Comissão Central de Progressão Funcional**PARECER CONCLUSIVO DA COMISSÃO
CURRÍCULO, ENTREVISTA E PROVA DIDÁTICA**

CANDIDATO(A):

ANEXO D – ENTREVISTA COM PROFESSORES

1ª ENTREVISTA – PROFESSORA DE MUSEOLOGIA

Esmeralda: Bom Prof^a, você não precisa se identificar, pois seu nome não será divulgado. A finalidade da entrevista é complementar meu trabalho de mestrado. Estou trabalhando com os planos de curso e com os conhecimentos dos professores na prática de ensino por competência. O tema do meu trabalho são as práticas docentes do ensino por competência. Eu já fiz a análise de plano do curso, agora estou na fase das entrevistas, depois tenho que vir assistir uma das suas aulas conforme eu já havia solicitado a você. Depois teremos que conversar novamente. Todos estes procedimentos são necessários para que eu possa relacionar todas as informações. Você pode ficar tranqüila com relação à análise da entrevista, pois ela será feita de uma forma que não leve ninguém a saber que foi você que deu a entrevista.

Tenho um roteiro de perguntas. Se não entender alguma coisa, pode perguntar. A gravação será transcrita depois.

Gostaria que você primeiro falasse um pouquinho da sua trajetória profissional, de qual cidade você veio, como é que você começou a trabalhar como docente, sua história como professora, e onde você pretende chegar.

Prof^a: Bom, eu comecei é, fazendo Educação Artística né, eu sempre me identifiquei com essa área, e eu escolhi Educação Artística em São Paulo, né, na, ai meu Deus do céu, como é que chama?

Esmeralda e Prof^a: Belas Artes.

Prof^a: Em São Paulo, e aí eu vim pra cá.

Esmeralda: Em que ano você veio?

Prof^a: ai...

Esmeralda: Mais ou menos?

Prof^a: Em 1999/98, uma coisa assim.

Esmeralda: Sei.

Prof^a: Ai eu vim pra cá, né, e aí eu fiz, é, a minha especialização aqui em uma instituição próxima, em Artes Plásticas e desenho.

Prof^a: Me identifiquei com Artes Plásticas. Mas aí vim pra cá, como eu também fazia dança, já a 25 anos, eu fui chamada pra dar aula na Monteiro Lobato de dança né, e aí, me apaixonei pela coisa e fiquei coordenando a área de dança no Monteiro, mais ou menos por 7 anos. E aí eu fui dar aula de Educação Artística que na época era Educação Artística do Estado.

Prof^a: Lá em Santa Maria, condomínio.

Prof^a: Isso. Ai fiquei durante 2 anos, e aí, eu fui gostando da coisa, né, porque antes eu trabalhava só em empresa.

Esmeralda: Certo.

Prof^a: Era secretária, e aí eu fui trabalhando com a Educação, e fui me apaixonando. E aí eu fiz pós-graduação em Psicopedagogia né, e aí, esse ano e ano passado né, eu fiz clínica da Psicopedagogia e ai eu tô na Educação ate hoje. E aí, eu fui parar mais ou menos...

Esmeralda: Você continua estudando?

Prof^a: Na Unicamp.

Esmeralda: Qual curso?

Prof^a: Estou tentando mestrado na área de Educação.

Esmeralda: Mas você estuda como aluna especial? É isso?

Prof^a: Como aluna especial, 3º semestre.

Esmeralda: Qual é a linha de pesquisa?

Prof^a: História da Educação, com o professor Castam. E, eu continuo nessa área né, até hoje.

Esmeralda: Como é que foi sei ingresso aqui na escola? Há quanto tempo?

Prof^a: Aqui na ETE do Centro Paula Souza, faz mais ou menos, vai fazer sete anos que estou aqui. E eu fiquei sabendo do concurso, e eu prestei o concurso só pra saber mesmo como é que tava meus conhecimentos né, porque na época não precisavam de professor diário, já tinha professor diário aqui, mas não sei quem é que tava, daí foi mais pra eu experimentar. Conversei com meu marido, claro, pra saber como é que estavam meus conhecimentos, e aí eu fiz a prova né, que foi oral e aí, eu passei em primeiro lugar, mas aí, já me avisaram que não era pra ser chamada, era só pra...

Esmeralda: Era para uma possível substituição?

Prof^a: Isso! E aí foi que a professora saiu, de Artes, foi pra uma outra cidade, sei lá, ela teve que fazer umas outras coisas, e aí eu fui chamada. Isso faz 7 anos.

Esmeralda: Bom, você nunca trabalhou em outra escola do Centro Paula Souza?

Prof^a: Não, do Centro não, só aqui.

Esmeralda: Ainda não, não é? E como é o seu relacionamento com os demais professores dos cursos, especificamente do Curso de Turismo?

Prof^a: Tá.

Esmeralda: A gente sabe que você atua em outros cursos, mas me refiro especificamente ao Curso de Turismo. Como é o seu relacionamento com os professores? É estritamente, profissional? Tem alguma relação mais próxima? Há troca de idéias?

Prof^a: Não é...alguns professores só estritamente profissional, porque eu vejo muito pouco, eu só dou aula de quinta-feira à noite aqui né? Mas outros professores eu tenho um relacionamento mais de conversar, de trocar idéias e nesses a gente conversa um pouco mais, mas não são todos.

Esmeralda: Se você está aqui há sete anos, você não atuou na educação antes da reforma do ensino técnico não é? Conviveu um pequeno período somente a partir da reforma. Mas você sabe alguma coisa a respeito do ensino técnico antes da reforma?

Prof^a: Não!

Esmeralda: Não...bom então agora agente vai falar especificamente um pouco sobre a questão da reforma. Você sabe quanto ocorreu a reforma? O que foi mais importante da reforma, que aborda o ensino por competência.

Prof^a: Esse agora ou o que teve anteriormente?

Esmeralda: Não o anterior, o que abordou pela primeira vez o ensino por competência.

Prof^a: Olha, não foi falado nada pra a gente sobre isso, né, o que foi falado foi assim muito superficial, né. Teve uma reunião que mudou por competência, essas coisas, mas assim, nos não tivemos que...,eu sinto falta de um treinamento pros professores.

Esmeralda: Você está se referindo à capacitação.

Prof^a: Isso, uma capa-ca-cala...

Esmeralda e Prof^a: ca-pa-ci-ta-ção.

Prof^a: Em todos os níveis, né, não só o técnico como o ensino médio, então essa parte...

Esmeralda: Eu tenho uma curiosidade e eu vou comentar para você refletir sobre isso. Só para refletir, pois essa questão não é o foco do meu trabalho. Por exemplo... Eu não consigo trabalhar bem com ensino por competência utilizando apostilas prontas. Isso sem dúvida.

Prof^a: Você sabe que o ensino médio é o que vão falar, não tem como...

Esmeralda: Não, a gente nem vai comentar, porque o foco do meu trabalho é só o curso técnico, mas é impossível na minha opinião.

Prof^a: Não, não tem como.

Esmeralda e Prof^a: Ou trabalhamos com apostila ou trabalhamos por competência.

Esmeralda: Segundo o que você comentou você não conhece nenhum tipo de documento, que promoveu a reforma... Agora, você disse que está fazendo mestrado em Educação, nesse curso vocês ainda não viram nada desse reforma?

Prof^ª: Agora, a semana passada, o professor falou agora...

Prof^ª: Todas as escolas, todas as faculdades iam estar agora por competência, ele comentou.

Esmeralda: Sei...

Prof^ª: Ele comentou em sala de aula, até foi no meu seminário que eu falei sobre a Educação Profissional né, e falei do Centro Paula Souza, falamos do Sesi, falamos desde que começou, desde a Colônia ate a República.

Esmeralda: Certo.

Prof^ª: E ai ele comentou, mas assim, muito superficial.

Esmeralda: Na época da reforma, você se lembra de ter ouvido...na época em que você ingressou na educação, mais ou menos entre 1997, 1998. Você se lembra de ter ouvido, algo a respeito da reforma, em radio, tv, jornal, em algum outro meio?

Prof^ª: Não!

Esmeralda: É...

Prof^ª: Eu acho que o ano passado, que eu já ouvi falar alguma coisa sobre isso, principalmente em escola particular.

Esmeralda: Mas aí eles estariam...veja, aí falando já sobre a segunda reforma?

Prof^ª: É.

Esmeralda: Essa outra reforma, já nos deixa mais opções, trabalhar no ensino por competências ou quer voltar a trabalhar no ensino por conteúdo.

Prof^ª: Ano passado, eu já ouvi algumas professoras de outras escolas comentarem que agora eles estão pensando em fazer por competência, aquela coisa toda. Então a gente já fazia aquele tipo de coisa, entendeu? Aí em escolas particulares que eu tenho amigas que estudam nas escolas, já tavão comentando, e até pediram material pra mim, né, então você vê que agora em rádio, em televisão, na mídia...

Esmeralda: O que você entende por contextualização?

Prof^ª: Ah...uma coisa, e você falar sobre aquilo? Contextualizar na época ou vivenciar, prazer um pouco do conteúdo, e fazer com que as pessoas vivencie a época..?

Esmeralda: Contextualize, quer dizer você situa.

Prof^ª: Situar na época.

Esmeralda: Tá

Prof^ª: Ou vivenciar, né, vamos dizer assim.

Esmeralda: Como é que você imagina que isso é descrito, abordado nos planos de aulas? Em que momento essa questão da contextualização é demonstrada? Porque nós falamos de competência, habilidade, no plano, vários detalhes não é?

Prof^ª: É

Esmeralda: Em que momento você acha que se fala de contextualizar?

Prof^ª: Batem mais na tecla competência e habilidades, competência e habilidade.

Esmeralda: Isso a gente falou à parte não é? Tente pensar no que você falou, sobre contextualizar. Agora tente me falar o que é competência e habilidade, valores e atitudes? Primeiro o que é competência?

Prof^ª: Competência é você saber fazer alguma coisa, né, e habilidade é você saber fazer essa coisa de várias formas, né, tentar fazer com que o que você aprendeu, você possa ta fazendo na prática.

Esmeralda: Isso é competência?

Prof^ª: Não, competência e habilidade.

Esmeralda: Habilidade.

Prof^ª: O que você falou? Valores?

Esmeralda: Valores e atitudes.

Prof^ª: Bom, valores é que você....

Esmeralda: É porque tudo isso aqui consta na reforma, entendeu?

Profª: Valores não seriam o que você, o que você tem carregado todo isso, qual o valor que aquilo representa pra sua vida, eu não sei... Não tenho certeza

Esmeralda: Se você tivesse que explicar a um aluno, o que é competência, habilidade, o que são valores, e o que são atitudes. Com é que você explicaria para ele o que são valores?

Profª: Eu acho que valor é isso, que vai representa na sua vida em termo de valores, vai te acrescentar em alguma coisa, vai te ajudar em alguma coisa, qual é o valor na sua vida. E atitude o que você vai fazer em relação a isso, né, qual a atitude mais correta que você vai tomar em relação a isso. Eu acho isso é tudo discutido.

Esmeralda: Na pedagogia das competências, os termos são centrados, saber fazer, saber ser e saber conduzir. O que você entende pelo saber? Pelo saber fazer? O saber ser? E o saber conduzir? Primeiro gostaria que você falasse sobre o saber.

Profª: O saber é você... Eu posso falar como professora?

Esmeralda: Pode, sem problemas.

Profª: O saber é você dar um conteúdo, e você sentir que o aluno absorveu de uma forma correta né, tirar dele...

Esmeralda: Para você o saber é o domínio do conteúdo.

Profª: É, o saber é o domínio do conteúdo, e como é que ele lidou com isso na vida, na prática.

Esmeralda: Agora gostaria que falasse sobre o saber fazer.

Profª: O saber fazer também, na prática. Você dá o conteúdo e aplica pra ver se o aluno sabe fazer na prática, no seu dia-a-dia, conforme você vai dando os conteúdos, e aí você dá na prática, que eles sabem fazer aquilo.

Esmeralda: E o saber ser?

Profª: Eu acho que o saber ser, eu acho que é o saber humano, né. O aluno como um ser humano né, e como pessoa, e aquilo lá, ele introduziu de uma forma, que pra ele vai ser uma coisa a mais, vai dar pra você ver de uma forma mais coerente, de uma forma mais..., como pessoa. Saber ser é como pessoa.

Esmeralda: Você poderia me dar um exemplo sobre isso na sua aula? Por exemplo, abordar o conteúdo...

Profª: Eu falei sobre arquitetura né, os estilos arquitetônicos, e aí, eu passo todo o conteúdo da história da arquitetura, falo sobre a arquitetura e alguns estilos. E aí, eu separo em grupos, dou os livros de estilos arquitetônicos e peço pra eles pesquisarem. Aí eu trouxe pra um arquiteto pra dar uma palestra pra eles, pra que eles pudessem ta conversando com esse arquiteto em termos de estilos arquitetônicos, e aí há a didática, há perguntas e tudo. Aí numa outra aula, eles vê de novo, pra que pudessem dividir em grupos, aí eu dividir a sala em grupos, e aí eu e o professor, fomos em cada grupo, pra saber se eles realmente entenderam cada estilo, com é que eles, é, diferenciam um do outro, né, como eclético, como barroco, pra ver se eles conseguiram diferenciar um do outro, e aí, depois, passamos um vídeo sobre arquitetura, e depois, eles apresentam em forma de seminário, cada estilo em relação aquele grupo, trazer realmente os que eles entenderam. O outro professor estava comigo, pra avaliar, e aí falei todo o que ia ser avaliado pra esses alunos, e aí no seminário a gente percebeu se eles se realmente entenderam a diferença de cada estilo ou não, eu acredito que é basicamente isso, nos casos do exemplos.

Esmeralda: Você tem entendimento do por que você trabalha o ensino por competência?

Profª: Se eu tenho entendimento?

Esmeralda: É.. Por que você trabalha por competência?

Profª: Ah! Eu acho que trabalhar por competência é muito mais fácil de você saber realmente se o aluno entendeu e sabe fazer aquilo de uma forma que ele consegue absorver de uma forma legal, né, aí você consegue, porque como é direcionado de uma forma mais dinâmica, de uma forma mais...é...complexa, né, e aí você consegue direcionar esse aluno, se realmente

ele conseguiu absorver ou não, porque você está passando sabe, conteúdo, conteúdo, já entendeu ou não entendeu, já acabou, não sei o que...aí a competência você pode parar um pouco, saber, conservar, dialogar, e aí você pode captar desse aluno se ele realmente entendeu ou não, e aí ele pode colocar isso na competência as habilidades dele, e aí que você vai perceber que o aluno realmente absorveu isso ou não.

Esmeralda: Absorveu o conteúdo?

Prof^a: Isso.

Esmeralda: O que você entende por interdisciplinaridade?

Prof^a: Bom, interdisciplinaridade é você pegar um tema, por exemplo, você lançou um tema, na escola ou...

Esmeralda: Vamos falar sobre esse mesmo, que você estava comentando, sobre a questão dos estilos. Você acha que daria pra fazer disso um tema interdisciplinar? Vamos começar por alguns exemplos: como é que a matemática trabalharia a interdisciplinaridade?

Prof^a: A matemática poderia pegar, é..., quantos estilos arquitetônicos tem aqui na cidade. Tem vários? Tem diferentes? Ou todos são iguais?

Esmeralda: Explicar a porcentagem?

Prof^a: Explicar a porcentagem, pegar uma arquitetura, como é que foi feita essa arquitetura, em números mesmos, o arquiteto, ele pegou isso no projeto História: colocar dentro da história os estilos arquitetônicos, né.

Esmeralda: Ter o que aconteceu

Prof^a: Ter o que aconteceu, se é barroco? Como é que foi essa época? E tudo mais. Artes: você pode pegar os estilos arquitetônicos e você fazer uma leitura de uma arquitetura da sua cidade ou da região...Qual outra matéria? Geografia...

Esmeralda: Geografia.

Prof^a: Colocar os pontos geográficos, da arquitetura daquela cidade, teve alguma coisa com relação à outra cidade ou não, como é que faz com a outra cidade, eu acho que dá pra trabalhar mil e uma coisas.

Esmeralda: Alguma vez você já leu alguns dos documentos oficiais, que prevêm a interdisciplinaridade?

Prof^a: Já

Esmeralda: E quais documentos?

Prof^a: Prevê, mas não tá escrito, né, o professor mesmo fala, interdisciplinaridade ele mesmo descreve.

Esmeralda: Mas então você não viu a sucessão, quando trata dessa questão?

Prof^a: Não!

Esmeralda: Você já teve acesso dos documentos do Centro Paula Souza, sobre como trabalhar por competência?

Prof^a: Não!

Prof^a: Só mesmo, como to te falando, teve a reunião com todos os professores, assim muito superficial.

Esmeralda: Certo.

Prof^a: Agora vamos trabalhar por competência, competência é isso e habilidade é isso.

Esmeralda: Sei...

Prof^a: Mas na hora da prática que contemplamos ficou muito complicado, não só pra mim, mas pra todos os professores.

Esmeralda: Você conhece o decreto que aborda a reforma? O número do decreto?

Prof^a: Não!

Esmeralda: Qual é o seu sentimento em relação à rede do Centro Paula Souza? Por ele ter abordado o ensino por competência, a interdisciplinaridade e contextualização, quer dizer,

qual é a sua percepção em relação à rede, sobre o que eles querem, o que eles esperam, o que eles entendem?

Prof^a: Eles estão no caminho certo. Trabalhar por competência, habilidade, valores, atitudes, interdisciplinaridade. Eu acho que esse é o caminho, mas eu acho que falta muita coisa para capacitar os professores. Os professores são assim, é... não digo largado, mas estão assim, cada hora eles perguntam o que vem, o tópico é? E eles não têm assim uma capacitação, de que, você vai ficar três dias com os professores de turismo, as próximas horas com hotelaria, não sei o que, não tem essa divisão, ou não tem essa interdisciplinaridade de fazer uma capacitação, de fazer um curso, de fazer com que o professor entenda, que isso é o momento, que isso é legal por causa disso, disso, disso, porque competência vai causar isso e isso, habilidade isso, o valor. Então ele tá assim, automático, eles fazem por fazer.

Esmeralda: Você disse que eles fazem por fazer, você se coloca assim também? Eu faço porque tenho que fazer?

Prof^a: Não! Eu faço porque eu tive essa capacitação, né, mas não adianta só eu ter isso.

Esmeralda: Mas a qual capacitação você se refere?

Prof^a: Eu fiz pro Ensino Médio.

Esmeralda: Mas você teve capacitação do Centro Paula Souza?

Prof^a: Tive!

Esmeralda: Então você passou por algum tipo de capacitação para trabalhar por competência?

Prof^a: É...quando mudou o Ensino Médio, é...mudou o currículo do Ensino Médio.

Esmeralda: Certo.

Prof^a: E aí o plano...

Esmeralda: Para trabalhar por competência, então você passou por uma capacitação do Centro?

Prof^a: Passei.

Esmeralda: Nessa capacitação não foi abordado sobre a origem da questão das competências, das habilidades? Foi somente sobre o que é competência, o que é habilidade...

Prof^a: Não! Nós vamos fazer um novo plano para o Ensino Médio.

Esmeralda: Sei...

Prof^a: E aí fazer exercício...

Esmeralda: Existe uma determinação da rede, sobre como elaborar os planos de trabalho, que é um documento. Como é que foi isso? Como é que funciona? Esse plano vem fechado, e vocês têm que cumprir exatamente o que eles pedem? Há como fazer adaptações?

Prof^a: É...ele já vem...por exemplo, chega o final do ano, daí fala, vai mudar o ensino...

Prof^a: O plano vai ser aquele. Eles chegam a falar pros professores numa reunião, ou chegar lá e falar: olha pessoal, o Centro Paula Souza está pensando em mudar o currículo, mudar plano de ensino, dos cursos técnicos e não sei o que, e nós vamos, e o Centro tá pensando nisso por causa disso, disso por causa disso.

Esmeralda: Isso que você está falando é uma situação dentro da ETE, não é? Da escola, participar com os professores daquilo que está sendo pensado na sede, como rede?

Prof^a: É

Esmeralda: Certo.

Prof^a: É eu tô falando isso porque...

Esmeralda: Não, a gente tem que falar aquilo que a gente pensa.? Não adianta a gente falar se teve ou não.

Prof^a: Teve ou não, eu tô dizendo porque eu, o turismo mudou o currículo né, o plano...é...não, a carga horária...

Esmeralda: É o plano mudou agora

Prof^a: Não só o plano mas também a ...

Esmeralda: A organização curricular

Prof^a: Até agora eu não soube de nada, eu só soube que vai mudar. Agora porque mudou, como é que vai ser... Ninguém nunca, pra mim, particularmente, ninguém passou nada. Eu fiquei sabendo, que foram pra São Paulo pra fazer...

Prof^a: Isso! Só isso.

Esmeralda: Se você tivesse que trabalhar por outra forma, se pudesse escolher trabalhar por competência ou só por conteúdo, o que você faria?

Prof^a: O professor tinha que ter um livre acesso em trabalhar sobre a disciplina né, por exemplo, o professor de turismo fala: Prof^a, você vai trabalhar arquitetura, vai trabalhar... e museu e não sei o que, mas já vem mastigadinho o que você tem que fazer. Agora o professor tem que se prender aquilo, na verdade, eu fico presa naquilo, porque eu quero dar outras coisas e não consigo dar, né, os estilos arquitetônicos, eu tenho pouca aula pra trabalhar sobre isso então, os próprios alunos pedem pra aplicar um pouco mais, quando que não dá, né.

Esmeralda: Agora você fala pela quantidade de aulas?

Prof^a: É, e aí existe uma carga horária, que a gente tem que conferir aquilo, aí quando você tem que parar alguma coisa, aí você prejudica a outra parte.

Esmeralda: Você procura cumprir o que coloca no plano ou você acha que o mais importante é o aluno saber e você ter certeza que você tá fazendo é alguma coisa?

Prof^a: Eu posso cumprir, mas na medida que eu conheço o andamento da sala. Se eu vejo que a sala, por exemplo, estilos arquitetônico que eles não conseguiram entender, eu tive que parar, então em vez de dar quatro aulas eu já tô na terça aula daquilo que eu tenho, então eu não me prego muito, assim, ah! Agora eu faço a prova, agora eu faço...não. Eu fico preocupada se eles entendem ou não. Se eles não entenderam eu não passo mais atividade. Eu prefiro ficar devendo, né, ou pegar de outro professor que esteja mais adiando na disciplina, pra que eu possa fazer com que a classe entenda e compreenda do que fica passando outros conteúdos sendo que eles não conseguiram...é...desenvolver a competência da aula. Ai vai ficar meio complicado.

Esmeralda: O curso de turismo promove o ensino por competência, contextualização e a interdisciplinaridade. Se você acha que sim, como são elaborados os projetos? Como é que você está se sentindo, enquanto professora, em trabalhar por competência, com contextualização e interdisciplinaridade no atual momento do curso? Não precisa se preocupar com o curso novo, pode ser um curso antigo. Como é que você está se sentindo trabalhando por competência dentro desse curso?

Prof^a: Não tem interdisciplinaridade.

Esmeralda: Não tem?

Prof^a: Não!

Esmeralda: Já houve interdisciplinaridade?

Prof^a: No momento que eu estou não.

Esmeralda: Não, tá!

Prof^a: Até o ano passado, tinha que fazer a interdisciplinaridade do projeto do turismo, e não teve esse envolvimento com os professores. Quando eu fiquei sabendo já tinha acontecido e tudo mais. Só que não tem aquela coisa que eu falei pra você, coloca-se o tema, vamos resolver o tema todo por pessoa, envolver todas as disciplinas, tal, tal.

Esmeralda: Você acha que facilitaria que os professores lessem os planos dos outros professores?

Prof^a: Não bastaria só ler, ler por ler todo mundo faz.

Esmeralda: Só ler não seria suficiente?

Prof^a: Não é a questão mesmo de momento de todos os professores ali, não só ler o plano, mas entender o que tá lendo.

Esmeralda: Você acha que os planos são escritos, mas eles não são...

Profª: Desenvolvidos?

Esmeralda: Desenvolvidos? Não são desenvolvidos?

Profª: Se é como tá aí interdisciplinaridade e tudo mais, não.

Esmeralda: Não. Você acha que a avaliação do SAI ela ajuda a melhorar os planos ou não? Do SAI – Sistema de Avaliação.

Profª: Eu acho que sim.

Esmeralda: Ajuda?

Profª: Eu acho.

Esmeralda: Por quê?

Profª: Ajuda porque, pelo menos a gente pode ver nossas falhas né, pra que a gente possa tá mudando e o pra gente tá acertando, pra que a gente continue acertando.

Esmeralda: Certo.

Profª: Eu acho que toda avaliação é importante, porque a gente precisa saber nossos pontos negativos e os nossos pontos positivos.

Esmeralda: Você usa algum material didático, monta apostila?

Profª: É a gente monta apostila, aqui né, todo começo de ano, tem a apostila de turismo, né, falamos assim né, que dou aula, e eu uso todo o material didático.

Esmeralda: Você incentiva o uso da biblioteca?

Profª: Incentivo. Falo pra eles que tem livro, data show, inclusive todo o trabalho deles foi todo apresentado no data show, por exigência minha, né. Data show, transparência, livros e todo material de artes.

Esmeralda: Certinho, professora!

Profª: Já acabou?

Esmeralda: Já acabou!

2ª ENTREVISTA – PROFESSORA DE TOAT

Esmeralda: O que entende por competências?

Profª: Do meu ponto de vista, quando penso em competências, penso em um conhecimento desenvolvido no ser humano que o torne capaz de realizar determinadas ações, desde seu planejamento até a execução. Entendo como capacidade.

Algumas instituições de ensino utilizam o método do ensino por competências. Conheci o método do ensino por competências em uma das unidades de ensino do Centro Paula Souza, autarquia da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. A unidade é a ETE TUR, localizada no interior paulista. As unidades do Centro Paula Souza têm entre seus objetivos formar para o mercado de trabalho, possuindo em sua maioria cursos técnicos.

Ao tomar contato com este método de ensino, a princípio imaginei a complexidade da tarefa e a dificuldade de colocar o método em prática. Era algo totalmente diferente do que conhecia por educação. Somente foi possível compreender o método com a assessoria da Coordenação, na pessoa da professora Esmeralda Macedo Serpa, que orientou a elaboração dos planos de ensino.

A dificuldade residia em imaginar como atingir as competências, que pareciam ser algo maior que minha expectativa como docente, levando-me a ter a visão final do profissional completo, formado. Por estes motivos, encaro este método como uma forma moderna de pensar educação profissional.

Esmeralda: Como você imagina o profissional desta área completo, de onde você tira subsídios para construir estas informações?

Profª: O perfil do profissional completo baseia-se na classificação brasileira de ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e no constante contato com os profissionais atuantes do trade turístico que nos informam as necessidades e as dificuldades do mercado de trabalho.

Portanto, ao atuar na área de docência pelo método de competências, sinto-me com maior responsabilidade no processo de formação do aluno.

Esmeralda: Então você acha que os professores que não trabalham por competência, não sentem esta responsabilidade?

Profª: Acredito que sintam a responsabilidade, mas esta não fica muito clara. Quando se fala em competências temos que afirmar que um aluno será competente ou não para determinadas funções. A formação por conteúdos é generalista, deixando a critério do aluno enquadrar seu perfil, enquanto que na formação por competências os objetivos ficam mais claros, mais direcionados para o mercado de trabalho, sabemos exatamente o que devemos formar. Por este motivo me sinto mais envolvida no processo, mais responsável, mais cobrada como docente. Afirmar que o aluno deverá desenvolver determinada competência gera em nós um comprometimento maior, uma preocupação constante que assumimos ao citar determinadas competências em nosso planejamento de aulas.

Quando finalmente compreendi todo o processo, passei a notar que os professores, ao utilizar outros métodos de ensino, aplicam as competências, sem que se apercebam disso. Afinal, todo professor de um curso profissional deseja observar um profissional capacitado ao final do

curso. O que ocorre é que no ensino por competências, analisamos nossa participação e as ações educativas se apresentam de forma mais objetiva, mais comprometidas e direcionadas a sociedade e ao mercado de trabalho.

Embora muitos membros da comunidade acadêmica ainda sejam desfavoráveis a este método de ensino, acredito ser uma forma adequada, pensando no papel do docente. Os professores com quem tenho contato e que não aprovam este método, afirmam que não devemos formar para o mercado de trabalho, que devemos primordialmente formar cidadãos críticos e pensantes. Analisando nossa sociedade atual, por todo o planeta,

Esmeralda: Você não acha amplo demais analisar a sociedade atual e o planeta?

Profª: Analisando o mercado de trabalho atual e as condições sociais de nosso país, com tantas diferenças de distribuição de renda, do meu ponto de vista, vivemos realmente em um sistema capitalista e para viver neste sistema o mínimo que um cidadão espera é acesso a condições básicas de saúde e emprego. O trabalho é uma forma digna de sobreviver em nosso sistema. Portanto, a meu ver, formar para o mercado de trabalho é importante para a inserção social e não exclui discussão de valores e princípios. Um profissional somente será realmente capacitado, se souber aplicar conceitos de ética e responsabilidade social. É evidente que as condições de saúde e emprego de nosso planeta não são iguais para todos e comprometem muito o equilíbrio social.

Esmeralda: Dá para explicar melhor?

Profª: A oferta de emprego é restrita, ou seja, não há emprego formal para todos. Por outro lado, há muito trabalho fazendo com que muitos optem por atuar na informalidade do mercado de trabalho. A informalidade contribui para obtenção de salários baixos e a má distribuição de renda para a desigualdade social, levando muitos jovens para a criminalidade. Para o mercado de trabalho, a formação profissional deve atender a seus objetivos. Infelizmente a educação faz parte do sistema e acaba servindo a seus objetivos, de controlar a produção de acordo com interesses capitalistas, de riqueza.

No entanto, nós ainda não podemos mudar o sistema. Entendo que nosso papel como docente é lançar uma semente, atuando com objetivos em longo prazo. Não discordo totalmente de quem é desfavorável ao ensino por competências, somente das soluções que apresentam para “mudar o sistema”.

Sonhar com as mudanças é importante, mas prefiro ser realista com nossa pequena participação na sociedade. Talvez no futuro, possamos atuar com mais tranquilidade. No momento, penso que o que está mais próximo de nós é ajudar a formar profissionais e contribuir para que tenham acesso a dignidade, através da formação profissional.

Esmeralda: Como elabora os planos de ensino? Visto que o ensino por competências, como você mesma comentou é “moderno” o que pensa a respeito das formas de elaboração dos planos?

Profª: Os planos de trabalho docente são a forma de colocar por escrito nossa atuação em sala de aula por todo o semestre, envolvendo o comprometimento com o ensino por competências.

Esmeralda: Com base em que você faz esta afirmação?

Profª: Os planos de ensino documentam ou deveriam documentar nossa atuação em sala de aula, pois contém o planejamento de nossas intenções docentes. Como outras Instituições de ensino, a Supervisão do Centro Paula Souza, Direção e Coordenação das ETE's necessitam de uma forma concreta para acompanhar e analisar as atividades educativas da Instituição.

Elaboro meus planos direcionando para o perfil profissional final e a certificação intermediária do módulo quando esta existe. Pensando no perfil, analiso as competências que constam no projeto pedagógico do curso e seleciono as que mais se adequam a disciplina e ao perfil profissional.

Após selecionar as competências, seleciono as habilidades que constam no projeto, utilizando o mesmo critério, que se relacionem com as competências. A seguir seleciono as bases tecnológicas (conteúdos) que se relacionem com as competências e as habilidades selecionadas. Ou seja, para cada competência deverá haver uma ou mais habilidade e bases tecnológicas.

Todo esse processo deve levar o docente a pensar nas competências que selecionou e no compromisso que estará firmando consigo mesmo e com os alunos. Todas as suas ações deverão estar direcionadas de forma objetiva, não somente informar conteúdos para o aluno, deixando o compromisso profissional somente para ele. O professor também deve se comprometer. Os planos devem ser informados e estar à disposição dos alunos, para que compreendam o sistema de ensino de forma clara.

Daí, a importância de que os planos estejam descritos em linguagem clara para que qualquer pessoa tenha condições de compreender o que será feito durante o semestre.

Com relação às formas de elaboração orientadas pela equipe de supervisão de ensino do Centro Paula Souza, pude observar que a cada ano que passa, sempre procuram melhorar a qualidade de ensino, enfatizando a importância dos planos de ensino.

Esmeralda: Quem é esta equipe, qual o seu contato com ela?

Profª: Tive a oportunidade de estar presente em três reuniões do laboratório de currículo, que incluía uma equipe liderada pela professora Soeli, formada para atualizar a organização curricular do curso de turismo e pude notar grande interesse na qualidade dos cursos. Nestas reuniões das quais participei por três vezes, somente como colaboradora, fui informada de que há sempre reuniões e cursos fornecidos pelo Centro, para que os coordenadores possam compreender melhor as técnicas e auxiliar os professores na elaboração dos planos.

As divisões dos planos entre competências, habilidades e bases tecnológicas, explicitam de forma geral os objetivos da formação profissional e da participação da disciplina, levando-nos a visualizar de forma mais ampla o quadro do processo formativo. Através dos planos podemos observar as competências e todas as ações necessárias, incluindo o processo de avaliação.

Recentemente, o Centro Paula Souza, reformulou a organização curricular de vários cursos técnicos e dos formulários de planos de ensino. Os novos formulários solicitam que na elaboração dos cronogramas de aulas por período estejamos relacionando as competências referentes a cada período. Os demais itens já serão informados, não sendo necessário selecionar as competências, habilidades e bases tecnológicas, pois estas já virão selecionadas.

Essa reformulação se deu em parte, devido à dificuldade que vários coordenadores participantes do laboratório de currículo informaram, dos professores em elaborar os planos. Durante o pouco tempo em que faço parte da equipe do Centro Paula Souza, observo que há muitos professores que ou não entendem o que é competência ou não aceitam o método de ensino. Com relação aos planos, já observei professores comentarem que era bom o tempo em que o professor planejava suas aulas sem a necessidade de colocar por escrito.

O curso Técnico em Turismo, do qual sou coordenadora no momento, na ETE TUR, passou também por esta reformulação e será aplicada no próximo semestre. Portanto a nova organização curricular, bem como os novos planos de ensino que já estarão preenchidos com as informações referentes a competências, habilidades e bases tecnológicas, facilitarão o trabalho do professor e será uma mudança moderna e muito positiva.

Esmeralda: Como orienta os professores na elaboração dos planos de ensino?

Profª: Na organização curricular atual, oriento os professores a pensarem na sua disciplina e no perfil profissional do técnico em turismo. Procuro direcionar a atenção do professor para a importância de sua disciplina para a formação profissional do técnico.

Apresento o conceito de competências, habilidades e bases tecnológicas e em seguida, apresento o projeto pedagógico do curso e exemplos de como selecionar as competências e habilidades de acordo com a disciplina. Estas informações constam no projeto pedagógico do curso que a Secretaria Acadêmica da ETE possui para utilizarmos com os professores.

Durante este processo é visível a dificuldade ou talvez não aceitação por parte dos professores. No entanto, os professores que estão há menos tempo na área de docência parecem compreender melhor e elaboram planos mais adequados. Este fato parece indicar que os professores que atuam há mais tempo estão muito habituados com outros métodos de ensino e parecem resistir ao ensino por competências.

Após apresentar os conceitos e as formas de seleção de competências e habilidades, existe a necessidade de adequar a linguagem dos planos como, por exemplo, a diferenciação do que é base tecnológica. Ex.: para a competência “conciliar interesses e solucionar conflitos” seleciona-se a habilidade “preparar e conduzir equipes de trabalho” e a base tecnológica “técnicas de motivação, trabalho em grupo e relações humanas no trabalho”. Uma competência deve estar relacionada respectivamente a uma habilidade e uma base tecnológica.

Deve-se deixar claro para o professor que base tecnológica é o conteúdo amplo do que será trabalhado em sala de aula, não o conteúdo diário. Uma base tecnológica poderá dar margem a diversos conteúdos aula por aula.

Portanto o plano de ensino é importante para que a supervisão do Centro Paula Souza tenha uma visão geral do que está sendo trabalhado com os alunos.

Esmeralda: Você comentou que os professores apresentam dificuldades na elaboração dos planos. Como corrige os planos de ensino?

Profª: Após a elaboração dos planos de ensino por parte dos professores, faço em seguida uma análise para verificar se os professores compreenderam o significado de competências e a forma como elaboraram seu plano de ensino.

O mesmo critério para selecionar as competências e habilidades deverá ser usado para a análise dos planos. Procuo pensar na disciplina, sua função para a formação do técnico em turismo e o que seria necessário que a disciplina oferecesse aos alunos. Procuo também pensar em qual foi a intenção do professor ao selecionar aquelas competências.

Passo a fazer observações e em seguida contato os professores para esclarecer possíveis dúvidas e conversar para harmonizar suas intenções com o projeto pedagógico do curso. Após estas pequenas reuniões, indico as informações corretas e solicito as devidas correções. Caso ocorra ainda alguma informação inadequada nos planos, mesmo após as reuniões, corrijo e comunico o professor o porquê da alteração.

Mesmo com as explicações, alguns professores parecem ainda não compreender a importância dos planos e o significado das competências. Sinto uma certa dificuldade neste aspecto. Gostaria que os professores compreendessem melhor.

A correção é uma tarefa trabalhosa, mas se não for feita, os planos perderão seu sentido. A discussão sobre eles é o que fará a diferença. Inclui tentar compreender o que o professor quis dizer com as palavras que colocou e procurar apresentar os pontos em comum com o projeto pedagógico.

Outra tarefa importante é a de verificar a prática em sala de aula, de como se dá a aplicação dos planos de ensino. Esta tarefa consiste em verificar os diários de classe e conversar com os alunos para confirmar ou não os conteúdos praticados. O correto é que o professor faça uma explanação para os alunos das competências e habilidades que irá trabalhar durante o semestre letivo.

Esmeralda: De que forma você tomou contato com o ensino por competência dentro do Centro?

Profª: Ao ingressar na Instituição, fui informada do conceito de competências e nas reuniões do laboratório de currículo pude compreender a amplitude do conceito.

Esmeralda: Qual conceito de competência você apresenta à eles?

Profª: A competência é uma operação mental. O ser humano diferencia-se dos animais pela sua capacidade de subjetividade, de imaginar o início e o fim de uma ação, mesmo antes de sua realização. Como exemplo, para quem é da área de construção, ao construir um edifício, tem a capacidade de imaginar todo o processo de construção desde os alicerces até o edifício ocupado, com todas as dificuldades do processo e o que é necessário realizar em cada etapa. A operação mental consiste em imaginar a atividade concluída, com todos os processos intermediários necessários.

Esmeralda: Quais cursos você já fez dentro do centro, que te levaram a entender o trabalho por competência?

Prof^a: Embora, o Centro ofereça os cursos, ainda não tive a possibilidade de realizar nenhum. Mas tive a oportunidade de acompanhar os estudos da Professora Esmeralda, na sua pesquisa sobre competências no mestrado, antes de ingressar na Instituição.

Esmeralda: Como se deu a sua formação?

Prof^a: Sou Bacharel em Turismo e minha experiência em Turismo se deu a través da atuação em uma Instituição Cultural, atendendo turistas e envolvida ativamente com a vida turística aqui do município, participando de reuniões e trabalhos em conjunto com os profissionais da área.

Esmeralda: Quais dificuldades tinham os professores?

Prof^a: Alguns professores parecem não entender o que é uma atribuição, uma base tecnológica ou uma habilidade, mesmo constando no projeto do curso. Defino como dificuldade, mas para outros talvez seja uma resistência, pois mesmo depois de explicações os erros permanecem.

Esmeralda: Você acha realmente que o plano e garantia da aula por competência?

Prof^a: Deveria ser, mas os coordenadores são orientados pela direção a verificar periodicamente os diários de classe e com os alunos o que realmente está sendo trabalhado em sala de aula, além de conversar com os professores sobre as observações. Este fato infelizmente comprova que os planos por si só não são garantia do cumprimento das aulas por competência.

Esmeralda: Você realmente acha que após a correção o professor utiliza o plano, e ele faz diferença na sala de aula?

Prof^a: Para os professores que parecem persistir em seus métodos, fica realmente difícil a utilização do plano. O que os docentes deveriam realmente fazer é revisar periodicamente o que colocaram nos planos, para verificar se estão contemplando em sala os subsídios necessários para a as competências relacionadas.

3ª ENTREVISTA – PROFESSOR DE TRL

Esmeralda: Bom, o objetivo da entrevista é conhecer um pouco da história do professor e seu trabalho aqui na instituição. Gostaria que você falasse um pouco de você, da sua trajetória profissional, como você veio pra instituição? Por que você escolheu ser professor?

Prof.: É uma pergunta complexa, escolhi ser professor? Eu não sei se escolhi, eu comecei a fazer a faculdade naquela época, tinha varias opções, ia fazer Direito, ia fazer Educação Física, e comecei a entender Educação Física, e aí depois que eu entrei na faculdade, aí que eu vi do que eu gostava realmente, né, fui por embalo primeiro, e daí eu vi que essa área de Educação e Recreação era que eu dava melhor, que me chamava mais atenção, que eu gostava realmente, do que trabalhar em sei lá, academia né, e depois que eu terminava a faculdade resolvi fazer a pós na área de Educação, Educação Física ou Escolar, daí me identifiquei mais ainda com o curso, né, e daí quando eu comecei a dar aula, que eu vim pra cá, tinha interesse também por...tinha um professor que foi chamado pra prestar o concurso, aí não pode, aí ele me indicou, desde então eu...fiz o concurso aqui dentro, interno, e peguei as aula de Educação Física e Recreação e Lazer, e hoje eu dou aula de Teatro também, depois que me formei no meu Curso de Teatro. Eu gosto muito daqui, porque é uma escola diferente e tal, desde então...tive até a oportunidade de ter saído daqui pra ir em outra escola, mas optei ficar, porque acho que é uma escola que tem poucos alunos, dá pra fazer um trabalho diferente, né, até eu não consegui fazer um trabalho no estado, porque é uma estrutura, aqui eu já consigo.

Esmeralda: Quais são seus planos para o futuro? Você tem alguma meta em relação à Educação? Você já parou para pensar no seu futuro profissional?

Prof.: Então, depois que eu fiz uma pós lato sensu, vamos ver o que eu tenho que fazer agora. Agora o mestrado, né, vou continuar nesse patamar, mas como eu to focando em teatro né, em outras áreas, eu acho que não é o momento pra você se dedicar a uma pós-graduação e mestrado, você tem que ter muito tempo, né, pra fazer um coisa bem feito, então talvez quando eu ficar mais velho...eu consiga.

Esmeralda: Você tem a pós-graduação em Lazer então?

Prof.: Escolar, Educação Escolar, mas por enquanto eu não penso em fazer.

Esmeralda: Há quanto tempo você trabalha aqui na escola?

Prof.: Desde de 1999... Teve um ano que eu fiquei fora, então tem aí, seis anos né?

Esmeralda: Você também trabalha em outra unidade da rede do Centro Paula Souza, ou só aqui?

Prof.: Não, só aqui.

Esmeralda: Tem outro emprego além da atuação de professor?

Prof.: Tenho, como ator, produtor de teatro, que me dá renda também né?

Esmeralda: Que bom. Como é seu relacionamento com os demais professores do Curso? É estritamente profissional, ou você tem uma relação mais achegada?

Prof.: É...dentro daqui da escola, lógico não é só profissional, eu venho pouco né, eu venho só um dia agora, mas também não tem uma elo assim muito forte, assim de ir na casa né, não tenho essa amizade profunda, mas não é só profissional daqui dentro né, converso sobre outros assuntos, tudo, tem mais abertura.

Esmeralda: Você acha que existem aqui na escola pessoas que se fecham somente em sua área e não se relacionam com os outros professores? Toda instituição às vezes tem, alguma situação assim. Às vezes não é nem por mal, mas você acha que existe?

Prof.: Olha, eu vou falar, hoje eu to um dia só né, na semana, então nem tenho muito tempo de ver essas coisas de extra, extra relacionamento assim, mas acredito que não seja panelinha, mas seja assim, pessoas que tão a mais tempo, e sei lá, que até precisa ter essa dedicação maior, e acaba pegando coisas, por exemplo, você fala assim, aí panelinha porque aí só tal professor, só ele que pega a coordenação, né, acho que não tem isso, então que se propõe a se

dedicar mais talvez tenha essa, não sei se é privilegio ou é essa condição de ta, mas panelinha de assim, de termo, de uma termo menor né, de fofuquinha, eu não sei.

Esmeralda: Não chegou a perceber. Quando você conversa com os professores, eles comentam sobre a educação? Param para conversar essas coisas com você?

Prof.: São pouco né. Você fala, por exemplo na hora do intervalo né, as vezes a coordenadora vem pra conversar e daí puxa o assunto, mas pouca vezes também, se paralela né.

Esmeralda: O tempo disponível é pouco para conversar...

Prof.: Pra analisar isso também.

Esmeralda: O Centro Paula Souza tem alguns documentos oficiais, entre eles os que falam da reforma do Ensino Técnico. Você já teve contato com algum tipo de documento dessa reformas de ensino? Se você teve, como se deu esse contato?

Prof.: O documento próprio né?

Esmeralda: É, porque o Ensino Técnico antes era integrado com o Ensino Médio, e depois ele passou por uma mudança.

Prof.: Eu tive contato quando eu tava, quando eu peguei a coordenação, até de estágio, aí deu a possibilidade de ter mais contato com esses documentos, e também nos planejamentos o coordenador passa os documentos estruturais, além da gente trabalhar com o próprio Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no Ensino Médio.

Esmeralda: Você teve contato com o PCN então. Baseou-se nele para algumas reflexões?

Prof.: Sim, pra montar um planejamento, assim, eu sei que, eu sempre, sei faz um documento paralelo, né, mas a gente que tem que seguir, se tratando do Ensino Médio, não importa se é particular ou estadual ou do Centro né, a gente tem que seguir então o documento oficial que é o que vale. Embora, ele proponha algumas formas estruturais diferentes pra gente seguir né, no caso, os documento de avaliação, de preencher o conteúdo, então isso a gente segue, mas a base mesmo tem que ser o documento oficial.

Esmeralda: Qual foi a sua leitura desses documentos? Você teve contato com o PCN, com os documentos que abordam a reforma. Como você interpretou essa reforma do ensino Técnico que era integrado e depois passou a ser separado do Ensino Médio?

Prof.: Ah! Eu achei bacana, eu prefiro essa visão de que a formação do Ensino Médio, é uma formação geral né, que todas as pessoas tem que passar, na área escolar né, independente se ele vai fazer técnico ou não, ele tem que ir ate a gente fala, educação básica né, a educação básica hoje é o Ensino Médio né, então você tem que passar por isso, e daí não sendo, quando você deixa, quando era agregado, já visava muito mais a formação técnica, então tem que ser uma coisa a parte mesmo, formação de cidadão da educação básica, e daí sim, a complementação com o técnico ou a faculdade, aí outra opção, mas não tem que ser integrado não.

Esmeralda: Agora tenho uma outra pergunta que seria bem pessoal? O que você entende por competência, habilidades, valor e atitude? Primeiro o que você entende por competência?

Prof.: Tá, competência, é você ser competente pra, naquilo né, compete aquilo, então, você tem que entender o que você ta fazendo. Se a gente falar eu sou competente no meu trabalho, então eu tenho que entender todo ou tudo que eu faço num trabalho bem feito.

Esmeralda: Você quer dizer que a pessoa tem que dominar aquilo que ela está fazendo, ter domínio sobre aquilo?

Prof.: Eu acredito que competência é fazer aquilo, pra resolver os problemas, ou seja a profissão, ou o estudo vai dar pra ele resolver, então, agora quando eu tenho competência na Educação é uma pouco novo né, então, a gente tem que...só competência em si, se pensar só no trabalho, acho que é isso, você levar o que você ta ensinando, que aqui dentro da classe, não que ele não seja competente pra tirar o conceito MB, só né, mas que ele seja competente pra aquilo que ele ta fazendo, ele leve fora dos portões da escola, e resolva os problemas.

Esmeralda: E habilidades professor? O que você entende por habilidades?

Prof.: Sempre confuso né, eu não sei quem vai ser o inventor que vai deixar isso bem claro, né, como você fala competência, habilidade dentro educação... eu já vi documentos que colocam tudo junto, né, competência, habilidades são essas né. Habilidades, vamos pegar só a palavra, você ser hábil, né, habilidade naquilo que você tá fazendo, sei lá, a pessoa pode ser competente, mas não ter habilidade pra fazer, não sei se isso encaixa né, se dá diferenciar, eu sou competente pra fazer alguma coisa, mas não tenho habilidade, é uma coisa ligado a outra, né?

Esmeralda: Então habilidade seria ter domínio? O que seria para você?

Prof.: Habilidade...eu vejo que seria a complementação da competência, eu sou competente e tenho habilidade, né, vamos pensar, eu vou ter sair fora...

Esmeralda: Poderia dar um exemplo de sua área?

Prof.: Um técnico de futebol, ele tem competência pro futebol, né, vamos pensar assim, eu sabe ele conhece, pra ser técnico, mas habilidade, talvez ele não tenha habilidade pra jogar, então ele tá na área, quer dizer ele tem o conhecimento, mas por ele tá fora de forma ele não tenha habilidades pra atuar como jogador, sei lá, eu não sei se to confundindo as áreas né, eu não sei se ele tem que ter habilidade pra ser técnico ou competência pra ser técnico, eu me confundo.

Esmeralda: Então posso entender pelo que você diz, que a habilidade seria o saber fazer, colocar as coisas em prática?

Prof.: Isso.

Esmeralda: Competência é um conhecimento?

Prof.: Pode ser, eu acho pode ser isso.

Esmeralda: E habilidade seria mais uma coisa mais operacional, de colocar a mão na massa.

Prof.: É, pode ser isso sim.

Esmeralda: Agora o que você entende por valor e atitudes. O que é valor? No ponto de vista do aluno da educação. O que você entende por valores?

Prof.: Valor e atitude, é princípios né, a gente poderia falar isso, é mais subjetiva né, tá um pouco fora de conhecimento né, a respeito essas coisas de princípios, de respeitar o colega, quer dizer, sei lá, eu posso saber, ser um grande professor, saber tudo, né, sei ensinar, mas às vezes não tem respeito com o meu colega, e com o aluno também, então é mais questão de princípios, tá ligado a respeito ao outro, de convivência pessoal.

Esmeralda: Você quer dizer que valor é uma coisa da pessoa?

Prof.: É, é da pessoa.

Esmeralda: Após o período de formação a pessoa pode adquirir alguns valores?

Prof.: Ah sim.

Esmeralda: Por exemplo...alguma coisa que você tenha percebido aqui na escola, o aluno começou de uma forma e terminou de outra.

Prof.: Tá, então por exemplo, você trabalhar as competência das disciplinas que vai levar a ele tem um conhecimento maior, então isso por exemplo traz responsabilidade né, aí ele vai começar a mudar as atitudes dele, sei lá, cada um, sei lá, pode ser um pouco displicentes, e aqui ele vai vamos falar o ensino técnico né, um guia, ele vai ser um guia, então ele tem que ser que vai ter responsabilidade por um grupo, né, que ele vai tá guiando e tal, então começa a mudar as atitudes, ele aprende a ser competente, um guia né, um monitor competente e com isso as atitudes dele com o outro, né, e com ele mesmo, sei lá, de pontualidade, então ele começa a mudar também isso.

Esmeralda: Com relação a essa turma para quem você está lecionando agora, esse curso que está em andamento, você percebeu alguma mudança de valores em alguns alunos, ou não deu tempo para perceber isso?

Prof.: É as vezes, eu comento com a classe, a gente vê os alunos...assim a gente tem um responsabilidade, né, da educação, mas eu vejo que, eu não posso falar assim, ah, quando é

minha aula ele tá sendo assim, né, sei lá, eu vejo que tá atendendo o curso, que as atitudes em relação a alguma coisa tá sendo...

Esmeralda: Permanece o mesmo?

Prof.: É, ou até pior, falo assim, nossa o aluno no começo era mais tranquilo, e agora questiona algumas coisas, deixa de fazer coisas, de participar de atividades, e você tem que pensar que o aluno não é só ele, que vem aqui, né, ele tem uma casa, então sei lá, você pode contribuir com alguns, da mesma classe, você contribui com alguns que você vê melhoria né, e outros que você vê que não, que até regrediram em relação a atitudes, em relação à postura e até em conhecimento, você fala assim, a pessoa tá assim...se eu só pegar a minha aula de recreação, eu tenho n fatores assim, não o que aconteceu? a pessoa não se identificou com a área, quer dizer, ela tá sendo, sei lá, um mal aluno na minha disciplina, mas na outra ele pode ser bom, não é? Então às vezes você vê, por ser dividido por disciplinas, você trabalha várias área desse aluno, então você não pode julgar que ele é um mal aluno, né, talvez ele não se identificou com a sua área, com a sua disciplina, talvez o que você esteja oferecendo de competência, habilidades e atitudes, não tá se identificando.

Esmeralda: Então continuando aqui professor Prof., a gente foi informado que os pilares da pedagogia das competências são saber, o saber fazer, o saber ser e o saber conviver, o que você entende por isso, então aqui olha o que é pra você o saber? E depois o saber fazer.

Prof.: a gente não houve falar que tal professor sabe muito da matéria, mas não sabe explicar, então uma coisa é você interiorizar o conhecimento e talvez trabalhar né, se você trabalha fora da escola, por exemplo, você sabe trabalhar com aqueles conhecimentos que você tem, né, eu por exemplo, podia ser um bom monitor, né na área de recreação, eu sei, eu posso ser um bom monitor quando eu to atuando na área, né, e eu to ensinando aos alunos a trabalhar isso, mas vezes eu posso pecar nisso, eu não ser tão bom pra ensinar, ou ao contrário eu sou um bom professor aqui né, eu tenho um bom conhecimento eu sei, ma na hora que eu vou atuar com recreação né, eu não sei tanto, então já não sei saber fazer né, e saber...

Esmeralda: Agora o que é saber e saber ser?

Prof.: É saber conviver né?

Esmeralda: Agora o saber ser, o que você entende por saber ser?

Prof.: Saber ser, saber ser? Saber ser eu nunca tinha....saber, saber ser, saber fazer e tinha outros pilares...

Esmeralda: Saber conviver?

Prof.: Conviver.

Esmeralda: O que você entende por saber conviver?

Prof.: Aí é aquela relação até com o aluno né, porque tem a...vamos falar, dar o mesmo exemplo, professores que sabem muito, que sabe ensinar, mas a relação com o aluno não é boa. É difícil, né, você ter um professor, ou um ser humano, né...

Esmeralda: Que saiba conviver?

Prof.: E todas as áreas né, que ele fala assim, ele sabe, ele saber fazer, ele sabe conviver né, e saber ser eu acho que é uma coisa ligada a você mesmo, eu acho que é isso.

Esmeralda: Você acha que no ensino técnico que é uma formação profissional, passa alguma coisa nesse sentido, de saber ser? Por exemplo, vamos supor que você está trabalhando com recreação e o aluno não gosta muito daquilo, mas ele não consegue trabalhar a sua disciplina, você já conseguiu perceber isso em alguns alunos? Como ele fará se precisar no momento em que for atuar?

Prof.: Tem, tem vários alunos. Eles até declaram, ó professor eu não gosto muito, tal, mas eu vejo que a parte de...às vezes não atuam muito, mas tão anotando, tão empregando programações que eu peço, né, então eles sabem fazer programação, sabem que atividade aplicar pra tal idade, e em que momento, mas se for pedir pra ele atuar, ele já não vai ter as habilidades, agora que ele tá...então ele vai ter competência pra fazer, voltando naquele

questão agora, ele vai ter competência pra fazer a programação, mas pra aplicar ele já não tem, então ele não se sente tão hábil, então, ele sabe, ele tem o saber, mas não tem o saber fazer, eu acho que assim, se você pensar, é difícil se encontrar por completo, né, mas ele pode não saber fazer, e dentro de uma equipe de recreação por exemplo, ele pode saber montar a programação, então basta o saber a função dele vai ser esse.

Esmeralda: Saber conviver então pra você é o relacionamento mesmo?

Prof.: É, é o relacionamento interpessoal a gente fala, né, com as pessoas.

Esmeralda: Apesar das diferenças.

Prof.: É, saber respeitar a diferença, né?

Esmeralda: Você tem conhecimento de por que se trabalha com ensino por competência? Sabe a razão disso? Por que você optou por trabalhar por ensino por competência, você sabe o porque disso? O por que de algumas instituições aplicarem essa técnica de ensino?

Prof.: Se a gente pensa na educação né, um pouco do que eu estudei, assim, você tem fases né, de...educação nada mais é que um estudo científico né, as pessoas, que nem você tá fazendo um estudo científico então nisso pode descobrir coisas que sei lá, vai mudar o rumo da educação. A gente vê, se a gente pegar as épocas né, a época do militarismo, na época da ditadura, então você tem estudos que defendem que ensinam tradicional ou ensino naquela época alfabetização por cartilha por exemplo era melhor, então tinha lá um caminho suado, né, então você ensinar o ABCD separadamente, aí hoje a gente vê que não, você faz o contrário, pelo nome da criança você, né, ela vai se identificar, vai relacionar, então, ela não vai primeiro aprender o A, o B, o C ne, enfim, hoje o ensino por competência, não vou falar moda, mas é o que os estudos as pesquisas, é uma vertente muito grande, muita gente indo pra esse caminho, né, então as pesquisas estão trazendo resultados, e que é uma das maneiras de ensinar que dá resultados, e hoje, nesse época de informática né, o trabalho está sendo assim, então é isso né, tudo ligado o trabalho pede competência, então aí transfere pra educação...

Esmeralda: Então você entende que o ensino por competência está direcionado ao mercado de trabalho?

Prof.: Também né, também isso, a educação visa, uma das coisas é, formar cidadão e preparar pro mundo do trabalho, então se o mundo do trabalho visa a competência, então isso tá trazendo, ah! Vamos trazer a competência pra educação, vamos ensinar as competências, né, da educação, pra ele já...só que é uma coisa atual e que, por exemplo o Centro Paula Souza, eu não fiz nenhum curso realmente pra trabalhar o ensino por competência. O que que a gente faz, é até um crítica que eu faço aqui, no planejamento, em dois dias a gente fala sobre isso, mas a gente conversa, pelo que eu vejo você é uma pessoa que está trabalhando em cima disso, mas o professor não, pela minha formação eu não ouvi falar de competência, eu me formei em 98 né, não falavam essa palavra, então eu tô trabalhando e tão traduzindo isso, a preparação comigo, tá sendo assim, vamos parar tudo, vamos entrar num cursos que todos os professores vão entrar um curso que vai trabalhar isso realmente, mas agora só pra planejamento dois dias é muito pouco né, e colocar pessoas pra sei lá, pra dar curso, não sei

Esmeralda: Quer dizer que você não fez nenhum curso aprofundado sobre o ensino por competência?

Prof.: Não, não.

Esmeralda: Eu tenho uma questão sobre plano de trabalho, o plano que nos fazemos pra trabalhar o semestre.

Prof.: Certo.

Esmeralda: Sobre o ensino por competência, como é o entendimento que você tem, por exemplo, a competência influencia na hora da elaboração do seu plano? No plano o que você entende por competência?

Prof.: É, se a gente for pegar, que são várias competências, né, que a gente tem que trabalhar, que são habilidades, valores, tudo mais. O que acontece, o que me ajudou no planejamento

que a gente faz no começo do ano, é o que? Pelo menos assim ter o discernimento de não trabalhar coisas que não serão úteis, né, então tenho sei lá, tem que ter competência pra conduzir um grupo e aplicar atividades de entretenimento, né, então eu sei que aquela minha aula, que eu peço pra que eles apliquem uma atividade com os colegas, então isso vai trabalhar esse competência que eu tenho no planejamento, então é assim, não tá distante né, às vezes não tá tão claro, mas eu sei que aquilo tá atingindo. Falta, não sei o que seria, de você tá diariamente revendo né, eu sei que eu faço o planejamento, monto as aulas e no dia-a-dia tá vindo essa reflexão né.

Esmeralda: Revisar o plano?

Prof.: E falar: Ah! É isso aqui que eu estou trabalhando...eu sei que quando montou o cronograma, não tem em cima das competências, mas depois no dia-a-dia da aula, falta isso né, você deixar claro, até pro aluno né, pra ele ter, saber o por que que ele tá fazendo aquilo, talvez é uma coisa que se teria que trabalhar mais né.

Esmeralda: Informar mais o aluno

Prof.: Informar realmente a aplicabilidade daquilo né.

Esmeralda: Professor, hoje a gente ouviu falar com frequência sobre interdisciplinaridade, principalmente nos cursos de Turismo. Qual é o seu interesse sobre interdisciplinaridade? Você já viu isso em algum documento oficial?

Prof.: Não sei se seria um estratégia para você, tô usando a palavra correta né, estratégia? Mas é uma opção né, a escola pode trabalhar multidisciplinarmente ou multidisciplinar, né. Tem várias palavrinhas que você... na verdade o que quer dizer tudo isso na verdade é você inserir, na verdade você cruzar os conhecimentos, então não dá pra achar que a sua matéria tem somente o conhecimento dela próprio e não vá interferir na disciplina do outro, ou que não possa auxiliar ou não possa trabalhar junto né, então é você interligar uma com a outra.

Esmeralda: Bom professor vamos continuar aqui só para terminar... Então sobre a reforma do Ensino Técnico. Como o Centro Paula Souza disponibilizou isso pra você? Em que circunstância você teve acesso a essas informações sobre a reforma do ensino, sobre os documentos?

Prof.: Bom, foi só o planejamento, no planejamento eles apresentaram as mudanças, então através de cópias de documentos, não que eu fui atrás, porque isso é uma coisa também que às vezes ninguém fica sabendo e tal, mas também o planejamento é pra isso, né, você conservar sobre as mudanças, sobre o que pra esse ano tem de novo, né, e o Centro Paula Souza sempre faz isso, todo ano tem uma coisa nova, então acho que até ele tá buscando melhoria né.

Esmeralda: Você tem cópias desses documentos?

Prof.: Sim, tenho.

Esmeralda: O que você resumidamente você entendeu, o que você deduziu, concluiu a partir dos princípios, objetivos e estratégias dessa reforma do Ensino Técnico?

Prof.: A reforma desde aquela primeira reforma ou...

Esmeralda: Dessa que o Centro Paula Souza te passou, dessas informações, onde você comentou os estudos sobre competência...

Prof.: Ah tá, bom, assim, o Centro tem embasamento nos documentos oficiais, né, da educação, do Ministério, tal, do MEC, então eu acho que não pode fugir disso né, mas ele dá a cara dele, então ele dá uma reformulada vendo que opção é ensina por competência, então, eles mandam realmente todas as competências que você tem que trabalhar, aí então eu tenho que encaixar dentro da disciplina, e eu acho que isso vale, porque é uma visão de mercado de trabalho, né, ensino técnico está preparando o aluno para trabalhar, por isso que foi ótimo você se lembrar o ensino médio, né do técnico, vamos preparar um aluno mais completo, né, um aluno visão outras coisas de cidadania, não que o ensino médio não faça isso, mas, aí eu vou ter meu foco só visando o mercado de trabalho, contato que ele já passou por todo

processo de formação de cidadania e agora eu complemento com a formação do trabalho, isso é ótimo.

Esmeralda: Na sua percepção, o que o Centro Paula Souza entende por competência, interdisciplinaridade, e por contextualização? Quer dizer, os cursos têm que ser contextualizados com a sociedade. O que o Centro Paula Souza entende por competência? O que foi passado para você como competência pelo Centro Paula Souza? Ou você não se lembra de nada especificamente?

Prof.: conceito de competência, aí...com as palavras do Centro não vou lembrar, mas a gente sabe que é assim, ele pede, vamos dizer assim, pra que você transforme o curso o mais real possível né, você traga a vivência pro aluno, mais próxima da realidade, então que realmente ele saia não assim apenas com o diploma, aí ele é formado em Turismo, mas que ele saiba trabalhar com turismo, que ele saiba o trabalho de competência, e que ele realmente seja competente pra atuar, não só pra ter um diploma.

Esmeralda: Então você indica que isso é contextualização?

Prof.: É, isso, sim, contextualizar, quer dizer teoria na prática né.

Esmeralda: E interdisciplinaridade? Você acha que o Centro passa alguma coisa a respeito de interdisciplinaridade, tem alguma estratégia promovida pelo Centro?

Prof.: Eu acho que o próprio fato de você ter aquela disciplina Projeto né, que é pra eles...não é disciplina projeto é TTT?

Esmeralda: DPT, Desenvolvimento de Projeto Turísticos.

Prof.: Isso, daí tem a opção do aluno escolher o tema, né, então isso já é uma coisa de trabalhar a interdisciplinaridade, talvez não atinja, dependendo do tema, não vai atingir todas as disciplinas, mas a gente sabe que alguma contribuição a gente dá pra formação né, que não seja só no projeto, que vai ser só um projeto que o aluno vai fazer, né, que vai ser dentro da escola, o importante é ele...esse exemplo, né, de montar o projeto ele consiga ir e fazer outros né, aí ele pode pegar outras disciplinas que ele teve conhecimento e poder aplicar esse projeto fora daqui da escola, eu acho que é isso né, você ter...não se limita só ter um projeto aqui na escola junto com os colegas, e melhor ele ter esse exemplo pra poder atuar depois.

Esmeralda: A próxima pergunta sobre os documentos orientadores da proposta da reforma. Você teve acesso? Refiro-me a todas as orientações do Centro Paula Souza com relação proposta de ensino por competência. Você teve acesso a esse processo de mudança do Centro Paula Souza? Você leu alguma coisa a respeito?

Prof.: É o que eu li, é assim, o que eles fazem? Convocam-se vários profissionais, trabalham em cima, né, acho que é uma coisa, de uma maneira bem assim, de um tempo, né, que você deixa reservado pra fazer isso, mas é escolhido, não sei como é que é que eles fazem, a gente vê como os colaboradores né, então é professores como nós aqui, que somos escolhidos pra trabalhar em cima desse projeto, então leva-se um tempo até reformular, assim, volto a falar, é difícil você, talvez pegar uma coisa que esse grupo de estudos levou meses ou ano pra elaborar, e introduzir pros professores naquele pouco tempo de planejamento, e que isso, que esse professor sinta à parte, né, pô mudamos de novo, é essa mudança aqui agora, e é assim, assim, e assim que você vai trabalhar, tá, então o professor vem e trabalha de um jeito, aí tem que reformular, às vezes eu vejo que essa mudança não é completa, é pouco tempo né pro professor, ele tem o planejamento de dois, três dias, pra ele mexer numa estrutura que ele vivia trabalhando, então até assim, eu acho que os professores formados hoje, eles não tão acompanhando a graduação, mas acho que essa questão da competência tá mais...por ser nova, né, a gente pensa né, que daí a cinco, seis anos eles são professores que já tão amadurecidos, já tem aquela formação na questão da competência, e não nós que já tivemos uma formação e agora ser introduzido, parcialmente, né, aos poucos, e essa picadas de reforma que ocorre de a gente trabalhar, então acesso a gente tem né, a gente trabalha em

cima, mas realmente se você deixa...assim, coisa que você vem trabalhando você continua a trabalhar ainda, e aos poucos não é uma coisa.

Esmeralda: É, então essa reforma que o Centro Paula Souza promoveu a qual você tem conhecimento, os professores precisam trabalhar com as novas mudanças...

Prof.: Isso.

Esmeralda: Mas as etapas dessa mudança, isso acho que você não chegou a acompanhar?

Prof.: Não.

Esmeralda: Participou de algum tipo de treinamento, ou reunião de trabalho sobre competência? Você teve acesso, teve algum curso? Sei que já disse que não, mas nem em uma reunião foi falado sobre isso, com pleno entendimento?

Prof.: Até no começo do ano ficou cogitado da gente trabalhar isso durante o ano né, aí entenda né, tem as reuniões, eu mesmo por exemplo, reuniões aos sábados, tive participando de uma ou duas, depois eu não pude ir mais devido a minha outra atividade, então pede-se isso também né, então o professor até participa dessa formação, agora não sei, é minha culpa, foi cogitado isso trabalhar competência com o professor, e no fim...eu não sei, eu nem sei se tá essa reuniões.

Esmeralda: Não, não, no curso ainda não teve, mas eles estão pensando em promover esse tipo de treinamento.

Prof.: É, então seria um treinamento constante, né.

Esmeralda: Agora sobre os planos de trabalho. Você recebeu alguma orientação do Centro Paula Souza, mesmo por escrito, algo documentado de como elaborar o plano de trabalho?

Prof.: A gente recebe a estrutura e os coordenadores orientam, isso é uma coisa que trabalham muito com a gente, ne, toda mudança, todo plano de trabalho é trabalhado bem detalhado.

Esmeralda: Se precisarmos podemos ter acesso às coisas que você tem?

Prof.: Pode.

Esmeralda: Você acha que o professor tem autonomia para elaborar seu plano de ensino? Por exemplo, você ao elaborar seu plano de ensino, você acha que você tem autonomia ou você tem um direcionamento pra você fazer de determinada forma? Ou você procura fazer o plano da forma como você entende melhor?

Prof.: Eu tenho os parâmetros, né, tem que seguir os parâmetros pra atingir até o objetivo de trabalhar as competência e habilidades, então eu não posso simplesmente por coisa da cabeça, mas, lógico, isso não tem dúvida, que todo professor coloca, assim, ele não precisa saber tudo, né, realmente, ele tem que ver as necessidades que aquele componente curricular tem pra formação do aluno, mas é claro que puxo muitas coisas que eu tenho mais habilidades, né, isso é obvio.

Esmeralda: Você se sente de certa forma livre pra fazer seu plano?

Prof.: Isso, sim, tá eu posso, eu tenho que trabalhar a introdução, fazer com que o aluno aprenda a lidar com as pessoas, então tá lá uma coisa bem genérica, né, ele tem que saber liderar o grupo, né, tá, então isso eu tenho que ter em mente, ta, mas eu conheço uma dinâmica que eu domino, que trabalha isso liderança de grupo, então é essa dinâmica que eu vou aplicar, eu não tenho nada pronto assim, ó você aplica essa dinâmica, né.

Esmeralda: O material didático... como é que você faz as suas apostilas? Você muda a cada período letivo, ou permanece com o mesmo conteúdo? Como é que você tem feito?

Prof.: Então isso é uma coisa que é livre pro professor né, o Centro não tem uma apostila do Curso de Turismo né, então o professor através conhecimento, da bagagem... o que eu faço? Eu tenho cursos extras que eu falo de recreação né, então eu tenho apostilas com conteúdo e atividades, eu tenho livros que eu comprei né, e é isso, e tem uns na biblioteca que eu utilizei, então eu misturei tudo e montei a apostila pra eles.

Esmeralda: E sobre as avaliações dos alunos, como é que você faz para avaliar?

Prof.: Eu, por ser uma disciplina muito mais prática, então eu avalio assim, a princípio num primeiro momento, eu ofereço bastante atividades né, então eu cobro deles, então eu sei que muitos já trabalham isso fora, né, e até já trabalham com recreação e tal, mas eu faço com que a classe vai aprendendo, então, aplicando atividades que a princípio eu conduzo né, depois as poucos eu vou liberando e eles vão conduzindo, então nisso eu já vou avaliando e aqueles que também não gostam tanto, tem a parte de programar, de elaborar atividades, trabalhos escritos, então, aí eu vejo, tem alguns que não tem tanta habilidade, não gostam tanto da parte prática, mas conseguem fazer isso com a teoria.

Esmeralda: Uma última questão. Você acredita então que o Curso de Turismo promove o ensino por competência? A contextualização, a interdisciplinaridade? E como você acha que o Curso tem feito isso?

Prof.: Acredito que sim.

Esmeralda: Acho que você estava se referindo a disciplina de Desenvolvimento de Projetos Turísticos.

Prof.: Isso.

Esmeralda: Que ela promove essa interdisciplinaridade, essa prática já?

Prof.: A prática, a própria atividades práticas que tem né, que é exigidas pelo curso, então isso já é uma coisa de contextualizar, é a prática mesmo.

Esmeralda: No seu plano de trabalho, você coloca algumas informações que promovam a interdisciplinaridade no curso? Você pensa em colocar alguma coisa que acabe precisando em outras disciplinas?

Prof.: Sim, eu introduzi por exemplo, exercício e jogos teatrais que eu olhando assim...eu até participei daquele city tours né, e eu vi a necessidade de trabalhar dicção, postura, desinibir, falar em público, então a disciplina de Técnica e Recreação do Lazer, não só fica na brincadeira e só na bagunça, trabalha você se comunicar em público e tal, então foi uma coisa que vai contribuir com a formação do monitor, também, né.

Esmeralda: Quantos city tour você acompanhou?

Prof.: No curso todo ou dessa turma?

Esmeralda: Todas as turmas.

Prof.: Ai, eu não....eu acho uns quatro ou cinco.

Esmeralda: Você percebeu diferença entre as turmas?

Prof.: Assim, entre as turmas tem aquelas pessoas que tem faz facilidade e toda turma tem aqueles com mais dificuldades, né, então não tem muita diferença.

Esmeralda: Então você acompanhou e deu pra você perceber?

Prof.: Sim

Esmeralda: Terminamos! Obrigada professor.

ANEXO E

		LEGISLAÇÃO		MATERIAS/COMPONENTES CURRICULARES		PERÍODO D/N				
						MÓDULO: 36 semanas em 1997 e 40 semanas em 1998 e 1999				
						97	98	99	TOTAL	C.H.
						1a	2a	3a		TOTAL
L E I F E D E R A L	P A R T E C O M U M	Núcleo Comum Resolução CFE 06/88	PORTUGUÊS - Língua Portuguesa e Literatura ESTUDOS SOCIAIS - História - Geografia CIÊNCIAS - Física - Química - Biologia e Prog. de Saúde MATEMÁTICA - Matemática	4	3	3	10	384		
				3			3	108		
				3			3	108		
						2	2	80		
						2	2	80		
				3			3	108		
				4	3	3	10	384		
						2	3	5	192	
				3	3	3	9	348		
						2	2	80		
TOTAL DE HORAS DA PARTE COMUM						22	18	9	49	1872
D E L I B E R A Ç Ã O	P A R T E D I V E R S I F I C A D A	Mínimo Profissionalizante	ADM.E PLANEJ. DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS - Adm. e Plan. de Projetos Agropecuários - Agricultura Geral - Zootecnia Geral - Mecanização Agrícola ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE: - Administração e Controle - Cooperativismo e Associativismo CONTABILIDADE GERAL ECONOMIA E MERCADO DIREITO E LEGISLAÇÃO ESTATÍSTICA			3	6	240		
				2			2	72		
				2			2	72		
						2	2	80		
				2		2	4	6	240	
							2	72		
							3	3	120	
							3	3	120	
							2	2	80	
						2	2	80		
TOTAL DE HORAS DO MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE						6	7	17	30	1176
	Alinea "C"	INFORMÁTICA			3		3	120		
	Art. 5º. Lei 5692/71	PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS				2	2	80		
		CARGA HORÁRIA MAT. LIVRE ESCOLHA			3	2	5	200		
CARGA HORÁRIA DA PARTE DIVERSIFICADA						6	10	19	35	1376
CARGA HORÁRIA DA PARTE COMUM E DIVERSIFICADA						28	28	28	84	3248
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						28	28	28	84	3248
ENSINO RELIGIOSO						1	1	1	3	116

ANEXO E

Matriz Curricular da Habilitação Profissional de TÉCNICO EM TURISMO

INÍCIO 07/02/2000

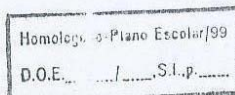
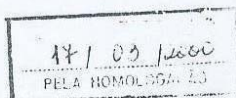
LEGISLAÇÃO		MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE	MATERIAS/COMPONENTES CURRICULARES	Nº Ciclos : 03			TOTAL	C.H. TOTAL			
Lei Federal 9394/96	C O N T E Ú D O S			MÓDULO: 20 semanas							
				1º	2º	3º					
Decreto 2208/97	P R O	Parecer CFE 45/72	PSICOLOGIA								
			Psicologia Social e Organizacional	2	2		4	80			
Parecer CNE nº 05/97	F I S I O		HISTÓRIA DAS ARTES	4			4	80			
			História e Sociologia das Artes			2	2	40			
Indica- ção CEE nº 01/97	N A L I Z A T I V O		FOLCLORE				2	40			
			MUSEOLOGIA		2		2	40			
			LÍNGUA ESTRANGEIRA								
			Inglês	2	2	2	6	120			
			Espanhol	2	2	2	6	120			
			TÉCNICAS DE TURISMO								
			Técnicas de Recreação e Lazer		2	3	5	100			
			Técnicas Operacionais de Ag. de Turismo		2	2	4	80			
			Ecoturismo		2	2	4	80			
			Desenvolvimento de Projetos Turísticos		3	2	5	100			
ADMINISTRAÇÃO			Economia e Mercado	2			2	40			
			Organização de Empresas	2			2	40			
			Gestão e Qualidade			2	2	40			
			Contabilidade Geral		2		2	40			
			Marketing do Turismo			4	4	80			
			Legislação do Turismo			2	2	40			
			TOTAL DE HORAS DO MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE			14	19	23	56	1120	
			DISCIPLINAS OPTATIVAS		Inciso III Art. 6º Decreto 2208/97	Ética e Cidadania	2			2	40
						Leitura e Produção de Textos	3			3	60
						Informática	2	2		4	80
Matemática Comercial e Financeira	2	2					4	80			
Geografia do Turismo	2	2				2	6	120			
CARGA HORÁRIA DISC. OPTATIVAS			11	6	2	19	380				
CARGA HOR. TOTAL DOS CONTEÚDOS PROFISS.			25	25	25	75	1500				
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			25	25	25	75	1500				

Qualificações :

1º Semestre - Auxiliar Administrativo

1º + 2º Semestre - Atendente de Agências

1º + 2º + 3º Semestre - Técnico em Turismo



ANEXO F – EMENTÁRIO

DISCIPLINA: TÉCNICAS OPERACIONAIS DE AGÊNCIA DE TURISMO

OBJETIVOS

- Desenvolver no aluno a importância do conhecimento das principais atividades utilizadas em Agências de Turismo, capacitando-o a participar da melhoria da qualidade de seus serviços.
- Distinguir o papel do agente de viagem e demais implicações (terminologia turística, comercialização de atividades, rotinas operacionais de venda, etc).
- Promover a realização de projetos na estruturação e reestruturação de agências a partir da capacidade de adaptação do futuro profissional: fator chave do êxito para as empresas.
- Promover através de habilitação das novas tendências tecnológicas em comunicação (computador, e-mail, fax, etc.), a padronização dos processos internos das agências de turismo.
- Promover a leitura, discussão e aplicação das normas de operacionalização, contidas em vários documentos e publicações.
- Promover a leitura e a análise das principais leis que regem as relações turísticas nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

SEÇÃO DO PROGRAMA DE ENSINO

2º Termo:

I – O agente de Viagem:

1. Divisão do turismo quanto ao fluxo e quanto ao tipo: turismo emissor e receptivo.
2. Campo de atuação do agente de viagem: legislação vigente e registro na Embratur.

II – Terminologia Turística:

1. Termos, siglas e abreviaturas usados nas operações turísticas.
2. Seleção de símbolos de comunicação visual usados nos diversos pontos de embarque: códigos de IATA (Internacional Air Transport Association)

III – Comercialização das atividades turísticas:

1. Atendimento ao cliente: qualidade do processo de informação e comunicação com clientes internos e externos.
2. Vendas dos serviços de passagem, hospedagem e transporte.
3. As diferentes entidades que exercem essas atividades: o agente de passagem, o agente de viagem (retail), o operador (wholesaler), as empresas promotoras de turismo e os agentes gerais das companhias aéreas e terrestres.

IV – Bilhete de passagem e voucher:

1. Bilhete: definição, modalidades, preenchimento correto, direitos gerados pela emissão de um bilhete, transferência ou cancelamento.
2. Voucher: definição, tipos de voucher (direto ou indireto), elementos indicativos indispensáveis, tempo de validade, número de vias e sua utilização, direitos gerados pela emissão de um voucher, cancelamento.

3º Termo:**I – Reservas:**

1. Convenção entre hoteleiro e agente de viagem, pagamento de comissões, códigos de reservas.
2. Cancelamento de transporte aéreo, viagem marítima e viagem terrestre, código usado pela companhia aérea para efetuar reservas em hotéis.

II – Carga aérea e IATA (Internacional Air Transport Association):

1. Carga aérea e suas vantagens: rapidez, segurança, confiança, frequência. Rede aérea internacional. Custo, tarifas, responsabilidades de seguro, exportação, importação, siglas, abreviaturas e códigos.
2. IATA: definição, finalidade e metas, organização, câmara de compensação legal, comissão técnica, comissão médica, conferência de tráfego (TC), atividades comerciais, outros serviços, a IATA e as agências de viagem.

III – O aluguel de veículos (“Rent a car”):

1. Importância para o turismo, o agente de viagem e a locação de veículos, comissão e vantagens.
2. Parte operacional: preenchimento de contrato de locação: abertura e encerramento. Formas de aluguel e cálculo de tarifas.

IV – Noções aplicadas de legislação e operações turísticas:

1. Legislação Federal (código brasileiro de defesa do consumidor).
2. Legislação estadual e municipal (Procon)

